



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

JOSÉ ADAUTO MATSUSHIMA

***VALSA COM BASHIR:***  
UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE SABRA E  
CHATILA

---

Londrina  
2022

JOSÉ ADAUTO MATSUSHIMA

***VALSA COM BASHIR:***  
UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE SABRA E  
CHATILA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Arias Neto

Londrina  
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Matsushima, José Aauto.

Valsa com Bashir: um estudo das representações sobre Sabra e Chatila / José Aauto Matsushima. - Londrina, 2022.  
153 f.

Orientador: Dr. José Miguel Arias Neto.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Sabra e Chatila - Tese. 2. Sionismo - Tese. 3. representações - Tese. 4. Valsa com Bashir - Tese. I. Neto, Dr. José Miguel Arias. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 93

JOSÉ ADAUTO MATSUSHIMA

**VALSA COM BASHIR:**  
UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE SABRA E  
CHATILA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História Social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Arias Neto  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Profa. Dra. Silvia Cristina Martins de Souza e  
Silva  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Profa. Dra. Isabel Cristina Cordeiro  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 24 de junho de 2022.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Dr. Miguel Arias Neto, meu orientador, pela confiança, pela paciência e por me acompanhar e me guiar no processo de pesquisa e escrita deste trabalho.

À amiga do curso, Larissa, pela troca de informações e apoio, por dividir comigo as inquietações e inseguranças do mestrado, trilhando com afeto e carinho este caminho.

À amiga Vanira, agradeço as dicas, as correções e a amizade, e por me ajudar nos momentos de angústia, estando ao meu lado e me confortando.

Ao pessoal do meu trabalho, na Secretaria de Saúde, agradeço o apoio pelas vezes em que precisei me ausentar. Agradeço a força!

Ao Luiz, pelas correções. Sua ajuda foi muito importante.

À minha banca, professora Silvia e professor Rivail. Agradeço as observações realizadas na qualificação. À professora Isabel, agradeço pelo cuidado nas correções da defesa e suas considerações. Agradeço também por dividirem seus conhecimentos e contribuírem para a expansão dos debates propostos nesta dissertação.

Fotografias chocantes não perdem inevitavelmente o poder de chocar. Mas elas não ajudam muito se o objetivo é compreender. Narrativas podem nos trazer compreensão. Fotografias fazem algo a mais: elas nos perseguem (SONTAG, 2003, p. 89).

## RESUMO

MATSUSHIMA, José Adauto. *Valsa com Bashir*: um estudo das representações sobre Sabra e Chatila. 2022. 153 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o filme *Valsa com Bashir* (2008), de Ari Folman, focalizando as representações do massacre de Sabra e Chatila, considerado um crime de genocídio, envolvendo palestinos, libaneses e israelenses, ocorrido em 1982, no sul do Líbano. Para a construção desta análise fílmica, articulamos a metodologia de Manuela Penafria (1999), para quem a obra é um resultado de relações e constrangimentos, no contexto de suas produções e realizações do seu meio social, cultural, político, econômico, estético e tecnológico, e mobilizamos o conceito de documentário, revisitado nas considerações teóricas de Bill Nicols, Fernão Ramos, Guy Gauthier e outros. Para tecermos considerações sobre o Sionismo, que é o nacionalismo do século XIX usando o discurso histórico para se autolegitimar, recorreremos aos escritos de Edward Said (2007, 2012), Judith Butler (2017), Hannah Arendt (1999, 2012), Illan Pappé (2016), dentre outros; para pensarmos o massacre nos campos de Sabra e Chatila e a violência praticada contra as vítimas, buscamos os relatos de Robert Fisk (2007) e Amnon Kapeliok (1993). Ao fim, constatamos que as representações de Sabra e Chatila, no filme *Valsa com Bashir* (2008), demonstram a compreensão de um fato histórico pela memória dos seus personagens e pelos recursos de animação, ao passo que as imagens produzem e reforçam um resgate da história.

**Palavras-chave:** Sabra e Chatila; Sionismo; representações; *Valsa com Bashir*.

## ABSTRACT

MATSUSHIMA, José Aduino. *Vals im Bashir*: a study of representations about Sabra and Chatila. 2022. 153 p. Dissertation (Master in Social History) – University State of Londrina, Londrina, 2022.

This research aims to analyze the film *Vals im Bashir* (2008), by Ari Folman, focusing on representations of the Sabra and Chatila massacre, considered a crime of genocide, involving Palestinians, Lebanese and Israelis, which occurred in 1982, in southern Lebanon. For the construction of this filmic analysis, articulated the methodology of Manuela Penafria (1999), in which the work is a result of relationships and constraints, in the context of its productions and achievements in its social, cultural, political, economic, aesthetic and technological, and mobilized the concept of documentary, revisited in the theoretical considerations of Bill Nicols, Fernão Ramos, Guy Gauthier and others. To make considerations about Zionism, which is 19th century nationalism using historical discourse to self-legitimize, we turn to the writings of Edward Said (2007, 2012), Judith Butler (2017), Hannah Arendt (1999, 2012), Illan Pappé (2016), among others; to think about the massacre in the fields of Sabra and Chatila and the violence practiced against the victims, we searched the reports of Robert Fisk (2007) and Amnon Kapeliok (1993). Finally, we can see that the representations of Sabra and Chatila, in the film *Valsa com Bashir* (2008), demonstrate the understanding of a historical fact through the memory of their characters and animation resources, while the images produce and reinforce a rescue of history.

**Key-words:** Sabra and Chatila; Zionism; representations; *Vals im Bashir*.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – O Império Otomano tinha conquistado terras na Europa, África e Ásia .....	26
<b>Figura 2</b> – Administração do Território da Palestina pelos britânicos .....	26
<b>Figura 3</b> – A partilha da Palestina e, após dois anos, a anexação de mais territórios na guerra .....	47
<b>Figura 4</b> – Traçado do armistício da guerra árabe-israelense .....	49
<b>Figura 5</b> – Região do massacre de Sabra e Chatila .....	70
<b>Figura 6</b> – Sonho de Boaz representado por cores fortes .....	117
<b>Figura 7</b> – Soldados saindo do mar, observando a cidade de Beirute destruída .....	118
<b>Figura 8</b> – Soldados saindo do mar, observando a cidade de Beirute destruída .....	118
<b>Figura 9</b> – Soldados saem do mar iluminados pelos fogos .....	118
<b>Figura 10</b> – Folman no meio de mulheres desesperadas com o massacre de Sabra e Chatila .....	119
<b>Figura 11</b> – Mortos e feridos sendo transportados por soldados israelenses na Guerra do Líbano .....	122
<b>Figura 12</b> – O local na guerra onde o trauma de Folman começou .....	126
<b>Figura 13</b> – Cena da “dança” e ao fundo a foto de Bashir Gemayel .....	128
<b>Figura 14</b> – Alusão ao Holocausto .....	130
<b>Figura 15</b> – Palestinos rendidos saindo dos campos de Sabra e Chatila .....	132
<b>Figura 16</b> – Foto do Gueto de Varsóvia .....	132
<b>Figura 17</b> – Imagens do massacre de Sabra e Chatila .....	134
<b>Figura 18</b> – Imagens do massacre de Sabra e Chatila .....	134
<b>Figura 19</b> – Imagens do massacre de Sabra e Chatila .....	135
<b>Figura 20</b> – Imagens do massacre de Sabra e Chatila .....	135
<b>Figura 21</b> – O sonho de Boaz .....	139

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

UNRWA	Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente
OLP	Organização para a Libertação da Palestina
ECA	Escola de Artes e Comunicação de São Paulo
RPA	Rocket Propelled Grenade

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 O SIONISMO</b> .....	21
1.1 A FUNDAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL .....	46
1.2 A QUESTÃO PALESTINA .....	57
<b>2 O MASSACRE DE SABRA E CHATILA</b> .....	61
2.1 RELATOS SOBRE SABRA E CHATILA .....	87
2.2 OBSERVAÇÕES AOS RELATOS DE SABRA E CHATILA .....	90
2.3 SABRA E CHATILA APÓS OS MASSACRES .....	92
<b>3 DOCUMENTÁRIO: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO</b> .....	96
3.1 DOCUMENTÁRIO X FICÇÃO: A LINHA TÊNUE ENTRE OS GÊNEROS .....	102
3.2 <i>VALSA COM BASHIR</i> : A METODOLOGIA DA ANÁLISE DO FILME E SEU ESTUDO .....	105
3.3 A NARRATIVA COMO REPRESENTAÇÃO .....	113
3.4 A REPRESENTAÇÃO DAS MEMÓRIAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS: TRAUMA E ESQUECIMENTO .....	115
3.5 A ANIMAÇÃO COMO REPRESENTAÇÃO. ....	136
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	141
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	143
<b>APÊNDICES</b> .....	147
APÊNDICE A – FICHA TÉCNICA DO FILME <i>VALSA COM BASHIR</i> .....	147
APÊNDICE B – RESUMO DAS CENAS .....	149

## INTRODUÇÃO

Ao longo da civilização humana as guerras são um flagelo que vem assolando muitos países, provocando angústia, devastação e sofrimento. As consequências são imensas, pois prejudicam o ser humano em suas condições físicas, materiais e emocionais. Em meio às guerras, populações perdem suas casas, seu convívio social, suas terras, suas referências e, principalmente, suas vidas.

Duas grandes guerras marcaram a história de forma indelével, pois envolveram uma diversidade de países, trouxeram implicações mundiais e vitimaram um incontável número de vidas. A primeira ocorreu no período de 1914 a 1918, e a segunda, de 1939 a 1945, ao passo que seus impactos brutais e letais perduram até os dias atuais.

Analisando de forma específica a Guerra Civil do Líbano, um conflito entre 1975 e 1990, envolvendo países vizinhos do Líbano e um grande número de povos da região, constata-se a imagem de uma guerra complexa, fragmentada em muitas fases e causadora de severas consequências. No decorrer do conflito, no ano de 1982, com a invasão de Israel ao Líbano, a comunidade internacional tomou conhecimento dos massacres que estavam ocorrendo contra o povo palestino e, principalmente, o massacre nos campos de refugiados civis palestinos e libaneses, denominado o Massacre de Sabra e Chatila.

Este massacre teve grande repercussão na imprensa internacional e ganhou maior visibilidade devido às práticas de crueldade estabelecidas para as execuções, valendo-se de decapitações, estupros e várias formas de tortura que levaram famílias inteiras à morte. O ato de fúria descontrolado foi direcionado a uma maioria de vítimas formada por uma população vulnerável e indefesa de idosos, mulheres e crianças. Mais tarde, o crime foi classificado, internacionalmente, como genocídio.<sup>1</sup>

Para o historiador árabe Fawwaz Traboulsi, em seu livro *História Moderna do Líbano* (2012), os interesses já estavam sendo traçados bem antes dos

---

<sup>1</sup> Por meio da Resolução nº 37/123 da Assembleia Geral da ONU, de 16 de dezembro de 1982, as Nações Unidas condenaram nos mais fortes termos o ataque de larga escala e definiram que “o massacre foi um ato de genocídio”: “1. Condemns in the strongest terms the large-scale massacre of Palestinian civilians in the Sabra and Shatila refugee camps: 2. **Resolves that the massacre was an act of genocide.**” (BAPTISTA, 2006, p. 52).

massacres, pois se planejava colocar em prática o que consideravam uma solução radical para equilibrar demograficamente a população do Líbano, provocando o êxodo da população palestina, vista como um povo em excesso na região.

Naquele momento, a motivação para os ataques era a destruição da Organização para a Libertação da Palestina (OLP)<sup>2</sup>, que estaria usando os campos de refugiados palestinos na periferia de Beirute, capital do Líbano, para abrigar terroristas, e estes estariam envolvidos no atentado contra Bashir Gemayel, recém-eleito primeiro-ministro do Líbano. Nesse contexto, a força falangista, como era chamada a milícia formada por cristãos maronitas, detentores de grande poder político-econômico, aliou-se às forças israelenses contra os palestinos, considerados um inimigo em comum.

A história de israelenses e árabes palestinos é marcada por diferenças religiosas, culturais e territoriais. Trata-se de uma luta de antepassados, mas que permanece no contemporâneo, pois, seja do lado palestino ou judeu, são recorrentes as notícias nos meios de comunicação envolvendo uma das partes.

O massacre de Sabra e Chatila completou 38 anos em 2021. Em 2008, o evento foi revisitado com o lançamento do filme *Valsa com Bashir*, um documentário-animado dirigido pelo cineasta israelense Ari Folman, ao mergulhar em um processo de resgate das memórias perdidas sobre o ocorrido.

Como expresso nas palavras de Paul Ricoeur (2007, p. 413), “a memória é sempre atual, uma experiência que vive o presente eterno”. Nesse sentido, o filme apresenta um resgate de memórias sobre um trágico acontecimento que não pode ser apagado. Assim, por meio da arte cinematográfica, é possível mergulhar em profundas reflexões sobre as agruras provocadas pela guerra na medida em que os fatos vão sendo apresentados com exímios detalhes. Em 2008, época de divulgação do filme e, ainda hoje, os campos de Sabra e Chatila continuam associados às mortes do massacre, um lugar onde predomina muita pobreza, com profundo descaso das autoridades governamentais.

É possível atestar que a produção e o lançamento do filme revelam que as relações entre palestinos e israelenses estavam longe de um relacionamento amistoso, pois, nessa mesma época, o processo de retomada para as negociações pela paz estava interrompido.

---

<sup>2</sup> Organização política e paramilitar, fundada em 1964 com o objetivo de representar a independência da Palestina contra a ocupação de Israel.

Em novembro de 2008, o então presidente dos EUA, George W. Bush, tentou um acordo sobre a criação do Estado palestino, mas as negociações não obtiveram sucesso e, logo no final do ano, o acordo de cessar-fogo não foi renovado entre o Hamas, grupo que controlava o território palestino entre Gaza e Israel.

Com o aumento dos conflitos, principalmente na faixa de Gaza, Israel intensificou o bloqueio econômico na região e os confrontos resultaram em mais de uma centena de vítimas, número maior que as últimas intifadas.<sup>3</sup>

O filme *Valsa com Bashir* (Ari Folman, Israel, 2008, 86 min) vem reacender discussões sobre a história de palestinos e israelenses envolvidos nesse episódio em que as representações de Sabra e Chatila encontram-se nos depoimentos presentes nas memórias de seus personagens, nos lugares, nos sons, nas imagens, nas fotografias, nos cheiros e nos instantes registrados durante o acontecimento. Em 2009, o filme venceu o Globo de Ouro de melhor filme em Língua Estrangeira e concorreu ao Oscar na mesma categoria. É uma história não ficcional, realizada em forma de documentário de animação, mas que foi tratado nos circuitos internacionais de cinema como categoria de “filme estrangeiro”.

Ari Folman, diretor e protagonista, veterano na Guerra do Líbano de 1982, vai em busca de suas memórias, perdidas ou bloqueadas diante da situação traumática da guerra. Vivenciada enquanto um episódio extremo e violento, a guerra deixou marcas profundas na subjetividade do diretor, fazendo-o procurar a ajuda de psicólogos (Ori Sivan e Zahava Solomon), de colegas e conhecidos da guerra (Carmi Ca'na, Boaz Rein, Shmel Frenkel, Ronny Dayag), do seu chefe no massacre (Dror Harazi) e de Ron Ben-Yishai, jornalista que cobriu a Guerra do Líbano.

Com diversos depoimentos durante o filme, cada personagem apresenta uma maneira diferente de lidar com as memórias do fato: uns já se habituavam desde o primeiro momento com os horrores e as mortes causadas pela guerra, outros se desligavam a tal ponto que nem se imaginavam naquele lugar, bem distantes daquela situação. Durante o filme, Folman busca preencher as lacunas deixadas em sua memória, consequência dos traumas e dos esquecimentos deixados com a vivência de uma guerra que resultou no massacre de Sabra e Chatila.

---

<sup>3</sup> Intifada: revolta popular palestina contrária à ocupação israelense.

O processo de rememoração é complexo e muitas vezes doloroso, mas é uma oportunidade de descobrir e compactar novos significados àqueles já existentes, tentar reestabelecer respostas a questionamentos e, não tão menos difícil, estruturar um embate contra o esquecimento, em que podemos contribuir ou não para a exposição de fatos registrados na memória.

Para o historiador Michel Gherman (2013), quando temos a compreensão da lembrança e do esquecimento como elementos que constituem a memória, esta memória torna-se uma referência no nosso presente, e não no passado. Assim, abstraímos que *Valsa com Bashir* elabora um debate sobre a memória, enquanto o esquecimento constitui a base de sua orientação. É importante ressaltar a alusão entre memória e história no filme para que novas gerações tenham conhecimento do fato.

Em relação às barbáries cometidas nas guerras, a filósofa Hannah Arendt (1999) esclarece que o homem, tomado por sua “incapacidade de pensar”, abre espaço para o extermínio real de um povo ou repete erros do passado. Como no final da década de 1940, em que muitos judeus morreram e tantos sofreram, hoje os palestinos passam pelo mesmo mal.

Nota-se que tanto na guerra vista em um filme quanto na guerra real, guardadas as devidas relações entre realidade e ficção, o soldado comete tantas atrocidades, sem raciocinar sobre suas ações, que encarna uma banalização do mal como define a autora, o que importa é a certeza de estar com o dever cumprido, obedecendo ordens sem refletir, mas as consequências de suas atitudes ficarão retidas em um lugar de sua memória.

Ari Folman é um exemplo desta situação, interpretando a si mesmo. Desde a sua infância, as histórias de outras tragédias fazem parte da família de Folman: seus pais eram sobreviventes dos campos de Auschwitz. Folman e seus companheiros eram bem jovens quando partiram para a guerra, despreparados e sem experiência para lidar com aquele ambiente. Dessa forma, o diretor busca ajuda na memória coletiva para encontrar as suas próprias memórias e, por meio do filme, estruturalmente, são construídas as representações de Sabra e Chatila.

Serpa (2009), professor e crítico de cinema, comenta que o filme relembra a estética dos quadrinhos, a partir de um cenário estático, com exceção para as personagens e os poucos objetos. Ele observa ainda que mesmo o filme usando com perspicácia o estilo gráfico, não evitou mostrar os horrores e as mortes

causadas pela guerra.

Reforçando a estratégia de divulgação do filme *Valsa com Bashir*, criou-se uma versão impressa, em formato de livro, com ilustrações de David Polonsky, também responsável pela direção de arte no filme. No entanto, a opção pela análise da versão filme deu-se pela presença de uma temática política não muito convencional, como o massacre de Sabra e Chatila, aliada a um recurso de animação que transmitiu mais leveza às imagens e, sobretudo, mobilizou os conceitos de memória e história nas representações de Sabra e Chatila. Além disso, com os recursos de som, cor e fotografia, bem como as expressões, as reações e os diálogos das personagens, acreditamos que seriam aspectos melhor explorados na película em comparação ao livro impresso.

O filme propõe uma nova forma de representação da realidade, relacionando a animação como forma de expressão técnica e adaptada à linguagem de documentário. Todavia, para um documentário de animação, é justamente a convenção não habitual de tratar esta temática como sendo de animação e a forma de representação pouco comum que chamam a atenção para o desenvolvimento do tema desta pesquisa.

Observadas essas considerações, buscamos com esta pesquisa analisar o filme *Valsa com Bashir*, um documentário em forma de animação, focalizando as representações de Sabra e Chatila e as memórias que o filme resgata sobre o massacre. Aliado a esta análise, estudar uma temática não ficcional por meio de um documentário de animação, torna a narrativa mais pessoal com suas personagens e mais próxima do seu público, demonstrando a possibilidade de explorar temas considerados mais “pesados” a partir dos recursos tecnológicos que recorrem à animação.

Dessa forma, conforme nos aponta Sébastien Denis (2007, p. 56), baseando-se em Morin (1956), a filmagem do real pelo cinema, que valoriza os objetos, tem a capacidade de dar vida ao inanimado. Assim, o cinema de animação segue a sequência lógica desse processo, dando “corpo” ao incorpóreo, restituindo a vida, reorganizando o irreal, o incomensurável, dando aparência e sentido ao não narrado, ao imperceptível e ao polissêmico. Assim, entendemos que *Valsa com Bashir*, objeto aqui analisado, a partir das representações de Sabra e Chatila, constitui um arcabouço simbólico que reforça a ficção, evidenciando-a enquanto mecanismo produtor e mantenedor da memória individual e coletiva.

Outro aspecto de interesse é a verificação da importância do cinema no processo de resgate da memória de um fato histórico, não apenas como um entretenimento ou um meio de encantamento, mas um recurso transmissor de informações e de sentimentos que podem, por sua vez, desvelar os processos ideológicos e políticos envolvidos na produção de sentidos sobre a realidade. Ainda que, para Bergson (1999), “o uso do cinema é pertinente à recuperação da lembrança porque ele se constitui de imagem, o homem compreende a realidade por meio de percepções imagéticas”, devemos considerar que toda obra organiza e registra o entendido por “realidade” a seu modo, sendo um produto do seu tempo.

Como o tema em questão diz respeito a um acontecimento no Oriente Médio, uma área constantemente envolvida em disputas territoriais, conflitos étnicos e culturais, tendo em vista a relevância dessa região, bem como o espaço ocupado nas manchetes de noticiários sobre a relação entre árabes e judeus, o Massacre de Sabra e Chatila tem grande repercussão no mundo e na vida de palestinos, libaneses e israelenses. Dessa maneira, esta pesquisa se justifica sendo indispensável aprimorar os estudos na temática e contribuir para o campo do conhecimento em pesquisas futuras.

Para a elaboração deste estudo utilizou-se a pesquisa bibliográfica em livros, jornais, revistas, periódicos, artigos, *sites* e vários textos complementares que auxiliaram na análise do processo de compreensão, construção e realização de um filme documentário, reforçando o entendimento e dando sustentação à dissertação. Como aporte teórico, baseamos nossas reflexões em pesquisadores como Edward Said, Judith Butler, Hannah Arendt, Norman Finkelstein, Ilan Pappé e outros.

No primeiro capítulo, discorreremos sobre o Sionismo, um movimento político de caráter nacionalista do século XIX, também conhecido como nacionalismo judaico, cuja defesa abordava um Estado nacional próprio para o povo judeu e a criação de um Estado judaico independente e soberano onde, historicamente, existia o antigo Reino de Israel. O Sionismo usa o histórico dos antepassados para legitimar um discurso baseado em práticas imperialistas da colonização europeia, de discriminação e de opressão. Nesse âmbito, muitas vezes, qualquer crítica ao Sionismo é vista como uma atitude antisemita.

Em seguida, observamos que a teoria sustentada pelo Sionismo impulsionou a criação do Estado de Israel, em 1948, desencadeando inúmeros

conflitos, entre judeus e palestinos, que se arrastam por décadas até os dias atuais. E, ao final deste ponto, analisamos a questão Palestina: como a proposição indica, ainda não houve uma solução em relação à perda dos territórios palestinos, e apesar da Palestina ser reconhecida por muitos países da comunidade internacional, o negacionismo ainda é presente. Os palestinos vivem em uma luta contínua para o reconhecimento e a autodeterminação de seu povo.

No segundo capítulo, nos debruçamos sobre o Massacre de Sabra e Chatila no ano de 1982, nos campos de refugiados no sul do Líbano, envolvendo palestinos, libaneses e israelenses. Esse episódio é considerado um crime de genocídio devido ao uso desproporcional de uma brutal violência contra uma população de refugiados, desencadeando uma série de outras atrocidades. O massacre tinha como objetivo uma vingança ao assassinato de Bashir Gemayel, recém-eleito primeiro-ministro do Líbano, aliando a essa causa a milícia falangista, com apoio a Gemayel, e as tropas israelenses, para dar cobertura nos ataques aos supostos terroristas infiltrados nos campos.

Dentre os autores com uma extensa pesquisa sobre o tema, podemos citar os jornalistas Amnon Kapeliouk e Robert Fisk, cujas contribuições auxiliaram na exposição de muitos detalhes e atravessamentos desse episódio, além dos relatos de autoridades, de escritores e de sobreviventes.

No terceiro capítulo, abordamos o surgimento do cinema documentário, suas transformações e suas características. Em seguida, realizamos a análise do filme *Valsa com Bashir*, considerado um documentário de animação, mas que, simultaneamente, não segue os padrões desse gênero, sendo classificado como documentário, animação ou história em quadrinhos. Ao final, podemos observar os meandros presentes na construção das representações de Sabra e Chatila, destacando como o diretor resgata e reconstrói a memória de um importante acontecimento histórico.

## 1 O SIONISMO

O estudo do movimento sionista neste trabalho apresenta diversas opiniões e reflexões de seus autores em artigos e livros publicados sobre o tema. Os relatos não procuram uma definição acabada sobre o assunto, pois as diferenças de pontos de vista podem traçar convergências, divergências e novos questionamentos, fazendo-nos aprimorar, cada vez mais, o conhecimento sobre o sionismo. Dessa maneira, podemos tecer reflexões que nos aproximem das semelhanças apontadas pelos autores e nos proporcionem entender melhor o Sionismo e suas consequências na História.

O termo Sionismo deriva da palavra hebraica *Tzion*, Sião, que tem como significado “cume”, “monte”, ou uma colina próxima à cidade de Jerusalém, local sagrado para as três religiões monoteístas: o Islamismo, o Judaísmo e o Cristianismo. Mas, como movimento político, iniciou-se no final do século XIX, com o jornalista judeu e austríaco Nathan Birnbaum (1864–1937), que usou a palavra pela primeira vez em um debate público realizado em Viena, em 23 de janeiro de 1892, considerado um dos pioneiros em prol do combate ao antissemitismo.<sup>4</sup>

Em “Sionismo, Holocausto e Revisionismo: uma análise crítica”, a professora Sofia Levy (2015) vai além, quando fala em sionismo, ao salientar:

Mas, se entendemos o âmago desse movimento como a aspiração do judeu da diáspora ao retorno à Terra de Sião, reconheceremos que o sionismo existe desde o Exílio da Babilônia, no século VI a.C. Paulo Geiger (2012) destaca que o povo judeu é sionista desde que se concebe como povo, estivesse alocado na Terra Prometida ou num projeto de retorno a ela, com o que se manteve unido em sua dispersão (LEVY, 2015, p. 9).

A explicação do Sionismo com base em um passado distante pode-se também observar, quando a escritora Esther Mucznick (2007, p. 2) diz:

O nacionalismo judaico moderno – sionismo – tem duas raízes: a primeira tem uma origem longínqua e confunde-se com a memória histórica, simultaneamente religiosa e nacional do povo judeu; a segunda, muito mais recente, nasceu na Europa no século XIX.

Próximo ao fim do século XIX, os movimentos nacionalistas

---

<sup>4</sup> Preconceito contra os povos de origem semita. A origem da palavra diz respeito aos filhos de Sem, filho de Noé, segundo a Bíblia. Refere-se, também, aos povos de línguas do grupo semítico, como árabes, fenícios, hebreus e babilônios, além de outros.

espalharam-se por toda Europa e Oriente Médio, neste com mais força e com ênfase nos países subordinados aos otomanos, cujo objetivo era a independência das potências colonizadoras, em 1896.

Na Europa, com o nacionalismo em evidência, o Sionismo ganha notoriedade e repercussão com a obra *O Estado Judeu* (1896), publicada por Theodor Herzl (1860–1904), originário do Império Austro-Húngaro, o qual defendia que a sobrevivência do povo judeu vivendo espalhado pelo mundo dependia da criação de um Estado próprio.

Diante das condições adversas vividas por esse povo, sua teoria vem aliar-se à população judaica no Oriente Médio. Simultaneamente, iniciava-se a imigração de judeus russos para diversas partes do mundo, fugindo de violentas perseguições e deportações, como na Europa Oriental, principalmente na Rússia, onde ocorreram massacres contra a comunidade judaica russa, cujos integrantes eram denominados *pogroms*.<sup>5</sup>

A justificativa para o empreendimento sionista tinha como base a defesa de uma ligação secular que o povo judeu mantinha com aquela terra, algo especial, advindo dos ancestrais bíblicos, a chamada Terra Prometida. Com isso, sustentava-se um alegado direito do seu povo àquele lugar, obedecendo aos discursos da ideologia sionista.

No prólogo de sua obra, *O Estado Judeu*, Herzl (2015) expõe uma defesa enfática e direta, explicitando seu objetivo logo no primeiro parágrafo: “a ideia que desenvolvo neste manuscrito é muito antiga: o restabelecimento do Estado judeu” (HERZL, 2015, p. 5). Durante seu relato, o autor demonstra acreditar na concretização desse objetivo ao expressar: “o Estado judeu é uma necessidade universal e, por conseguinte, surgirá”. De forma categórica, finaliza: “Os judeus, que o quiserem, terão o seu Estado e o merecerão” (HERZL, 2015, p. 7).

Essa obra foi resultado do crescimento do antissemitismo no continente europeu e teve como incentivo o “Caso Dreyfus”. Alfred Dreyfus, capitão do exército francês, mas judeu de origem, foi acusado de traição por vender documentos secretos aos alemães. Condenado, mesmo sendo inocente, sua prisão

---

<sup>5</sup> *Pogrom* é uma palavra russa que significa “causar estragos, destruir violentamente”. Historicamente, o termo refere-se aos violentos ataques físicos da população em geral contra os judeus, tanto no império russo como em outros países. Acredita-se que o primeiro incidente deste tipo a ser rotulado *pogrom* foi o tumulto antissemita ocorrido na cidade de Odessa em 1821. Como termo descritivo, a palavra *pogrom* tornou-se de uso comum durante as grandes revoltas antissemitas que aconteceram na Ucrânia e no sul da Rússia, entre 1881 e 1884, após o assassinato do czar Alexandre II.

gerou muitos questionamentos sobre a qualidade de sua punição e se isso estaria relacionado à origem judaica de Dreyfus. Esse acontecimento, no entanto, encontrou forças enquanto movimento político. Sobre a repercussão do “Caso Dreyfus”, o historiador Lissovsky (2009, p. 54) relata a indignação de Herzl na época:

O Caso Dreyfus é mais do que um erro judiciário; ele engloba o desejo da grande maioria dos franceses de condenar um judeu, e através desse judeu todos os judeus. “Morte aos judeus!”, urrava a multidão enquanto os galões eram arrancados da túnica do capitão... Onde? Na França. Na França republicana, moderna, civilizada... O povo francês, ou pelo menos a maior parte do povo francês, não quer estender os direitos do homem aos judeus... Até então quase todos nós acreditávamos que a solução da questão judaica deveria ser pacientemente aguardada como parte do progresso geral da humanidade. Mas quando um povo que sob todos os outros aspectos é tão progressista e tão altamente civilizado pode ter tal procedimento, o que devemos esperar de outros povos que ainda nem mesmo atingiram o nível que a França atingiu em cem anos?

A questão do antissemitismo para Herzl, relatada por Lissovsky (2009), era de que mesmo os judeus sendo pessoas úteis nos lugares onde moravam, eles seriam mal vistos pela sociedade e não encontrariam paz. Em relação a esse pensamento e ao modo para solucionar esse problema, o autor complementa:

Creio que compreendo o antissemitismo, que é na realidade um movimento altamente complexo. Encaro-o sob um ponto de vista judaico, e no entanto faço-o sem temor ou ódio. Acredito poder distinguir nele os elementos que contém de brutal diversão, de inveja ordinária, de preconceito herdado, de intolerância religiosa, e também de pretensa autodefesa. Penso que a questão judaica não é nem social nem religiosa, mas obstante assumir às vezes estas ou outras formas. É uma questão nacional e que só poderá ser solucionada se a tornarmos uma questão política mundial a ser discutida e resolvida pelas nações civilizadas do mundo reunidas (LISSOVSKY, 2009, p. 59).

As ideias defendidas por Herzl em sua obra causaram repercussão, mais opiniões contrárias do que favoráveis. O próprio autor, em sua exposição, comentava que o seu plano seria simples na sua forma, mas complexo na sua execução. Mesmo assim, o autor ganhou representatividade na época e despontou como um arauto do Sionismo, propondo em sua obra a criação de duas fundações, a *Society of Jews* e a *Jewish Company*: a primeira seria responsável pelas negociações com governos; e a segunda, de natureza econômica e financeira,

visaria, principalmente, ao futuro do Estado judeu.

O impacto da sua obra na comunidade judaica da Europa Oriental, mesmo sofrendo censura pelo regime russo, foi notado, surgindo nessa época um dos membros que, mais tarde, se tornaria o futuro discípulo de Herzl: Chaim Weizmann. O historiador Lissovsky (2009) expõe a admiração que a personalidade de Herzl causava em Weizmann, nem tanto pelo que defendia, mas pela forma como se expressava.

O efeito produzido pelo *O Estado Judeu* foi profundo. O que nos atraía não eram as ideias, mas a personalidade que se achava por detrás delas. Aqui havia arrojo, clareza, energia. O fato desse ocidental vir a nós sem os nossos próprios preconceitos tinha sua atração (LISSOVSKY, 2009, p. 65).

O Sionismo ganha impulso para Herzl organizar o primeiro Congresso Sionista na Basileia, Suíça, em 1897, com a participação de mais de 200 delegados de diversas partes do mundo. Sobre isso, Lissovsky (2009, p.71) ressalta: “proferiram-se discursos sobre diversos aspectos do Sionismo: suas bases históricas, colonização da Palestina, problemas econômicos, necessidades culturais, etc.”.

Durante o evento, foram traçadas as diretrizes que pautariam os objetivos dos sionistas durante muito tempo. Dentre as principais realizações, pode-se destacar o Programa Sionista, o qual descreve suas aspirações e a Organização Sionista, descrita por Herzl como o “Estado Judeu em Marcha”, organização semelhante à *Society of Jews*, em que todos os judeus poderiam se unir em apoio ao Sionismo.

O Programa Sionista, aprovado por unanimidade pelos participantes de diversas partes do mundo, serviu para nortear as diretrizes seguidas pelo Sionismo, como apresenta Lissovsky (2009, p. 72-73):

O objetivo do Sionismo é criar para o povo judeu na Palestina um lar legalmente assegurado. Para atingir essa meta o Congresso adota os seguintes meios:

- 1- Promoção sistemática da colonização da Palestina por agricultores e trabalhadores industriais judeus.
- 2- Organização e federação de todos os judeus através de instituições apropriadas, locais e internacionais, e de conformidade com as leis de cada país.
- 3- Fortalecimento da consciência nacional e do sentimento judaicos.

4- Medidas preparatórias para obtenção das aquiescências governamentais que forem necessárias para alcançar o objetivo do Sionismo.

A imigração de judeus para a Palestina acontecia antes da realização do Congresso Sionista, porém, após o evento, ganha maior proporção. Aliado a esse processo, eram realizadas compras de terras para serem ocupadas somente por judeus, passando a acelerar a colonização do local.

Sucedeu-se a continuidade de outros Congressos em busca da realização do projeto Sionista, e mesmo com a morte de Herzl, em 1904, o movimento adquiriu força e representatividade com a divulgação do Sionismo.

Em 1917, a Inglaterra assina a chamada Declaração de Balfour, em que os britânicos anunciavam seu apoio ao projeto Sionista. Arthur Balfour, membro do governo inglês, escreve uma carta ao Lord Rothschild, líder da comunidade judaica na Inglaterra, oferecendo apoio oficial ao Programa Sionista, caso derrotasse o Império Otomano, que dominava a região da Palestina, instalando, assim, um “lar” para os judeus. A íntegra da carta segue abaixo, publicada pela *Revista História Viva*, a partir do historiador Paul Giniewski:

Prezado Lord Rothschild,  
Tenho muito prazer em vos trazer, por obséquio do Governo de Sua Majestade, a seguinte declaração de simpatia para com as aspirações sionistas judaicas que foram submetidas e aprovadas pelo Gabinete. O Governo de Sua Majestade vê favoravelmente o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu, e empregará seus melhores esforços a fim de facilitar a consecução deste objetivo, sendo claramente entendido que nada será feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas na Palestina, ou os direitos e o status em qualquer outro país. Eu ficaria grato se esta declaração fosse levada ao conhecimento da Federação Sionista. Arthur James (2 de novembro de 1917) (GINIEWSKI,2005, p. 38).

Com o final da Primeira Guerra Mundial e a partilha do Império Otomano (Figura 1), a região da Palestina ficou sob administração do Mandato Britânico (Figura 2) e, durante as décadas seguintes, com a expansão da comunidade judaica pela Palestina, o projeto Sionista encontra um desafio no meio do caminho: a população árabe. Conseqüentemente, os conflitos entre árabes e judeus passaram pelas décadas afora.

Contudo, o Sionismo criou instituições para o seu desenvolvimento e expansão, assim como o trabalho realizado pela Agência Judaica, a qual passou a

representar a Organização Sionista Mundial, crescendo com o passar do tempo, dada a repercussão causada com a perseguição aos judeus pelos nazistas durante o Holocausto. Nesse ínterim, o movimento adquiriu forças para viabilizar a criação do Estado judeu, analisado ainda neste capítulo.

**Figura 1-** O Império Otomano tinha conquistado terras na Europa, África e Ásia



Fonte: Blog Império Otomano.

**Figura 2 -** Administração do Território da Palestina pelos britânicos



Fonte: *Palestinos em busca da Pátria*, de Mustafa Yazbek

A discussão sobre os fundamentos do Sionismo ou Nacionalismo Judaico é abordada por Finkelstein (2005), que cita *O Sionismo e os árabes, 1882-1948*: Um estudo ideológico, de Yosef Gorny, como uma obra abrangente do movimento sionista em relação à população árabe da Palestina, fazendo referência ao “consenso ideológico” que cerca o pensamento sionista em torno da crença de que a Palestina deveria abrigar a maioria da população judaica e discorre sob as três tendências envolvidas na sua análise: o Sionismo político, trabalhista e cultural, todos comprometidos com a supremacia do povo judeu, mas não exatamente pelas mesmas razões.

O Sionismo político buscava uma organização política pertencente à Nação judaica, constituindo-a como maioria numérica, pois em qualquer lugar que os judeus estivessem, separados pela diáspora, estavam em menor número. Como observa Finkelstein (2005, p. 61), ao citar o líder sionista Vladimir Jabotinsky, que declarava, com base no livro de Gorny<sup>6</sup>: “a criação de uma maioria judaica [...] era o objetivo fundamental do sionismo,” já que “a expressão ‘Estado judaico’ [...] significa maioria judaica” e a Palestina “haverá de tornar-se um país judeu no momento em que tiver uma maioria judaica”.

Na obra *O Sionismo e os árabes*, de Yosef Gorny, citado por Norman G. Finkelstein (2005), está expresso o pensamento defendido pelos sionistas:

O direito de preempção do povo judeu de todo o mundo à Palestina decorria de três fatos inter-relacionados: (1) a ligação do povo judeu com a terra da Palestina era *sui generis*; (2) os habitantes árabes da Palestina, embora efetivamente constituíssem uma nação, não formavam uma nação separada, antes fazendo parte de uma nação maior, para a qual a Palestina não tinha especial ressonância; ergo (3) o povo judeu tinha um direito “histórico” à Palestina, ao passo que a população árabe local podia na melhor das hipóteses reivindicar simples direitos residenciais na região (FINKELSTEIN, 2005, p. 68).

Com relação à linha sionista trabalhista, não se via apenas a ausência de um Estado judeu, mas a falta de uma classe trabalhadora judaica que, devido a sua dispersão, não se formou, tornando-se deformada. Evidencia-se ainda que o exílio “havia criado um excesso de comerciantes, pequenos negociantes

---

<sup>6</sup> Gorny cita o colaborador mais próximo de Herzl, Max Nordau, para quem “enquanto os judeus constituíram a minoria [na Palestina], sua qualidade moral e histórica de proprietários continuava em questão” (p.157; itálico no original). Nota do livro *Imagem e Realidade do Conflito Israel e Palestina* (2005).

marginais e *Luftsmenschen* judeus, e um déficit de trabalhadores judeus” (FINKELSTEIN, 2005, p. 61).

Acrescenta-se que a convivência com a população árabe local é questionada, bem como toda a presença de árabes na região Palestina, pois buscavam alterar a demografia a favor dos judeus, sendo favorável a transferência da população árabe até sua expulsão e, com isso, visava à concentração territorial da região.

Para a maioria dos sionistas, um êxodo em massa de toda a população local árabe seria a solução ideal para o conflito envolvendo a Palestina, como observa Finkelstein (2005), ao citar o depoimento do sionista Berl Katznelson, favorável à expulsão dos palestinos, parte da população árabe.

Um vizinho distante é melhor que um inimigo próximo. Eles não sofrerão com a transferência, e nós tampouco, com toda certeza. Em última análise, trata-se da alteração de um acordo político para beneficiar ambas as partes. Há algum tempo já considero que é esta a melhor das soluções, e durante os distúrbios fiquei ainda mais convencido de que em algum momento deverá concretizar-se (FINKELSTEIN, 2005, p. 71).

A situação proposta pelos sionistas adquire contornos e semelhanças com o relato de Hannah Arendt em sua obra *Eichmann em Jerusalém – Um relato sobre a banalidade do mal* (1963), em que a escritora descreve o julgamento do nazista Adolf Eichmann<sup>7</sup>, acusado do assassinato de judeus. Sob o comando de um país que se considerava uma raça superior e almejava mais territórios, os judeus passaram por períodos de perseguição, concentração e expulsão, até serem penalizados com a morte, diante do problema que representavam.

Isto nos leva a uma comparação com a defesa empreendida na linha sionista: a liberdade para seu povo retornar à sua nação, mesmo que para isso também pudesse dispor de certos métodos, mais tarde usados no Holocausto contra o próprio povo judeu.

Para os sionistas culturais, a minoria judaica era convencida de possuir o direito de reivindicar o Estado e, conseqüentemente, alterar o equilíbrio

---

<sup>7</sup> Foi um dos principais responsáveis pela deportação de judeus europeus durante o Holocausto, julgado em 1961. Em *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal* (1963), a escritora e filósofa Hannah Arendt descreve seu julgamento.

demográfico na Palestina. Além disso, as instituições culturais importantes de qualquer sociedade estariam subordinadas ao Estado e, assim, formariam um “centro cultural” onde a energia da força judaica seria concentrada em uma maioria numérica para resultar nesse empreendimento.

A maioria judaica e um Estado judaico estariam unidos e vinculados um ao outro. No alegado direito histórico da Palestina, os sionistas usariam esse passado para legitimar sua defesa ao movimento.

Além das correntes sionistas que seguiam o chamado “consenso ideológico”, apresentado por Gorny, havia também dissidentes. Mesmo em pequeno grupo, estes negavam que o êxito do projeto sionista dependesse de uma maioria judaica na Palestina.

Essa minoria acreditava que por trás dessa justificativa escondia-se a intenção de atribuir direitos superiores sobre o Estado que os sionistas pretendiam alcançar e, assim, desfrutar de uma vantagem em relação à comunidade árabe, a qual pretendiam dominar, causando detrimento de um povo em relação ao outro. Finkelstein (2005) relata a discordância dos que não seguiam a linha sionista:

Nas fileiras do movimento sionista, tais formulações só foram contestadas pelo pequeno círculo dos dissidentes. Ernest Simon, por exemplo, do Brit-Shalom, sustentava que o “direito histórico” do sionismo à Palestina era “uma categoria mais metafísica do que política”. Relacionada “às profundezas mais entranhadas do judaísmo”, esta categoria [...] é mais determinante para nós, e não para os árabes.” Assim, ele negava “enfaticamente” que ela conferisse aos judeus qualquer direito sobre a Palestina sem o consentimento dos árabes (FINKELSTEIN, 2005, p. 69).

Para efetivar as teorias defendidas e enfrentar as questões árabes, o movimento sionista seguia um consenso estratégico. Tal consenso estabelecia que o movimento sionista não deveria buscar nem esperar o consentimento de suas ações, pois a discussão em torno da Palestina era de difícil superação entre árabes e judeus.

Os sionistas não consideravam as lideranças árabes um dos protagonistas desse assunto. Além disso, para o sucesso de seu plano na região, era necessário o apoio de potências estrangeiras, independentes da força árabe local, concretizando-se com a Inglaterra dominando a região, após a Primeira Guerra Mundial.

Mais tarde, os sionistas apresentaram seu projeto de colonização

aos britânicos junto do que defendiam. O conflito em torno da Palestina deveria ser solucionado no contexto de uma aliança entre os países da região com subordinação aos interesses das grandes potências. Entretanto, o acordo para implantar um Estado judaico exclusivista numa região dominada por árabes não contaria com apoio expressivo dessa comunidade, restando apenas submeter a uma potência fora da região.

Diante das propostas apresentadas pelo sionismo para a implantação de um Estado judaico, obedecendo às diretrizes aqui já relatadas, nota-se uma retomada pelo historiador Finkelstein (2005) dos objetivos apontados pelos sionistas, alguns deles ainda não consolidados, e contesta o movimento sionista que estaria atuando, o seu *modus operandi*, ou seja, com sua maneira de proceder, sem alterações.

O Sionismo não soube escutar as críticas dos seus dissidentes, assim como não resolveu a questão judaica, deixando o Estado judaico atrelado ao imperialismo do Ocidente. Além do mais, muito menos ocorreu acerca da transformação da classe trabalhadora judaica, vista como uma classe exploradora da mão de obra árabe.

Ademais, parafraseando Gorny, o movimento sionista estaria se associando com “forças reacionárias e imperialistas contra o Leste ressurgente”. Nesse sentido, o movimento sionista poderia arrepender-se da aliança com a colonização britânica contra a população árabe e ficar identificado como movimento de “forças de revolução”. Como explica Finkelstein (2005, p. 76), “os meios foram transformados em fim. Qual seria a razão de ser do sionismo no mundo contemporâneo, senão funcionar como posto avançado de ‘forças reacionárias e imperialistas contra o Leste ressurgente’?”

Na análise de Edward Said, escritor e defensor da causa palestina, as ideias ou sistemas ideológicos são usados para o bem ou para o mal. Para o escritor, quando isso se transforma em uma realidade com uma ampla aceitação, necessita-se de uma revisão, pois esses sistemas adquirem parte das características da realidade, embora não a represente.

Said complementa que como o sionismo passou por tantas adversidades e lutas em seu nome, é defendido com algo “imutável” na busca da autodeterminação política e religiosa dos judeus. Assim, os meios não são menos importantes para sua concretização, como afirma o defensor da causa palestina:

Discute-se muito pouco o que o sionismo causou aos não judeus que por acaso se depararam com ele; a propósito, não se diz nada sobre onde (salvo na história judaica) ele ocorreu e que, no contexto histórico da Europa do século XIX, extraiu sua força... [...] Em suma, ideias políticas efetivas como o sionismo devem ser examinadas historicamente de duas maneiras: (1) genealogicamente, para que sua procedência, consanguinidade e descendência, sua associação tanto com outras ideias quanto com instituições políticas possam ser demonstradas; (2) como sistema prático de acúmulo (de poder, terras, legitimidade ideológica) e deslocamento (de pessoas, outras ideias, legitimidade prévia) (SAID, 2012, p. 64).

Em sua obra *A questão da Palestina*, publicada em 1979, o escritor analisa o sionismo sob o ponto de vistas das vítimas, explicando que a finalidade era criar uma sociedade absolutamente “nativa”, sem contato com outros centros e muito menos com os próprios moradores nativos, com a intenção de substituir estes por outros.

Como um movimento de reprodução do colonialismo europeu do século XIX, o sionismo coincidiu com a época em que os europeus mais adquiriram terras na Ásia e África, como frisa Said (2012, p. 78):

É importante lembrar que, ao se juntar ao entusiasmo generalizado no Ocidente por aquisição de terras no estrangeiro, o sionismo nunca se afirmou explicitamente como um movimento de libertação judaica, mas sim como um movimento colonial de assentamento no Oriente.

A eficácia da estratégia sionista é contabilizada por Said a partir da política adotada pelos sionistas, denominada “política do detalhe”. O projeto sionista e a resistência contra os árabes são atribuídos à maneira específica como deve ser este planejamento: indo além de uma visão colonial geral, tudo é pensado, observado em diferentes situações, constroem-se ou expandem-se colônias judaicas e limitam populações árabes em determinadas regiões. A Palestina, para o sionismo, assim, não é apenas o lar primitivo dos judeus, “ela era um território específico, com características específicas, estudado até o último milímetro, colonizado, planejado e construído em detalhe” (SAID, 2012, p. 108).

Como resultado, Said observa que essas ações nos remetem ao imperialismo, a partir de uma filosofia política aos moldes europeus, implantado na Palestina pelos judeus através da expansão territorial e da dominação do povo árabe, num processo de legitimação de suas ideias, requerendo direitos sobre uma região sem considerar os habitantes nativos. Tais ações são realizadas para impor

sua conquista. Em sua exposição, Said (2012, p. 82) relata, como se perguntasse a uma vítima dessa situação:

No entanto, o que a vítima sentiu quando os sionistas chegaram à Palestina? O que pensa quando vê como o sionismo é descrito hoje? Onde ela pode procurar na história do sionismo as raízes deste e as origens de suas práticas em relação a ela? Essas são perguntas que nunca são feitas – e são precisamente elas que tento fazer e, ao mesmo tempo responder neste exame das ligações entre o sionismo e o imperialismo realismo.

Nesse contexto, o colono judeu sionista usou os mesmos métodos da colonização europeia quando se trata das práticas de discriminação e de opressão, de modo geral, à população árabe. Evidencia-se que o Oriente e o Islamismo são veiculados de forma estereotipada nos meios de comunicação em massa ocidentais, nos quais a cultura ocidental disseminou uma construção e uma interpretação atrasada e com preconceitos em relação à cultura dos povos do Oriente, denominadas no estudo de Said (2007) como “orientalismo”.

Em *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*, publicado em 1978, Said discute a visão idealizada e distorcida que o Ocidente tem em relação ao mundo oriental. A percepção do autor é descrita detalhadamente ao expor:

No que diz respeito ao Oriente, a padronização e a estereotipação cultural intensificaram o domínio da demonologia acadêmica e imaginativa do “Oriente misterioso”. Em lugar algum isso é mais verdadeiro que nos modos como o Oriente Próximo é compreendido. Três coisas contribuíram para transformar até mesmo a mais simples percepção dos árabes e do Islã em uma questão altamente politizada, quase áspera: uma, a história do preconceito popular antiárabe e antiislâmico no Ocidente, imediatamente refletido na história do orientalismo; duas, a luta entre os árabes e o sionismo israelita, e os seus efeitos sobre o judeu americano, bem como sobre a cultura liberal e a população em geral; três, a quase total ausência de qualquer posição cultural que tomasse possível, seja identificar-se com os árabes e com o islã, seja discuti-los com isenção. Além disso, quase não é preciso dizer que posto que o Oriente Médio está hoje identificado com a política das Grandes Potências, com a política do petróleo e com a dicotomia simplista do democrático e amante da liberdade Israel e os árabes maus, totalitários e terroristas, as chances de qualquer coisa parecida com uma visão clara de sobre o que se está falando quando se está falando sobre o Oriente Próximo são depressivamente pequenas (SAID, 2007, p. 38).

A experiência de Said (2007) residir nos Estados Unidos, como relata, fez com que esta visão “orientalista” do Oriente fosse mais perceptível,

permanecendo uma visão nada convincente de “orientalistas” sem um envolvimento profundo, real e com preconceitos da realidade vivida dos árabes e de sua cultura<sup>8</sup>, como segue em sua exposição:

As minhas próprias experiências nessas questões são parte do que me fez escrever este livro. A vida de um árabe palestino no Ocidente, especialmente nos Estados Unidos, é desanimadora. Existe aqui um consenso quase unânime de que politicamente ele não existe e, quando é admitido que ele existe, é como um incômodo ou como um oriental. A teia do racismo, dos estereótipos culturais, do imperialismo político e da ideologia desumanizante que contém o árabe ou o muçulmano é realmente muito forte, e é esta teia que cada palestino veio a sentir como seu destino singularmente punitivo. O que tornou as coisas piores para ele foi observar que ninguém que esteja academicamente envolvido com o Oriente Próximo – ou seja, nenhum orientalista – nos Estados Unidos identificou-se convictamente com os árabes, cultural e politicamente; houve com certeza identificações em alguns níveis, mas estas nunca assumiram uma forma “aceitável”, como a identificação liberal americana com o sionismo, e com grande frequência foram invalidadas por sua associação com interesses políticos e econômicos desacreditados (companhias petrolíferas e arabistas do Departamento de Estado, por exemplo) ou com a religião (SAID, 2007, p. 38).

Para Said (2007), o cenário desfavorável ao Oriente é marcado em razão de uma “atitude arraigada”, derivada de antigos preconceitos ocidentais em relação à religião, aos árabes e ao mundo oriental, assim como a maioria dos estudos das ciências políticas sobre o Oriente Médio, que ainda mantém a tradição de uma estrutura que legitimou o sionismo e opôs-se a ele.

Aparenta-se que estamos em defesa do antissemitismo, pois se criou uma representação coletiva dos árabes e do islamismo. Tirando proveito disso, usam essa “imagem” como uma propaganda política e ideológica para perpetuar como uma verdade em seu discurso.

Com este raciocínio, a política de expansão territorial do movimento sionista é traçada como uma estratégica de defesa. A conquista de territórios traz o domínio e a segurança sob seus adversários. A terra conquistada por um povo

---

<sup>8</sup> Os estereótipos em torno do Oriente configuram uma questão que deve ser pensada em longo prazo. Em 1993, Samuel Huntington escreve o artigo “The Clash of Civilizations?”, elaborando a tese do “choque das civilizações”, contrariando outras análises que sugeriam o fim dos conflitos mundiais após a Guerra Fria. Em 1996, Huntington publica o livro *The Clash of Civilizations and the Remaking of the World Order*, estruturando o seu argumento: para ele, os conflitos mundiais permaneceriam ocorrendo, principalmente porque os atentados terroristas de setembro de 2001 nos Estados Unidos e suas eventuais consequências, como as guerras contra o terror, reafirmaram a divisão entre as civilizações e suas tensões.

considerado mais civilizado que o nativo pode gerar mais benefícios do que se ficassem sob comando de uma população que os europeus viam como “seres inferiores, marginais e insignificantes”, não resultando no melhor aproveitamento das terras.

Os sionistas adquiriram terras e fixaram suas colônias para assim implantar uma política de segregação, pois a intenção era fixar na Palestina o considerado “lar primitivo” do povo judeu, algo que não seria possível dividir com os árabes, devendo estes aceitar passivamente. Sobre essa prática, discorre Said (2012, p. 125):

[...] expandir e aprofundar a colonização judaica em áreas onde a contiguidade com a população árabe seja preeminente, e onde esta seja consideravelmente maior do que a população judaica; examinar a possibilidade de diluir as concentrações populacionais árabes existentes. Deve-se dar atenção especial às áreas fronteiriças a noroeste do país e à região de Nazaré. Deve desviar da rotina adotada até aqui quanto à abordagem e à exigência de desempenho. Ao mesmo tempo, deve-se impor a lei de Estado a fim de limitar a “abertura de novos caminhos” pelos assentamentos árabes em várias regiões do país.

A fundação de um Estado judeu defendido pelo Sionismo apresentava essas características relatadas. A sua construção deveria ser conquistada de muitas maneiras, como observa o autor, principalmente sob a negação da existência da Palestina e de seu povo.

No entanto, a luta palestina é real. Se não fosse a sua história, não seria alvo de tantos debates e discussões. Além disso, sua população não viveria sob limites geográficos, os exércitos não seriam usados como estratégia de defesa contra seu povo e existiriam campos de refugiados originários de processos de ocupação e remoção de grande parte da população palestina.

O discurso que prevalece é o de um passado com vínculos bíblicos, em que seria concedido este direito histórico a uma região confiada aos judeus. A manifestação da população árabe sobre quaisquer direitos, tradições e sua cultura foram rejeitados como se não fizessem parte do meio local ou que nunca existiram. Essa realidade pode ser melhor compreendida, quando Said (2012, p. LV) expõe:

Por fim, parto do princípio moral de que os seres humanos, individual e seletivamente, possuem direitos fundamentais, sendo a autodeterminação um deles. Quero dizer com isso que nenhum ser humano deveria ser ameaçado de “transferência” de sua casa ou de

sua terra; nenhum ser humano deveria ser discriminado por não pertencer a esta ou àquela religião; nenhum ser humano deveria ser destituído de sua pátria, de sua identidade nacional ou de sua cultura, seja qual for o motivo.

O autor ainda defende que escrever criticamente sobre o sionismo não significa agora ser antissemita. A crítica vai além de uma ideia ou uma teoria e não se pode esperar que milhões de árabes-palestinos saiam de suas terras ou sejam expulsos e se conformem com tal situação.

Said (2012) evidencia haver muitas questões pendentes envolvidas, como o direito de imigração, a indenização das terras, a discussão e aceitação da libertação dos judeus na terra almejada por eles, mas que isso ocorra sobre a existência de outro povo, que também tinha um território de significado comum.

A complexidade que o tema requer e suas ponderações podem ser observadas na reflexão sobre a experiência de Said (2012, p. 67-68):

Apenas tratar desse assunto e, mais ainda, tentar “definir” o sionismo é uma questão muito difícil para um árabe, mas deve ser analisado com honestidade. Permito-me usar a mim mesmo como exemplo. A maior parte da educação que recebi, e certamente toda a base da minha formação intelectual, é ocidental; naquilo que leio, que escrevo e até mesmo naquilo que faço politicamente sou influenciado de maneira profunda pela atitude ocidental predominante em relação à história dos judeus, ao antissemitismo, à destruição dos judeus na Europa. Ao contrário da maioria dos intelectuais árabes, grande parte dos quais, obviamente, não viveu as experiências que vivi, fui exposto a aspectos da história e da experiência judaica que tiveram importância particular para judeus e não judeus ocidentais que liam e refletiam sobre a história judaica. Sei, tão bem quanto qualquer não judeu ocidental culto, o que o antissemitismo significa para os judeus, sobretudo no século XX. Consequentemente, sou capaz de compreender o misto de terror e júbilo que alimenta o sionismo, e acredito que posso ao menos captar o que Israel significa para os judeus ou mesmo para um liberal ocidental esclarecido. Mas, como sou e são essas coisas que complicam consideravelmente a questão e me levam a me concentrar nos outros aspectos do sionismo. O resultado, acredito eu, merece ser descrito, não porque o que penso é crucial, mas porque é útil ver o mesmo fenômeno de duas maneiras complementares, que normalmente não são associadas entre si.

Outros estudos, como a obra de Hanna Arendt, analisada pela filósofa Judith Butler (2017), apresentam sua crítica ao sionismo e ao Estado-nação. Na sua visão, reitera-se que qualquer crítica ou discurso público contra o povo judeu é visto como uma oposição aos princípios considerados de soberania judaica, derivados de tradições culturais, históricas e seculares. Além disso, as oposições

são consideradas uma associação à falta de sensibilidade com a destruição de um povo ou simplesmente denominadas “antissemitas”.

A judaicidade, segundo Butler (2017), deve ser separada do sionismo mesmo que este ainda exerça influência, pois, em sua percepção, o fato de um indivíduo frequentar uma sinagoga não significa que seja sionista, mas também não deve renegar a judaicidade por não aceitar as políticas do Estado de Israel.

A autora demonstra a preocupação de o sionismo continuar a controlar o significado da judaicidade e das críticas de origem judaicas. Para Butler (2017), seria como se exercesse o direito de se expressar por todo o povo judeu e pelos valores judaicos defendidos por tradições passadas e que, no seu entender, estes são questionados.

Se estes princípios estão sendo derivados de valores judaicos distantes, podem não ter a continuidade ou a mesma representação numa época contemporânea. Além disso, com o passar do tempo, não pertenceriam ou seriam derivados de vários outros recursos tradicionais, históricos e seculares que só compreenderíamos sobre um olhar atento sobre esses aspectos. Como expressa Butler (2017, p. 23): “Na verdade, a judaicidade, na visão de Arendt, é um termo que tenta reunir uma multiplicidade de modos sociais de identificação sem ser capaz de conciliá-los. Não há uma única definição, nem pode haver”.

Enquanto os princípios defendidos pelo sionismo, com o passar do tempo, parecem ter perdido seu objetivo principal, eles também aparentam estar baseando-se em tradições que não se aplicam à realidade contemporânea, sofrendo seus deslocamentos, como enfatiza Butler (2017, p. 17): “para ser efetiva, uma tradição deve ser capaz de se afastar das circunstâncias particulares históricas de sua legitimação e provar ser aplicável a novas ocasiões no tempo e no espaço”.

A afirmação da autora complementa sua resposta quando lhe perguntam se ela é sionista, o que, em sua interpretação, o modo correto ao ser interpelada seria dizer se ela acredita no direito da existência de Israel.

Segundo Butler (2017), os fundamentos em torno da discussão sobre a legitimidade de qualquer Estado nesta região é silenciado. Algo que poderia ser visto como um momento de reflexão de uma ordem democrática, mas que, no entanto, essa legitimação tem como propósito aniquilar uma população. Desse modo, nenhuma discussão envolvendo legitimidade poderia ocorrer, como enfatiza Butler (2017, p. 28):

Além do mais, dado que o sionismo se tornou equivalente a reivindicações de soberania judaica sobre terras antes pertencentes aos palestinos e habitadas por eles, uma pergunta melhor seria: que forma de ordem política poderia ser considerada legítima para terras atualmente habitadas por israelenses judeus, palestinos israelenses e palestinos que vivem sob ocupação, e que não são mais habitadas por centenas de milhares de palestinos despossuídos de suas terras por um padrão sistemático e recorrente de confisco de terras, parte integrante do projeto continuado de colonialismo de povoamento? Quem pergunta que tipo de ordem política honraria todas essas reivindicações aparentemente não é mais sionista no entendimento contemporâneo do termo. Nesse cenário foram deixadas de lado não apenas as várias formas de sionismo que rejeitavam as reivindicações territoriais, mas também aquelas formas primeiras que pretendiam autoridades confederadas para estabelecer o binacionalismo.

A autodeterminação do povo judeu e a existência de um Estado nacional judaico sem a assimilação dos judeus pelas sociedades dos países em que vivem, a política de colonialismo de povoamento, a expulsão de povos nativos de suas terras e todas essas práticas mencionadas sobre o sionismo nos remetem à análise de Butler (2017, 32), ao lembrar que Arendt tinha razão quando dizia que Eichman supunha que podia escolher com quem coabitar a Terra, pois, na visão de Arendt, “coabitação não é uma escolha, mas uma condição da nossa vida política”.

Para Arendt, já estamos inseridos numa população que não escolhemos fazer parte, como um ato involuntário, e essa população fala diversas línguas, é heterogênea e dotada de diversos aspectos plurais na composição de sua história social, política e cultural.

Para a autora, trata-se de uma característica que nos precede e já é disseminada ao nosso redor: não há como fugir ou separar. Afinal, caso parte da população reivindicasse a Terra para si, estaria adotando, segundo Arendt, uma “política de genocídio”, pois pertencemos ao mesmo meio e a mesma Terra; estamos próximos uns aos outros, mesmo que não desejamos.

Butler (2017, p. 33) reforça as afirmações de Arendt quando expressa: “A proximidade não desejada e a coabitação não escolhida também servem como base para nova obrigação de não destruir nenhuma parte da população humana ou impossibilitar as condições de vida das pessoas”. Com isto, Butler expõe que se o pensamento de Arendt sobre as marcas do sionismo como o colonialismo com base em populações judaicas estiver correto, ele não pode ser legítimo, pois haveria uma escolha de uma população em detrimento de outra; e a

escolha, nesse caso, é algo inconcebível.

A alternativa não está disponível, pois temos que viver com quem não escolhemos, com pessoas as quais não temos nenhum vínculo social de pertencimento, mas que, de alguma forma ou de outra, também são vidas a serem preservadas, afinal, fazemos parte dessa diversidade. Muitos menos seria correto, por exemplo, praticar expulsões de povos com base nas suas nacionalidades ou crenças religiosas.

A coabitação é um ponto que merece destaque na defesa de Butler (2017). É algo visto pelos sionistas como uma realização distante, se comparado aos direitos de igualdade. A autora é categórica ao relatar: “coabitar a Terra antecede qualquer comunidade, nação ou vizinhança possível. Às vezes podemos escolher onde viver, com quem viver ou perto de quem, mas não podemos escolher com quem coabitar a Terra” (BUTLER, 2017, p. 130).

A coabitação defendida demonstra haver união e interação entre os envolvidos, não apenas em relação ao espaço físico do território, mas também são necessários a junção e o envolvimento com aqueles que nos rodeiam. E nem os limites geográficos podem ser obstáculos para compartilharmos experiências, mesmo que sejam histórias de sofrimento.

Isto posto, torna-se notório que não podemos coabitar sem participar e sendo indiferentes ao que acontece à nossa volta. Afinal, ao adotarmos um distanciamento social e político estamos destruindo mecanismos de sustentação da nossa própria vida, além de assumirmos uma atitude de negação à existência e ao sofrimento alheio.

Deve-se evidenciar ainda que as conexões e as divergências devem existir no meio de um ambiente heterogêneo, visto que cada um influencia e interage com o outro: “não existe casa sem adjacências, sem uma linha que demarque e limite um território a outro, portanto não há como residir em qualquer lugar delimitado sem que o lado de fora defina o espaço da habitação” (BUTLER, 2017, p. 134).

Como todos têm o direito de coabitar a Terra, todos possuem, em situação de igualdade, os mesmos direitos, bem como todas as nacionalidades. Com base nessa premissa de justiça social, e não de fundamentos religiosos, como os defendidos pelo sionismo, Arendt destaca, em *As Origens do Totalitarismo* (1951), no capítulo “O declínio do Estado-nação e o fim dos Direitos do Homem”, que as condições para todo e qualquer direito sugerem certas condições e elas

envolvem o lugar e o pertencimento político para se concretizar. Quando isso não ocorre, os direitos são destituídos e, sem o poder de expressão, perde-se a liberdade de agir:

A privação fundamental dos direitos humanos manifesta-se, primeiro e acima de tudo, na privação de um lugar no mundo que torne a opinião significativa e a ação eficaz. Algo mais fundamental do que a liberdade e a justiça, que são os direitos do cidadão, está em jogo quando deixa de ser natural que um homem pertença à comunidade em que nasceu, e quando está numa situação em que, a não ser que cometa um crime, receberá um tratamento independente do que ele faça ou deixe de fazer. Esse extremo, e nada mais, é a situação dos que são privados dos seus direitos humanos. São privados não do seu direito à liberdade, mas do direito à ação; não do direito de pensarem o que quiserem, mas do direito de opinarem. Privilégios (em alguns casos), injustiças (na maioria das vezes), bênçãos ou ruínas lhes serão dados ao sabor do acaso e sem qualquer relação com o que fazem, fizeram ou venham a fazer (ARENDRT, 2012, p. 403).

Para Arendt (2012), trata-se de algo sem precedentes que denota nossa atenção. Não é somente a perda de um lar ou ser desalojado de sua comunidade, mas a impossibilidade de não encontrar outro lar, visto que inúmeras barreiras são impostas aonde possa se dirigir, seja em outro território ou mesmo dentro do seu próprio país, acabando por perder o *status* legal, não somente em seu país, mas também em outras localidades.

Essa perda da comunidade, do lugar com suas peculiaridades, sem encontrar assimilação, resulta no que Arendt (2012, p. 405) afirma: “Apenas a perda da própria comunidade é que o expulsa da humanidade”.

O homem pode perder todos os chamados Direitos do Homem sem perder a sua qualidade essencial de homem, sua dignidade humana. Só a perda da própria comunidade é que o expulsa da humanidade. O direito que corresponde a essa perda, e que nunca foi sequer mencionado entre os direitos humanos, não pode ser expresso em termos das categorias do século XVIII, pois estas presumem que os direitos emanam diretamente da “natureza” do homem e, portanto, faz pouca diferença se essa natureza é visualizada em termos de lei natural ou de um ser criado à imagem de Deus, se se refere a direitos “naturais” ou a mandamentos divinos. O fator decisivo é que esses direitos, e a dignidade humana que eles outorgam, deveriam permanecer válidos e reais mesmo que somente existisse um único ser humano na face da terra; não dependem da pluralidade humana e devem permanecer válidos mesmo que um ser humano seja expulso da comunidade humana.

A destituição da humanidade, com consequências para os direitos de cidadania, vai ao encontro do que defendia o movimento sionista, em que o nacionalismo era prioridade ao Estado de direito e as populações minoritárias ficariam sujeitas aos deslocamentos, à desnacionalização, à expulsão e ao extermínio. Como resultado dessa prática, gera-se uma grande população fora de sua comunidade, do seu país, “os povos apátridas são devolvidos violentamente a um estado de natureza em que não há nenhuma proteção ou legitimação” (BULTER, 2017, p. 147).

A prática é assimilada pelo Estado-nação, em que o nacionalismo criticado por Hannah Arendt reproduz e continua a reproduzir multidões de refugiados para dar sustentabilidade ao regime<sup>9</sup>. Dessa forma, Arendt se opõe à formação de um Estado com uma população que não fosse heterogênea, defendendo a pluralidade entre as nacionalidades, não com base em princípios de soberania judaica, mas em uma ordem política justa que garanta a igualdade a todos os cidadãos e todas as nacionalidades. Sendo assim, se isso não ocorre, “os representantes das grandes nações sabiam demasiado bem que as minorias existentes num Estado-nação deviam mais cedo ou mais tarde, ser assimiladas ou liquidadas” (ARENDR, 2012, p. 376).

Desse modo, remetemo-nos à maneira como Eichmann escolhia coabitar a Terra, ou seja, aniquilando parte da população de judeus, ciganos, homossexuais, deficientes, doentes e outros. Os direitos de igualdade e justiça social não devem ficar restritos a nacionalidades, a religiões ou a culturas, como defendido pelos sionistas.

Os apátridas são o resultado dessas políticas que visam à expulsão, aos deslocamentos e ao extermínio. Conforme explica Arendt (2012, p. 383), a própria terminologia “apátrida”, com o passar do tempo, adquiriu outras nuances, a partir de mudanças na forma de tratamento:

---

<sup>9</sup> Diferentemente do que se acreditava no fim da década de 1980, que, com a Queda do Muro de Berlim, haveria a redução no número de refugiados, uma vez que as pessoas não seriam mais perseguidas, o número de refugiados tem aumentado a cada dia. Segundo a Agência ONU para Refugiados (ACNUR), em 2021, o número de refugiados sob o mandato do ACNUR ultrapassou 20,8 milhões, 172 mil pessoas a mais do que no final de 2020. Mais da metade dos novos reconhecimentos vieram de cinco países: República Centro-Africana (71.800), Sul Sudão (61.700), Síria (38.800), Afeganistão (25.200) e Nigéria (20.300). No mesmo período, havia 92.100 novos venezuelanos deslocados na América Latina e no Caribe. Em 2022 no contexto de escrita desta dissertação, mais de 5 milhões de refugiados deixaram a Ucrânia devido à guerra com a Rússia. O número de pessoas que fogem para escapar da invasão russa configura como a pior crise de refugiados na Europa, desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Até a terminologia aplicada ao apátrida deteriorou-se. A expressão “povos sem Estado” pelo menos reconhecia o fato de que essas pessoas haviam perdido a proteção do seu governo e tinham necessidade de acordos internacionais que salvaguardassem a sua condição legal. A expressão *displaced persons* [pessoas deslocadas] foi inventada durante a guerra com a finalidade única de liquidar o problema dos apátridas de uma vez por todas, por meio do simplório expediente de ignorar a sua existência. O não reconhecimento de que uma pessoa pudesse ser “sem Estado” levava as autoridades, quaisquer que fossem, à tentativa de repatriá-la, isto é, de deportá-la para o seu país de origem, mesmo que este se recusasse a reconhecer o repatriado em perspectiva como cidadão ou, pelo contrário, desejasse o seu retorno apenas para puni-lo.

Apesar das mudanças de tratamento, o problema dos apátridas, resultante de políticas como as defendidas pelo sionismo, é cada vez mais grave e sua população crescente. São milhares de pessoas vivendo em diversos países, marginalizados e destituídos de seus direitos:

Depois da guerra, viu-se que a questão judaica, considerada a única insolúvel, foi realmente resolvida – por meio de um território colonizado e depois conquistado – mas isso não resolveu o problema geral das minorias nem dos apátridas. Pelo contrário, a solução da questão judaica meramente produziu uma nova categoria de refugiados, os árabes, acrescentando assim cerca de 700 mil a 800 mil pessoas ao número dos que não têm Estado nem direitos. E o que aconteceu na Palestina, em território menor e em termos de poucas centenas de milhares de pessoas, foi repetido depois na Índia em larga escala, envolvendo muitos milhões de homens (ARENDR, 2012, p. 394).

Com essa situação recorrente dos apátridas, o modelo de Estado-nação deve ser repensado. Na opinião de Arendt, se o princípio de igualdade diante da lei não existe, a nação se transforma numa sociedade com indivíduos usufruindo privilégios enquanto a maioria não tem acesso nem mesmo às condições mínimas de sobrevivência. “As leis que não são iguais para todos transformam-se em direitos e privilégios, o que contradiz a própria natureza do Estado-nação” (ARENDR, 2012, p. 395).

Com reforço ao seu pensamento, a autora explica que nenhum direito para os refugiados será legítimo se o próprio exercício deste faz crescer ainda mais a população de refugiados. Desta forma, trata-se de dar legitimidade a um problema e não uma solução. A situação da população que perde seus vínculos de origem é tão injusta, sendo a sua condição comparada a de pessoas que cometem

um crime, vivendo à margem da lei:

Muito pior que o dano causado pela condição de apátrida às antigas e necessárias distinções entre nacionais e estrangeiros e ao direito soberano dos Estados em questões de nacionalidade e expulsão, foi aquele sofrido pela própria estrutura das instituições legais da nação, quando um crescente número de residentes teve de viver fora da jurisdição dessas leis, sem ser protegido por quaisquer outras. O apátrida, sem direito à resistência e sem o direito de trabalhar, tinha, naturalmente, de viver em constante transgressão à lei. Estava sujeito a ir para a cadeia sem jamais cometer um crime. Mais do que isso, toda a hierarquia de valores existente nos países civilizados era invertida no seu caso. Uma vez que ele constituía a anomalia não prevista na lei geral, era melhor que se convertesse na anomalia que ela previa: o criminoso. [...] Como criminoso, mesmo um apátrida não será tratado pior que outro criminoso, isto é, será tratado como qualquer outra pessoa nas mesmas condições (ARENDDT, 2012, p. 390).

Diante de uma política com base na ocupação, na invasão e na destruição, resultando na dispersão de populações, o sionismo deve ser analisado e repensado. As tradições que representam um grupo ou um Estado que tenham o poder de agir em nome de um povo, com base principalmente em fundamentos religiosos ou étnicos e tentem construir uma maioria demográfica estabelecendo níveis diferentes para o exercício de seus direitos e cidadania, não pode ser admissível.

Porém, entre os próprios judeus há divergências quanto ao sionismo. Perante isto, Arendt expõe que tanto o judeu assimilacionista quanto o sionista surgiram de um ponto fundamental em comum. Os assimilacionistas entendem que os judeus pertencem às nações que os recebem, enquanto os sionistas defendem ter uma nação própria. A autora, no entanto, refuta essas teorias quando esclarece: “Trata-se, nos dois casos, da mesma deficiência, que surge de um medo judaico de admitir que existem e sempre existiram interesses divergentes entre os judeus e grupos dos povos com os quais eles convivem” (ARENDDT apud BUTLER, 2017, p. 138).

As divergências que podemos constatar nas correntes do judaísmo dividem-se em três grupos: os seguidores do judaísmo ortodoxo, os reformistas e os conservadores. As diferenças dessas correntes estão na sua forma de adaptação ou não das tradições da lei judaica, cada uma com suas especificidades.

Evidencia-se, desse modo, que o sionismo não é uma unanimidade entre os judeus, nem entre as correntes religiosas. Os judeus ortodoxos resultaram

em uma vertente diferente. No caso dos ultraortodoxos, em que os mais radicais defendem que os judeus não podem ter um Estado próprio até o advento do “Messias”, e que a representação desse Estado por Israel seria uma usurpação, são antissionistas. Eles alegam que os sionistas se separaram do povo judeu e, por isso, não tem o direito de falar em seu nome, sendo o retorno à Terra Santa antes do Messias um desrespeito à vontade de Deus.

Os princípios sionistas são controversos e não foram seguidos por judeus de várias origens, como explica Guertzenstein (2016, p. 46):

Os ideais socialistas do nacionalismo sionista são assunto polêmico entre judeus religiosos. Os judeus ocidentais ultra-ortodoxos e os judeus orientais mais religiosos reprovavam o sionismo porque os judeus sionistas eram seculares ou ateus e muitos deles eram marxistas. O sionismo socialista foi previsto para ser uma ferramenta para resolver o problema do antissemitismo com a construção de uma sociedade socialista moderna na Terra de Israel. [...] Os judeus empenhados no próprio pertencimento na construção dos estados europeus<sup>10</sup> não aderiram ao sionismo. Judeus ultra-ortodoxos europeus<sup>11</sup> e judeus religiosos de países árabes<sup>12</sup> se manifestavam abertamente contra os valores socialistas sionistas.

Ao se posicionar, o escritor israelense Ilan Pappé, em sua obra *A Limpeza Étnica da Palestina* (2007), descreve o processo envolvendo judeus e árabes palestinos como sendo “um esforço para deixar homogêneo um país de etnias mistas, expulsando e transformando em refugiados um determinado grupo de pessoas, enquanto se destroem os lares dos quais elas foram enxotadas” (PAPPÉ, 2016, p. 23).

Segundo Pappé (2016), é o aspecto ideológico judaico que marca o sionismo, estabelecendo a contradição, pois se os cidadãos judeus têm direitos assegurados como qualquer outro povo, e em qualquer lugar, não deveria reivindicar sua determinação em lugar específico. Em entrevista a um site de notícias,<sup>13</sup> o escritor fez a seguinte explanação, quando lhe foi pedido para explicar o sionismo:

<sup>10</sup> O *Bund*: União Judaica Trabalhista da Lituânia, Polônia e Rússia, chamada em iídiche de *Algemeyer Yidisher Arbeter Bund in Life, Poyln um Rusland* foi um movimento político de operários judeus entre 1890 e 1930 que visava autonomia para o povo judeu sem uma referência nacional.

<sup>11</sup> Judeus sectários que se opõem ao estudo das ciências e de conhecimentos externos à tradição judaica de suas próprias lideranças religiosas, receosos de que as influências desses venham a desvirtuar o judaísmo de sua comunidade.

<sup>12</sup> Judeus que na qualidade de *dhimmis* (súditos não muçulmanos) pagavam impostos adicionais para garantir o direito de residir em regiões dominadas pela xaria.

<sup>13</sup> Entrevista ao site *Fumaça*, concedida e transcrita por Ricardo Esteves Ribeiro, em 17 de maio de 2018.

Sionismo é a ideologia judaica que acredita que a Palestina é a sua terra desde a antiguidade e onde o povo judeu deve ter independência e autodeterminação. O movimento do sionismo é um movimento para trazer os judeus para aquela que é, alegadamente, a sua terra desde a antiguidade, e recriar a terra judaica que lá existia, de acordo com esta narrativa, nos tempos da Bíblia. Sião é um dos nomes que a Bíblia dá a Jerusalém e é onde o Sionismo vem. Agora, isto contradiz a ideia de que os judeus têm o direito de ser cidadãos normais em qualquer parte do mundo, tal como os cristãos o fazem, ou os muçulmanos, ou qualquer pessoa com ou sem religião. O problema foi que na Europa, os judeus não foram permitidos ser assimilados. Não lhes foram dados os direitos completos. Em alguns casos, como sabemos, fomos ameaçados com a extinção, como aconteceu, infelizmente, durante a 2ª Guerra Mundial. Toda esta ideologia de que os judeus não pertencem à Europa também é defendida pelos sionistas (RIBEIRO; PAPPÉ, 2018).

Outro ponto pontuado pelo autor, resultado do sionismo, é a negação dos fatos históricos, como se a memória pudesse ser eliminada, como um verdadeiro apagamento do passado. O que pode ser explicado com o termo “memoricídio”, referindo-se à destruição de vilarejos e outros lugares onde muitos árabes foram expulsos ou mortos e até lá enterrados, mas o local passou por transformações no intuito de modificar a história das populações que antes habitam a região. A morte da memória da própria *Nakba*<sup>14</sup>. A paisagem de parques e bosques foi alterada com a plantação de árvores não nativas para ocultar os traços de outra cultura.

Pappé (2016, p. 261) esclarece:

Essencialmente, o esforço arqueológico de reproduzir o mapa de Israel “Antigo” foi nada mais, nada menos do que uma sistemática tentativa acadêmica, política e militar de desabizar o território – seus nomes e sua geografia, mas, acima de tudo, sua história.

Na opinião de Shlomo Sand, outro escritor israelense, o sionismo ressalta que a Palestina é a terra do povo judeu, há muitos milênios. Sand reconhece que os judeus formaram comunidades religiosas em várias partes do mundo, mas esse fato não lhes concede uma característica específica em relação a outros povos nem um exclusivismo de uma raça para habitar determinada região.

O escritor relata que o povo judeu sempre foi disperso e nômade, mas que mesmo possuindo esses hábitos os judeus não eram um povo único ou de

---

<sup>14</sup> Palavra árabe que significa “catástrofe” ou “desastre”, referente ao êxodo de mais de 700 mil palestinos durante a guerra árabe-israelense.

uma raça pura. Desse modo, foram adquirindo e absorvendo elementos estrangeiros durante sua caminhada e vivendo em comunidades, ainda que separadas, conseguindo manter laços de sangue com seu povo.

Sendo assim, contesta-se que a unicidade dos judeus foi alterada com a dispersão. Segundo Sand (2011, p. 48), “escrever uma história judaica nova, para além do espesso prisma de vidro sionista, não é fácil. A luz que aí se decompõe recebe continuamente cores etnocêntricas carregadas”. Essa visão etnocêntrica do sionismo vem na crença de que os judeus eram dotados de características biológicas específicas, sendo a sua raça considerada melhor em relação aos povos que habitam a região, como persas, romanos, árabes, turcos e outros.

Diante desse pressuposto, Sand (2011) esclarece que o seu posicionamento é uma crítica à historiografia etnocêntrica que habitualmente é transmitida dando ênfase ao aspecto de excepcionalidade do povo judeu, tendo como aliada a biologia.

O sionismo foi, desde seus primórdios, um movimento nacional etnocêntrico que delimitou perfeitamente o povo histórico concebido em seu imaginário e excluiu toda possibilidade de integração cívica voluntária à nação que ele propôs elaborar em seu programa. O fato de deixar o “povo” era igualmente considerado um pecado irreparável: a “assimilação” se tornou aos olhos do sionismo uma catástrofe, um perigo existente que era preciso evitar a qualquer preço... O sionismo precisou se alimentar de uma ciência complementar: a biologia, mobilizada para reforçar o conceito da “antiga nação judaica” (SAND, 2011, p. 459).

Na defesa do ponto de vista biológico, contribuindo para a formação de um povo e de uma nação, Sand (2011) cita a explicação de Nathan Birnbaum (considerado o primeiro intelectual a usar o termo sionista), com base em Moses Hess, cujos estudos privilegiam as lutas raciais entre as nacionalidades.

Segundo ele, apenas a biologia, e não a língua nem a cultura, pode explicar a formação das nações; sem ela, não se poderia compreender a origem da existência de uma nação judaica cujos membros estão misturados a culturas variadas e falam línguas diferentes. As tribos e as nações existem “porque a natureza desenvolveu diversas raças humanas e continua a fazê-lo, assim como criou estações e climas diferentes” (SAND, 2011, p. 462).

Para Sand (2011), o Estado deve ser um lugar de identificação de todos e para todos os cidadãos, e não apenas cidadãos judeus. Na sua visão,

defende um Estado binacional, laico e democrático, e combate a representação da identidade coletiva de um povo a partir de um conceito de raça-povo perpétuo.

O autor propõe desnacionalizar as histórias nacionais de mitos, repensar os caminhos passados e tomar outras direções que ainda não foram exploradas, suficientemente diferentes daquelas que sempre nos ensinaram. Uma desconstrução crítica do passado.

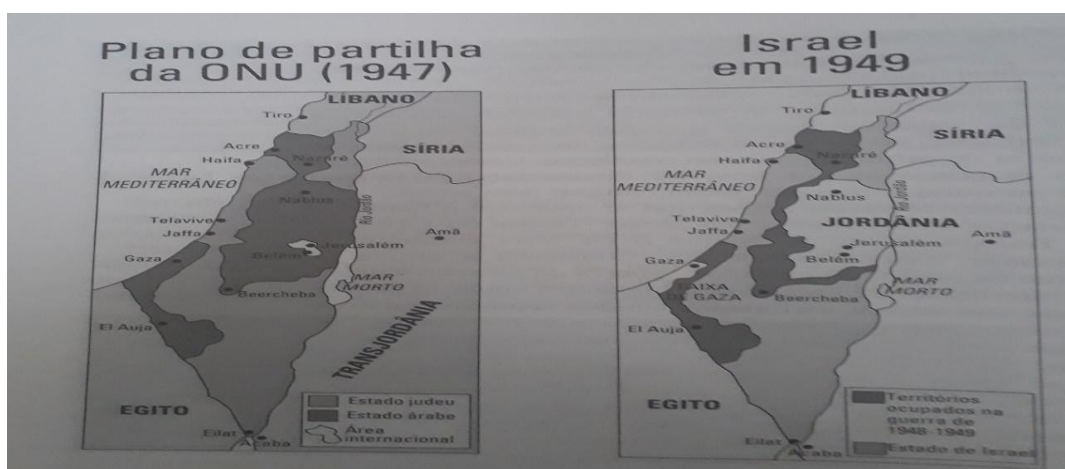
Diante dos aspectos abordados, vimos que o sionismo levantou muitas polêmicas no plano político, cultural e religioso. Com o seu projeto de construção do Estado judaico, as consequências resultantes do nascimento de Israel até os dias atuais nos acompanham com as divergências perpetuadas entre árabes e judeus. Observa-se que o Sionismo é o nacionalismo defendido pelos seus autores no final do século XIX.

### 1.1 A FUNDAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

Enquanto na Europa, no final da década de 1930 e início da década de 1940, as perseguições nazistas aos judeus tomavam força, as imigrações de volta à Palestina também cresciam. Enquanto os árabes viam os sionistas como uma estratégia colonial e imperialista europeia, os judeus tinham a Palestina como uma chance de sobrevivência ao Holocausto Nazista. Com a grande repercussão causada pelo genocídio judeu, o clamor para a criação de um Estado judaico tornou-se cada vez mais urgente e necessária, colaborando, nesse processo, o cenário de destruição e morte visto pela população mundial.

As reivindicações por parte dos judeus e árabes não haviam sido resolvidas durante a administração britânica, passando, dessa forma, a ser de responsabilidade da Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945. Em 1947, a ONU propõe a partilha da Palestina em dois Estados (Figura 3). Assim, tentavam encerrar as hostilidades e efetivar a autodeterminação de ambos os povos. Essa foi a alternativa mais adequada para atender as partes envolvidas e, sob um regime especial, fazer a administração de Jerusalém, uma cidade sagrada para judeus, muçulmanos e cristãos.

**Figura 3** – A partilha da Palestina e, após dois anos, a anexação de mais territórios na guerra



Fonte: *Palestinos em busca da Pátria*, de Mustafa Yazbek

A Resolução 181 da Organização das Nações Unidas, presidida pelo brasileiro Osvaldo Aranha, em 28 de novembro de 1947, tratava, em seus dispositivos, sobre a divisão da Palestina e determinava a retirada da potência mandatária, no caso, a Inglaterra, devendo ela fazer sua retirada progressiva da Palestina até 1º de agosto de 1948, para que os Estados independentes, judeu e árabe, além do Regime Especial Internacional para cidade de Jerusalém pudessem ganhar sua existência em dois meses após a saída das forças do Império Britânico.

Entre os capítulos da resolução, havia divisões que tratavam dos lugares santos, prédios, sítios religiosos, sobre a cidade de Jerusalém, liberdades de trânsito, dos cidadãos, das relações com os Estados vizinhos bem como outros assuntos.

As autoridades judaicas concordavam com a divisão dos territórios, mas as representações árabes e palestinas não. A maior justificativa para não aceitar a partilha era a alegação dos árabes possuírem a maioria populacional, legitimando direitos naturais sobre o lugar e não permitindo outro Estado no local.

Acrescenta-se que mesmo a população árabe sendo maioria, seu território era menor. Na época, viviam na Palestina mais de um milhão de árabes e mais de 600 mil judeus. O Estado judeu ficou com uma área de 14 mil km<sup>2</sup>, incluindo uma faixa do extremo norte da Galileia, até a margem do lago Tiberíades, o litoral central (de Haifa a Telaviv) e o deserto de Negev; enquanto isso, os árabes palestinos com três regiões, somando 11 mil km<sup>2</sup>: na Galileia ocidental, na Faixa de

Gaza e uma parte da fronteira para o Sinai e a Cisjordânia. As áreas de Jerusalém e as regiões do entorno ficariam sob administração da ONU.

A população judaica ficou com mais da metade do território, mesmo não representando a maioria da população. A população árabe palestina e seus vizinhos árabes discordaram da partilha. Consequentemente, gerou-se uma onda de protestos violentos contra esse plano, alegando que a decisão contrariava a própria Carta das Nações Unidas.

Segundo a Carta, todo povo tem o direito de decidir o seu próprio destino, declarando, então, oposição a qualquer separação ou segregação do seu país. Porém, meses depois, em 14 de maio de 1948, foi declarada por Davi Ben Gurion a independência do Estado de Israel, baseada numa resolução aprovada um ano antes na ONU, a qual previa a partilha do território palestino em dois estados, um árabe e outro judeu.

No dia seguinte, os países árabes Egito, Síria, Líbano, Jordânia e Iraque invadiram Israel e os judeus contra-atacaram. Foram tomados territórios reservados aos palestinos sob a justificativa de não serem reconhecidos pelos árabes com a existência do Estado judeu. Por consequência, os árabes tornaram-se uma ameaça ao recém-criado país, dando início à primeira guerra árabe-israelense.

Uma parcela significativa da população árabe foi expulsa ou fugiu, figurando o fenômeno denominado por eles de “catástrofe” ou “desastre”, tornando-se refugiados, sendo reconhecidos, mas nunca integrados pelos países vizinhos. Toda essa população viveu em diversos acampamentos, dependentes da ajuda humanitária. Os que permaneceram como árabes tornaram-se cidadãos israelenses, no território de Israel, mas, apesar dos direitos de cidadania, são vistos como uma ameaça ao formarem a maioria da população, acabando sendo rotulados por descaracterizar a natureza judia do Estado.

A declaração de independência do Estado de Israel apresentava uma síntese da história judaica. Nela, discorria-se sobre as circunstâncias bíblicas e históricas para a existência de um Estado judeu na terra de Israel, sobre direito natural do povo judeu de reivindicar o estabelecimento de um Estado e a sua declaração, continham informações sobre como o Estado funcionaria, além da enumeração dos direitos de seus cidadãos. O documento ressaltava, ainda, o passado histórico, a catástrofe sofrida pelo povo judeu, e oferecia paz e amizade aos seus vizinhos árabes.

Um dos trechos da declaração de independência de Israel relata o compromisso de zelar pelo bem de todos os cidadãos, elencando seus direitos e garantias.

O Estado de Israel estará aberto à imigração de judeus de todos os países de sua dispersão; promoverá o desenvolvimento do país para o benefício de todos os seus habitantes; terá como base os preceitos de liberdade, justiça e paz ensinados pelos profetas hebreus; defenderá a total igualdade social e política de todos os cidadãos, sem distinção de raça, credo ou sexo; garantirá liberdade total de consciência, culto, educação e cultura; protegerá a santidade e a inviolabilidade de santuários e lugares sagrados de todas as religiões; e se manterá fiel aos princípios da Carta das Nações Unidas.

Com a divisão da Palestina, os conflitos não cessam, ao contrário, a gravidade é crescente e intensa. Os judeus consideram que os árabes não aceitam um Estado judeu na Palestina, defendido pelos judeus como sua pátria ancestral. Enquanto para os árabes, os judeus ignoraram que a Palestina já era uma terra habitada, mas acreditavam no lema “uma terra sem povo para um povo sem terra”.

Dessa forma, na visão dos árabes, isso significava uma invasão colonialista que teriam que combater sem trégua. Os conflitos duraram até 1949, quando foi traçado um armistício entre os países, configurando no mapa da região uma linha que ficou conhecida como “linha verde” (Figura 4).

**Figura 4** – Traçado do armistício da guerra árabe-israelense



Fonte: theglobalpanorama.com. Editado por R. Viney-Wood

O apoio norte-americano foi decisivo para a comunidade judaica. Logo no primeiro dia após Israel declarar sua independência, Harry Truman, presidente dos Estados Unidos na época, assinou uma declaração de reconhecimento na mesma data, mantendo até hoje, entre os dois países, uma contínua assistência econômica e segurança na área militar.

Além disso, os Estados Unidos se veem como um conciliador nos conflitos entre Israel e os árabes palestinos, mas a importância estratégica da área do Oriente Médio, rica em reservas de petróleo, é que faz voltar a atenção de uma potência para essa região.

Para Butler (2012, p. 146), valendo-se de Hannah Arendt no texto *Sionismo reconsiderado* (1944), a relação entre Israel e Estados Unidos é um contrassenso, pois o país judeu não poderia surgir com base no interesse estadunidense, pois “somente os tolos poderiam ditar uma política que confia sua proteção a uma potência industrial distante, enquanto afasta a boa vontade de seus vizinhos”.

Uma política voltada com o intuito estratégico comercial coloca em risco Israel/Palestina e estaria fadada ao fracasso, como aponta Arendt (2016, p. 373):

Se o Estado judaico for fundado no futuro próximo [com a ajuda dos judeus estadunidenses, e] proclamado contra a vontade dos árabes e sem apoio dos povos mediterrâneos, será necessário não só ajuda financeira, mas também apoio político durante um bom tempo. Isso pode se revelar bastante problemático para os judeus desse país, que, afinal de contas, não têm nenhum poder para conduzir os destinos políticos do Oriente Médio.

Diante desse cenário, a importância de não aceitar nenhuma crítica a Israel como uma relação direta ao fato de assumir uma posição antissemita é frisada por Butler (2017), pois se não nos manifestarmos, estamos confirmando essa posição. A autora esclarece:

A única maneira de lutar contra a equação que associa a crítica de Israel ao antissemitismo é mostrar clara e repetidamente, e com um forte apoio coletivo, que a crítica de Israel é justa e que todas as formas de antissemitismo, assim como outras formas de racismo, são absolutamente inaceitáveis (BUTLER, 2017, p. 29).

Além de combater qualquer forma de preconceito, Butler (2017)

contesta a proposição colocada sobre o conflito entre Israel e Palestina. A autora argumenta que este assunto é exposto por duas partes envolvidas, mas as relações de poder são bem diferentes.

Israel é um Estado pensado com princípios de soberania judaica. Enquanto os palestinos são cidadãos de Israel com direitos políticos, outra parte da população palestina possui direitos limitados, como os milhões de palestinos na Cisjordânia, território entre Israel e a Faixa de Gaza, ocupada e devolvida em 2005. Porém, a região segue controlada pela parte marítima e aérea, e outros tantos palestinos sobrevivem nos campos de refugiados em países vizinhos, como no campo de Sabra e Chatila, ao sul do Líbano, ao qual daremos ênfase no segundo capítulo deste trabalho.

Com esta diferença, Butler (2017, p. 124) sustenta que não é possível falar em dois grupos:

As posições nunca foram iguais, portanto não faz nenhum sentido tratar as relações entre Israel e Palestina como “dois lados” de um conflito. Os modelos que afirmam que Israel e Palestina colaboram igualmente para o conflito constroem a igualdade em seu modelo explicativo e, com isso, apagam a desigualdade que existe no local. Uma vez que se estabeleçam condições políticas de igualdade, talvez possamos começar a falar em termos de igualdade – mas só nessas condições.

Ao seguir também uma linha crítica em relação ao Estado de Israel, a escritora judia Hannah Arendt (2016), logo após a criação do Estado judaico, proferiu:

Mesmo que os judeus ganhem a guerra, ela acabaria levando à [...] destruição dos feitos do sionismo. [...] Os judeus “vitoriosos” viveriam cercados de uma população árabe totalmente hostil, segregados dentro de fronteiras cada vez mais ameaçadas, absortos de tal modo pela autodefesa física que todos os outros interesses e atividades afundariam (ARENDR, 2016, p. 396).

Usado como um dos motivos para a criação do Estado judeu, o antissemitismo é visto por Arendt como uma defesa recorrente. O antissemitismo é configurado como uma “força motriz”, primeiro da criação e depois do desenvolvimento do Estado judeu (ARENDR, 1986, p. 125). A ideia de defender um judeu eterno, dessa maneira, subentende não apreender a diferença existente entre a oposição dos árabes em relação a um Estado judeu e o antissemitismo europeu

moderno.

Arendt ainda observa que um Estado fundado sob princípios judaicos não poupou esforços para legitimar suas reivindicações territoriais por meio da violência de Estado. A opressão, a expulsão e a submissão de pessoas, nesse contexto, geram cada vez mais violência, algo que parece bem distante do defendido por Arendt em 1947: um Estado binacional com base no federalismo, o qual os povos poderiam viver sem distinção de uma raça, religião e ideologia em relação ao outro.

O genocídio de milhões de judeus com o Holocausto na Segunda Guerra Mundial, como observamos no início, também alavancou a urgência da criação de um Estado judeu e caiu como necessidade primordial à causa judaica, aliando-se ainda ao forte apoio no cenário público mundial no qual, até presentemente, o Estado de Israel veste-se desse passado como justificativa para cometer atos de violência contra a comunidade árabe.

O escritor Norman Finkelstein (2006), em sua obra *A indústria do Holocausto: reflexões sobre o sofrimento dos judeus*, no capítulo “Capitalizando o Holocausto”, relata: “Invocar o Holocausto foi, portanto, um stratagema vantajoso para desmoralizar toda crítica aos judeus: esta crítica só poderia nascer de um ódio patológico” (FINKELSTEIN, 2006, p. 48). Além disso, ele aponta uma solução para seu fim:

O desafio hoje é restaurar o holocausto nazista como um tema racional de investigação. Só então poderemos aprender com ele. A anormalidade do holocausto nazista surge não do conhecimento em si, mas da exploração industrial nascida em torno dele. A indústria do Holocausto sempre foi desprovida de virtudes. Resta dizer isso abertamente. Já é tempo de encerrar suas atividades. O gesto mais nobre para com os que morrem é preservar sua memória, aprender com o seu sofrimento e deixar, finalmente, que descansem em paz (FINKELSTEIN, 2006, p.156).

A proporção que esse fato tomou para fundação de um Estado judaico pode ser medida nas palavras de Primo Levi, quando citado por Butler (2017, p. 198):

Esperava-se que o Estado de Israel mudasse a história do povo judeu, mas num sentido muito preciso: esperava-se que fosse uma balsa salva-vidas, o santuário para o qual os judeus ameaçados em outros países poderiam correr. Essa era a ideia dos fundadores, e

ela antecedeu a tragédia nazista; a tragédia nazista multiplicou esse objetivo por mil. Os judeus não podiam mais viver sem esse país de salvação. Ninguém parou para pensar que havia árabes naquelas terras.

A respeito da defesa do povo árabe em relação à política colonialista do Estado de Israel nas últimas décadas, Said mantinha-se sempre presente em defesa das legítimas aspirações do povo palestino que, por meio do seu discurso, fazia o possível para dar voz ao seu povo. O autor reconhecia as inúmeras dificuldades de luta de uma população exilada ou constantemente oprimida por forças israelenses, em um jogo no qual um povo está constantemente se sobrepondo a outro, mas, mesmo assim, manteve uma posição crítica acerca da subjugação e da colonização do povo árabe.

Segundo Said (2012), o árabe sofre preconceito sendo explorado a partir de uma base racista, além de ser considerado “terrorista” ou “essencialmente apolítico”. Em qualquer parte do mundo, isso é algo condenável. No entanto, Said (2012, p. 197) considera que as atitudes do país judaico nunca são repreendidas em razão de “Israel conseguiu fechar os próprios olhos e os do mundo para aquilo que tem sido feito contra os palestinos”.

As mazelas criadas com o surgimento do Estado judeu foram muitas, de modo que absorveram “a energia árabe nacional” e limitaram sua língua, passando o imperialismo das potências ao papel de inimigo a ser combatido. Em tom de desabafo, o autor, de forma ressentida, expressa seu desalento com a origem do Estado de Israel em relação à sua terra natal, a Palestina. Tal desalento pode ser contatado, quando o autor diz que “essa geração não aceita o fato de que a Palestina se tornou Israel ou que nesta vida não poderá virá ser um país predominantemente árabe” (SAID, 2012, p. 248).

O Estado Palestino que deveria ter sido criado na época nunca se concretizou. O Estado de Israel, por outro lado, não somente foi criado, como em 1967 venceu seus vizinhos Egito, Síria e Jordânia, e reafirmou, desse modo, a sua supremacia militar, ampliando consideravelmente o seu território: estabeleceu domínios na península do Sinai e a Faixa de Gaza ao Sul, nas Colinas de Golã, ao Norte, e na Cisjordânia, ao Leste.

A estratégia dessa política é marcada com a instalação de colônias nas áreas de ocupação, característica a ser adotada em anos seguintes. Em 1979, por meio de um acordo, o Egito reconheceu o Estado de Israel. Em troca, os

egípcios receberam a devolução da península do Sinai. Anos mais tarde, a Faixa de Gaza ficou sob domínio palestino.

As décadas seguintes são marcadas por inúmeros conflitos. No ano de 1982, Israel invade o Líbano na busca de militantes do Fatah durante a guerra civil no país. Tal ação acarretou a morte de milhares de civis e a situação torna-se pior após o ataque da milícia cristã aos palestinos, contando com a participação de Israel. O episódio ficou conhecido como o massacre de Sabra e Chatila.

Outro fato marcante foi a primeira revolta árabe, em 1987, denominada intifada. Em 1988, a Organização para Libertação da Palestina (OLP) passou a apoiar oficialmente uma solução biestatal para a convivência entre israelenses e palestinos, exigindo em troca que Jerusalém Oriental seja a capital do Estado Palestino. Exigia-se também que palestinos retornassem às terras ocupadas antes da guerra de 1948 e 1967.

Em 1993, acordos recíprocos entre Israel e Palestina, os chamados “Acordos de Oslo”, reconheceram a autonomia de seus territórios. No entanto, esses avanços rumo à paz entre os dois povos não duraram muito tempo. Com essas ações envolvendo os dois povos, há a sensação de que os esforços na busca de uma paz duradoura precisam ser mais generosos por parte dos envolvidos diretamente, das grandes potências e dos países vizinhos da região. Afinal, avança-se na busca de soluções e logo retrocedem ao estágio de origem. Desse modo, as negociações não evoluem, assim como os acordos de paz.

Como observa a historiadora Maria José Aragão:

O isolamento dos territórios palestinos, sempre que havia um atentado anti-israelita, funcionou como um castigo coletivo, o que contribuiu para agravar o desencanto em relação aos efeitos reais dos benefícios da autonomia. Para agravar a situação, a insuficiência e a irregularidade dos prometidos apoios internacionais à autonomia palestina complicaram a resolução urgente das necessidades humanitárias (ARAGÃO, 2006, p. 56).

A segunda intifada, em setembro de 2000, ocorreu dentro de vários acontecimentos envolvendo israelenses e palestinos. Os acordos de Camp David, ocorridos recentemente entre autoridades palestinas e israelenses, fracassaram em relação à ocupação de Israel sobre os territórios palestinos.

O *status* de Jerusalém, o retorno dos refugiados palestinos e, somado a esses fatores, a visita do primeiro-ministro Ariel Sharon à mesquita de Al-

Aqsa contribuíram para acirrar os conflitos. O primeiro-ministro era visto como símbolo nacionalista palestino, deste modo, sua visita foi considerada uma provocação.

Além disso, na mesma época, palestinos celebravam a memória das vítimas dos massacres de Sabra e Chatila. Neste período do massacre, Sharon era o ministro da defesa. A combinação desses fatos colaborou para ocasionar violentos protestos, prolongado por um longo período e causando mortes para os dois lados.

Entre os anos 2000 a 2010, ocorreram ataques de ambos os lados. Também ocorreu a atuação do Hamas, considerado pelos Estados Unidos e outros países do ocidente como uma organização terrorista, e que, atualmente, governa a Faixa de Gaza, resultado das eleições vencidas em 2005.

Foi construído um muro por Israel, o qual se estende em torno e por dentro dos territórios ocupados da Cisjordânia e da Jerusalém Oriental. O objetivo com tal construção, para o governo de Israel, era formar uma proteção contra a entrada de terroristas. Por outro lado, autoridades palestinas enxergaram como uma segregação racial, como parte do plano de incorporar seus territórios à administração israelense.

Com o decorrer dos anos seguintes, os conflitos entre Israel e Palestina continuaram com momentos preocupantes entre seus protagonistas. A Faixa de Gaza, governada pelo Hamas, e a Cisjordânia, governada pelo Fath, sofrem com retaliações por parte de Israel e Palestina. Por conta das constantes oscilações, os ânimos se arrefecem ou são marcados pela violência. Na atualidade, a estrutura argumentativa de cada um mostra-se intacta, parecendo não sofrer nenhuma mudança, mesmo com o passar dos anos.

Para Israel, a criação de seu país é um direito natural secular à sua existência e até uma retribuição pelos considerados séculos de expulsão e de extermínio. Nesse contexto, justifica-se a ocupação da Cisjordânia alegando a necessidade de manter os exércitos com estratégia de defesa contra os palestinos e países da vizinhança. Para a Palestina, o povo de Israel é invasor, o qual usa força desproporcional para manter seus territórios ocupados: justamente um povo que foi tão perseguido, mas que, paradoxalmente, age da mesma forma.

As diferenças entre Israel e Palestina são nítidas e perceptíveis. De um lado, o povo judeu conta com um Estado moderno, com uma tecnologia moderna e avançada em diversas áreas, além de um poderio militar sofisticado usado a seu

favor contra seu oponente, o povo palestino. Além disso, conta com apoio de uma potência, os Estados Unidos.

Por outro lado, a economia palestina necessita de ajuda internacional para sobreviver, pois é prejudicada com os fortes bloqueios israelenses aos seus territórios. Dessa forma, evita-se a circulação de mercadorias e pessoas. As imagens veiculadas nos meios de comunicação em massa já mostraram ataques com bombas do lado israelense sendo jogadas em áreas palestinas. As imagens também mostram palestinos se defendendo dos ataques com paus e pedras e até mesmo com o próprio corpo, os chamados “homens-bomba”.

A discrepância em relação às condições materiais e humanas, seja do lado econômico ou do militar, é nítida quando comparada, sendo assim, é notável a posição desfavorável aos palestinos.

O posicionamento dos Estados Unidos, neste conflito permanente, sempre foi bem claro. Em apoio a Israel, o presidente Donald Trump fez uma declaração, em 2017, dizendo que mudaria a representação diplomática dos Estados Unidos para Jerusalém. Desse modo, passaria a reconhecer a cidade como capital de Israel, selando e fortalecendo, cada vez mais, os interesses nas relações bilaterais entre os países.

Como comprova a polêmica dos assentamentos de colônias judaicas em territórios palestinos ocupados, que volta sempre à cena, em 18 de novembro de 2019, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Mark Pompeo, declara como legítimos os assentamentos judaicos praticados por Israel, conforme a matéria da professora Solange Reis transcreve:

Chamar o estabelecimento de assentamentos civis de inconsistentes com o direito internacional não avançou a causa da paz. A dura verdade é que nunca haverá uma resolução judicial para o conflito, e argumentos sobre quem está certo e quem está errado, em termos de direito internacional, não trarão paz. [...] Concordamos com o presidente Ronald Reagan (REIS, 2019).

Reis explica que a referência de Pompeu a Reagan é em relação a uma entrevista de 1981, concedida pelo presidente americano na época, em que declarava apoio à legalidade dos assentamentos. Esta posição é justamente contrária com o postulado pela Convenção de Genebra. Na explicação de Michael Lynk (2016), relator especial da ONU para situação de direitos humanos nos territórios palestinos ocupados:

Uma potência ocupante está expressamente proibida de transferir sua população civil para um território ocupado. Isso viola a 4ª Convenção de Genebra, de 1949, e é contrário a diversas resoluções do Conselho de Segurança da ONU e da Assembleia Geral, assim como alertas feitos pela Corte Internacional de Justiça em 2004 (ONU, 2016).

Diante destes fatos, o conflito entra em uma nova década longe de uma solução para os dois lados. Israel completa mais de setenta anos de sua fundação e não parece ceder diante das reivindicações palestinas, o mesmo ocorre do lado palestino, onde a perseverança de luta por sua causa é incansável.

## 1.2 A QUESTÃO PALESTINA

Ao analisar a questão Palestina, Edward Said utiliza a palavra “questão”, relacionando-a com alguns significados que a palavra possui. Ao usarmos “questão” em nosso estudo, estamos nos referindo a algo pendente, algo a ser resolvido. Com isto, tece-se uma comparação com “a questão Palestina”, objeto de análise do autor.

O autor explica que este assunto passa por tantas discussões, negociações e lutas, mas, a todo o momento, persiste a busca por compreensão e a sua existência não deve ser ignorada. Para a Palestina, ao contrário, sua causa deve ser entendida e suas reivindicações precisam ser ouvidas e representadas, algo definido por Said (2011, p. ix) como “a última grande causa do século XX”.

Podemos mencionar como um dos principais entraves para o início de todo processo de negociação, a não aceitação ou negação da existência da Palestina como um Estado, e este representado por um povo, com sua história, identidade própria e fronteiras. É inegável a sua existência. Caso não existisse, não seria imputada aos palestinos a responsabilidade de ser um povo intruso de uma terra que não lhes pertence. Isto reafirma Said (2011, p. 56), quando diz:

Ocupávamos uma terra chamada Palestina; nossa expropriação e nossa extinção – pelas quais quase um milhão de nós foi obrigado a deixar a Palestina e a nossa sociedade se tornou inexistente – seriam justificáveis para salvar os judeus europeus que sobreviveram ao nazismo? Por que padrão moral ou político espera-se que abandonemos nossa reivindicação à nossa existência nacional, à nossa terra e aos nossos direitos humanos? Em que mundo não haveria uma discussão quando todo um povo é considerado

juridicamente inexistente, embora exércitos sejam mobilizados para combatê-lo, campanhas sejam orquestradas até contra o seu nome, a história seja modificada para “provar” sua inexistência?

A falta de representatividade constitui outra barreira aos palestinos, assim como temos as barreiras a respeito de grandes líderes que se envolvam com a causa e na luta pelos seus direitos. Por outro lado, isto se justifica: estamos diante de uma população dispersa em muitos países, com dificuldades de articular a população para uma liderança. Exemplo disso foi o caso de Yasser Arafat, ex-líder dos palestinos, morto em 2004 e defensor de um novo discurso para seu povo.

Os objetivos do ex-líder iam além de reivindicar casas, propriedades ou direitos perdidos em razão da formação de Israel. Ele pregava que os palestinos deveriam se preocupar com uma nacionalidade, um governo e uma soberania, conquistas negadas ao povo palestino.

A ausência de líderes representativos é uma preocupação para a comunidade palestina. Isso ocorre porque os indivíduos estão dispersos em muitos países da região do Oriente Médio e, conseqüentemente, estão vivendo em realidades distintas, dispersas, enfrentando problemas diversos em campos de refugiados e submetidos às leis dos países que os acolhem, como Líbano, Jordânia, Síria, Estados do Golfo Pérsico – todos com realidades econômicas e políticas diferentes.

Ao sucessor de Arafat, Mahmoud Abbas, caberá a dura missão de trabalhar para que essas diferenças sejam solucionadas ou que não se tornem cada vez mais distantes e sem solução, pois além de não terem o apoio de grandes potências ocidentais, até mesmo a OLP, órgão que representa os palestinos, embora reconhecida como representante legítima do seu povo, não é admitida pelos Estados Unidos e Israel para representar os palestinos junto a organismos da comunidade internacional, como porta-voz. Os palestinos alegam muitas vezes que são delegadas comissões de países para representá-los e não a autoridade por eles escolhida.

A sobrevivência do povo palestino está refletida de forma concisa no pensamento de Said (2011, p. 139-140):

Cada comunidade palestina precisa lutar para manter sua identidade em ao menos dois níveis: em primeiro lugar, como palestino diante do encontro histórico com o sionismo e a perda precipitada de sua pátria; em segundo lugar, como palestino no cenário da vida

cotidiana, respondendo às pressões em seu Estado de resistência. Nenhum palestino tem um Estado como palestino, embora seja “de” um Estado, sem pertencer a ele, no qual ele reside no momento.

Pela observação dos aspectos analisados, o tema em discussão faz parte de um processo que continua a buscar novos caminhos, nos quais outras possibilidades de diálogo se constroem e, ao mesmo tempo, são destruídas. Isso ocorre por conta do processo complexo de pacificação dos dois povos, pois, como visto, não envolve somente o povo palestino e judeu, mas os interesses políticos de outros países, em razão da posição geográfica da área em questão, além de outros motivos já mencionados. Contudo, o que é imprescindível é não desistir de tratar desta realidade política. A Palestina existe, e não somente Israel.

Em face desta situação, sua existência, mesmo que vinculada a aspectos negativos, como o imaginário “terrorista” e o exílio, não pode ser esquecida, mas lembrada pela sua luta de resistência e busca à autodeterminação.

Mesmo com estas adversidades contextuais, em 2012, mais de uma centena de países ratificou a Palestina como Estado “observador” junto à Organização das Nações Unidas. Deste modo, muda-se seu *status*: antes era considerada uma “entidade” e, agora, passa a permitir que os palestinos tenham acesso às agências da ONU e possam acionar o Tribunal Penal Internacional contra o Estado de Israel, considerado um avanço para os palestinos. Essa mudança, no entanto, sofreu muitas críticas por parte de Israel e dos Estados Unidos.

Todos esses direitos já estão assegurados, mas não são cumpridos em relação à comunidade palestina que insiste na busca de exercer sua autodeterminação e no direito ao retorno do seu povo. Isto é respaldado em convenções internacionais, como no Artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que assegura: “todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”, além de outras garantias expressas por vários organismos internacionais.

Percebe-se que para esse enfrentamento não há outra forma de tentar a busca de uma solução que não passe por um acordo político entre as partes envolvidas. Faz-se necessário o real comprometimento e a disposição para negociar e fazer renúncias.

Sobre isso, Said ressalta que a causa palestina tem como maior desafio a coexistência, a qual visa com que pessoas possam conviver umas com as

outras, de diferentes religiões, tradições e línguas, mas, ao mesmo tempo, façam parte de uma mesma comunidade.

Em razão deste fato, a Palestina torna-se uma missão complexa, mas que não pode ser abandonada. Faz-se necessário conseguir que a convivência pacífica seja permanente e duradoura, sem violência, entre árabes e judeus, para que episódios como a guerra do Golfo Pérsico e Síria, os genocídios, como foram os da Alemanha nazista e Ruanda, a discriminação racial, como o *Apartheid* da África do Sul, não se repitam.

As diferenças não podem afastar, mas contribuir para a identidade cultural dos povos. Salieta-se que o processo cultural está em constante mudança, mesmo que estas sejam percebidas lentamente, e o ser humano, como parte integrante deste meio, não pode ser limitado a determinado lugar, ao passo que sua identidade e história não podem ser negadas, mas reconhecidas e respeitadas.

## 2 O MASSACRE DE SABRA E CHATILA

Com a criação do Estado de Israel, mesmo com a rejeição dos países árabes, em 1948, tem início a primeira guerra árabe-israelense. A partir desta época ocorre o grande êxodo da população árabe para os países vizinhos, causando a primeira onda de refugiados.

Colaborando ainda mais para o agravamento desta situação, guerras posteriores ocorreram, como, por exemplo, a Guerra dos Seis Dias, em 1967, envolvendo Israel de um lado e países como Síria, Egito, Jordânia e Iraque, do outro. Os países árabes, além de perderem a guerra, receberam populações que fugiam destes conflitos disseminados por toda a região.

O Líbano é um exemplo de país que acolheu milhares de refugiados e foi palco de uma guerra civil, de 1975 a 1991. Durante este período, vivenciou-se uma das mais horríveis tragédias, o massacre de Sabra e Chatila, ocorrido em setembro de 1982, no campo de refugiados palestinos, localizados na periferia de Beirute, capital do Líbano.

Facções partidárias libanesas, com o apoio do exército israelense, uniram-se com o pretexto de vingar a morte de Bashir Gemayel, primeiro-ministro eleito do Líbano na época e, que, supostamente, assassinado com o envolvimento da Organização para Libertação da Palestina. O número exato de mortes e desaparecidos nunca chegou ao certo nas estatísticas, mas é estimado entre duas e três mil mortes. No entanto, esta carnificina chamou a atenção do mundo pela crueldade com a qual foi praticada. Corpos decapitados, metralhados e estuprados, uma barbárie cometida diante de uma população considerada indefesa, formada na maioria por idosos, mulheres e crianças.

Torna-se necessário fazermos um retrospecto histórico da nação libanesa. Antes do triste episódio de Sabra e Chatila ocorrido em seu território, o Líbano foi o país que abrigou uma das populações mais antigas das civilizações, chamada fenícia. Essa civilização caracterizou-se pelo aspecto de uma grande diversidade étnica e religiosa. As suas fronteiras são com países que estão ou estiveram envolvidos em conflitos, como a Síria e Israel. Conseqüentemente, todas essas questões resultaram em refugiados, dentre eles muitos palestinos que se deslocaram para o seu país. Acrescenta-se que o Líbano e a Jordânia não apresentavam uma política rigorosa de imigração. Somado à rivalidade entre estas

nações, acabaram por ocasionar um desequilíbrio na região e, mais tarde, a Guerra Civil Libanesa.

Para Menem (2018), a instabilidade na região é impulsionada pelo grande número de refugiados deslocados para o Líbano em consequência das guerras. Além disso, por não aceitarem a criação de Israel, esta situação reflete as adversidades enfrentadas pela sociedade libanesa, formada por diferentes povos.

Existe, desde 1948, doze campos oficiais de refugiados no Líbano. O problema de moradia é o que mais afeta esta população devido à superpopulação, pobreza, desemprego e a falta de manutenção dos campos por parte do governo libanês e de organizações internacionais.

A inclusão dos palestinos na sociedade libanesa teve e ainda tem uma forte rejeição tanto pela classe política como pela população libanesa, por toda a conjuntura política, social e econômica instável em que o Líbano vivia e ainda vive, um país que naquele momento ainda sofria com efeitos da guerra com Israel e lida com a tensão interna constante de seu sistema político sectário (MENEM, 2018, p. 110).

Outro fato histórico que contribuiu para aumentar o número de refugiados no Líbano foram os violentos enfrentamentos entre combatentes palestinos e o exército da Jordânia em setembro de 1970. O fato ficou conhecido como o Setembro Negro, resultando em milhares de mortos para ambos os lados. No território da Jordânia, ficaram baseadas as diferentes facções palestinas que, aproveitando-se das mudanças políticas que o mundo árabe passava após a derrota para Israel em 1967, procuraram fortalecer sua luta contra o Estado judeu.

No início, o governo da Jordânia buscou uma acomodação política para os *fedayins*<sup>15</sup>. Porém, a instalação de organizações guerrilheiras no país, formando comunidades autônomas, as quais começaram a discordar e posicionar-se no intuito de consolidar um Estado dentro da Jordânia, fez com que o governo jordânico entrasse em disputa com estas organizações pelo domínio do país.

Consequentemente, prevaleceu a expulsão de todos esses grupos guerrilheiros e da população civil de refugiados. E os refugiados sobreviventes abrigaram-se no sul do Líbano e na Síria.

A chegada dos refugiados palestinos no sul do Líbano, em decorrência do Setembro Negro, desestabiliza a região. Isso ocorre, pois, até então,

---

<sup>15</sup> Termo usado contemporaneamente aos militantes da guerrilha palestina contra a ocupação israelense; devoto, mártir.

apesar de o norte do país ser dominado pela comunidade libanesa, de origem muçulmana, com apoio da Síria, país ao lado, e ao sul pela comunidade libanesa, de origem cristã, e aliado por Israel, os povos viviam pacificamente.

Contudo, a intensificação dos conflitos gerados pela onda de refugiados começou a influenciar seus vizinhos. Com o pretexto de proteger os palestinos que tinham se refugiado no sul do Líbano, a Síria invade o Líbano e, conseqüentemente, Israel faz o mesmo para fornecer apoio aos cristãos do lado sul, elaborando o contra-ataque dos refugiados de modo a deter os avanços da comunidade muçulmana.

Alguns fatores contribuíram para a guerra civil do Líbano e o Massacre de Sabra e Chatila. A saber, evidenciam-se os acontecimentos que contribuíram para tal carnificina: o embate entre etnias e religiões; as representações parlamentares que não refletiam as mudanças demográficas do país; e os movimentos de resistência palestinos com apoiadores, como a Síria, e opositores, como Israel.

Outro fator que deve ser mencionado é a participação de tropas israelenses comandadas por Ariel Sharon<sup>16</sup>. Tal feito foi decisivo para sua concretização. Sob a alegação que estes lugares, apesar de serem conhecidos como acampamentos de refugiados, formados por uma população que não despertava nenhuma suspeita, na verdade, estavam infiltrados terroristas armados planejando destruir Israel e a comunidade cristã do sul do Líbano, além de organizações envolvidas com a morte do líder libanês, cometeu-se um ato de genocídio, como foi classificado posteriormente pela ONU.

Em Sabra e Chatila, os refugiados ficavam situados em uma área na qual não se configurava como um típico e habitual campo de refugiados. A revista *Veja* (1982) descreve estes detalhes em uma reportagem:

Nascidos quase 35 anos atrás, em volta de duas antigas praças da capital libanesa, incharam a tal ponto que se tornou difícil estabelecer onde começa um e termina o outro. Ocupando uma área duas vezes maior do que a do bairro de Copacabana, no Rio, Sabra (que em árabe significa “paciência”<sup>17</sup> e Chatila (“planta”) não tinham apenas tendas e barracões de madeira: suas ruelas também abrigavam

---

<sup>16</sup> Comandante e militar de Israel, ex-primeiro-ministro de Israel de 2001-2006. Foi ministro da Defesa na época do massacre de Sabra e Chatila, acusado de comandar os ataques aos campos de refugiados.

<sup>17</sup> A mesma palavra, em hebraico, designa um cacto e as pessoas nascidas em Israel. Nota da revista *Veja*, 29 de setembro de 1982.

construções de alvenaria, edifícios de dois andares, escolas, hospitais, mesquitas, campos esportivos e quartéis com *bunkers* construídos nas entranhas do bairro pelos engenheiros da OLP. Calcula-se que não mais de 15.000 a 20.000 pessoas continuavam morando lá após os 267 bombardeios computados pelo Ministério da Defesa de Ariel Sharon só nos primeiros dias de agosto. Eram, em sua imensa maioria, mulheres, velhos e crianças (VEJA, 1982, p. 52).

As condições de vida nos campos foram vistas em relatos de uma pessoa que se tornaria sobrevivente do massacre. A professora Halabi, dias antes das execuções, percorreu o local explicando as dificuldades que todos passavam com aqueles que estariam envolvidos no massacre, como demonstraria mais tarde, em depoimento a Baby Abrão (2012), correspondente do jornal *Brasil de Fato* no Oriente Médio. Pela descrição, os campos careciam de muitas melhorias e abrigavam refugiados em excesso, sendo que as atuais instalações não comportavam o fluxo.

Terça-feira, 14 de setembro de 1982.

Era quase meio-dia quando a professora Halabi viu duas vans brancas estacionando em frente ao Cemitério dos Mártires, perto da rua Sabra. Delas desceram quatro homens, com aparência de estrangeiros. Halabi imaginou que eles fossem funcionários de alguma organização humanitária europeia disposta a realizar obras de infraestrutura, tão necessárias nos campos de Sabra e Chatila, instalados na parte ocidental de Beirute. Por isso, quando um dos homens se dirigiu a ela, pedindo-lhe, com um sotaque acentuado, que mostrasse os abrigos dos campos, ela não hesitou em levá-los as 11 acanhadas construções.

Enquanto caminhavam pelas ruas estreitas e sujas de Sabra e Chatila, ladeadas por casas térreas pequenas e muito simples, com paredes de cimento e telhado de zinco, ela dava explicações sobre a vida naquele lugar e falava da necessidade de aumentar os abrigos, pequenos demais para os milhares de moradores. Os estrangeiros tomavam notas e tiravam fotos de tudo.

A certa altura, um deles perguntou por que [sic] o lugar cheirava tão mal. Constrangida, Halabi respondeu que as redes de esgoto de Chatila e de Burj al-Barajneh, ali perto, precisavam de reparos. Não era exatamente verdade. Nos campos de refugiados, os esgotos corriam a céu aberto. Mas a professora não teve coragem de confessar isso. Terminada a vistoria dos abrigos, os homens agradeceram e voltaram às vans. Enrolaram seus mapas ultradetalhados de Chatila, entraram nos veículos e partiram (ABRÃO, 2012).

Os ataques já estavam sendo planejados. Os “visitantes”, na verdade, parte deles era do Mossad, o Serviço de Inteligência de Israel, e membros do Partido Falangista, que se beneficiaram com o recolhimento de informações

sobre os lugares que os palestinos poderiam se esconder e, conseqüentemente, facilitar a operação contra eles.

*O massacre de Sabra e Chatila* (1983), livro do jornalista Amnon Kapeliouk, descreve, de 14 a 20 de setembro de 1982, o planejamento, a execução e os dias que sucederam a tragédia. A execução foi realizada nos dias 16 e 17, mas o autor expõe todos os preparativos, apoiando com extenso material o seu relato:

A investigação aqui apresentada é o produto de um trabalho iniciado no dia seguinte ao massacre de Sabra e Chatila. Apóia-se no testemunho de dezenas de israelenses, civis e militares, de palestinos, libaneses e jornalistas estrangeiros. Utilizei amplamente a imprensa israelense, libanesa e internacional, os depoimentos feitos diante da comissão de inquérito judicial israelense, os autos do Knesset (parlamento israelense), os serviços de escuta das emissões radiofônicas do Oriente Médio, a correspondência de agências de imprensa internacionais e documentos de origem israelense, palestina e libanesa. Examinei e confrontei as informações recolhidas, abandonando voluntariamente todas aquelas para quais não podia obter confirmação segura (KAPELIOUK, 1983, p. 37).

Os diversos depoimentos relatados no livro, com riqueza de detalhes, impressionam. Os sobreviventes do massacre contam o horror diante de seus olhos. Praticado pelos falangistas, o massacre é realizado diante de vítimas indefesas, não havendo um combate, pois a maioria das vítimas não teve como reagir diante dos ataques, pois estavam desarmadas.

Os falangistas agiram para vingar a morte de Bashir Gemayel. Todavia, os palestinos eram considerados uma população excedente. A tragédia já demonstrava sinais da sua dimensão, quando o autor explica haver muitos relatos nos quais o massacre poderia ser evitado, se oficiais superiores tivessem dado atenção ao que se comentava entre os moradores, pois eles “estavam com maus pressentimentos” sobre a chacina desde o início da semana.

A artilharia israelense vinha despejando bombas sobre os campos na busca de encontrar alvos da OLP. Segundo os moradores, eles eram obrigados a permanecer em seus refúgios. Contudo, durante um cessar-fogo, tropas de milícias vindas do sul se aproximaram dos campos no intuito de realizar uma operação específica. Tanto os milicianos quanto os soldados israelenses estavam preparados para enfrentar uma forte resistência nos campos. Afinal, baseavam-se em informações advindas dos serviços secretos, garantindo que encontrariam um

grande um número de terroristas infiltrados entre a população.

Uma sobrevivente, Leilah K., moradora de Sabra, perdeu dois irmãos no massacre e, anteriormente, em agosto, perdera seus pais em bombardeios. Ao depor à revista *Veja* (1982), ela defende que o plano estaria sendo elaborado há muito tempo:

Não foi uma operação indiscriminada, basta ver que cada rua nem todas as casas foram atacadas... as regiões periféricas, onde havia menos probabilidade de encontrar remanescentes da OLP ou os esconderijos da organização, foram praticamente ignorados... Minha impressão, após uma rápida investigação junto a amigos e sobreviventes, é de que eles sabiam muito bem o que estavam procurando e por isso a matança, metódica, durou 36 horas (VEJA, 1982).

Para facilitar os ataques, a eletricidade foi cortada nos acampamentos e foguetes foram usados para iluminar e servir como ajuda para localizar seus alvos. Além disso, estradas com acesso aos acampamentos foram bloqueadas, impedindo a fuga. Kapeliouk (1983) descreve:

Desde o início, o massacre adquire proporções consideráveis, segundo afirmam os que escaparam durante essas primeiras horas, os milicianos falangistas matam centenas de pessoas. Atiram sobre tudo aquilo que se move nas ruelas. Arrebatando as portas das casas, liquidam famílias inteiras em pleno jantar. Muitos são mortos de pijama, em sua própria cama. Em numerosos apartamentos, crianças de 3 ou 4 anos são encontradas, também de pijamas, enroladas em cobertores ensanguentados. Mas, frequentemente, os assassinos não se contentam em matar. Em diversos casos, cortam os membros de suas vítimas antes de liquidá-las. Esmagam contra a parede a cabeça das crianças e dos bebês. Mulheres e até meninas são violadas antes de serem assassinadas, a golpe de machado. Às vezes, os homens são tirados das casas para serem sumariamente executados na rua, em grupos. Usando o machado ou a faca, os milicianos espalham o terror, abatendo sem distinção homens, mulheres, crianças e velhos. Às vezes, propositalmente, deixam vivo um só membro de uma família, matando os outros à sua frente, para que o infeliz possa, em seguida, contar o que viu e viveu. Também não distinguem entre cristãos e muçulmanos, libaneses e palestinos. Todos os que vivem nos acampamentos de refugiados devem ter o mesmo fim (KAPELIOUK, 1983, p. 37-38).

A crueldade na realização das mortes é o que mais chama a atenção, sendo a operação preparada e conduzida a sangue-frio: “em momento algum os agressores tentam distinguir palestinos de libaneses. Falta-lhes tempo. Todos os que cruzam seu caminho, devem morrer” (KAPELIOUK, 1983, p. 58).

Alguns sobreviventes ao massacre dizem que muitos caminhões foram usados para transportar os refugiados. Todavia, o destino não era revelado e as pessoas nunca mais foram vistas. Este fato nos remete a outro massacre, o de Auschwitz, em que judeus foram levados em caminhões para serem executados nos campos de concentração.

Nem os hospitais escaparam da fúria desenfreada dos falangistas, pois muitos refugiados procuraram abrigo nos hospitais, mas, mesmo assim, foram encontrados e mortos, como expressa relato de Kapeliouk (1983):

Um ferido libanês do hospital conta que um dos milicianos aproximou-se do leito de um rapaz de 14 anos, chamado Mofid Asad, ferido de véspera. Puxaram o cobertor até seus pés com o cano de uma metralhadora e lhe perguntaram: — “Você é palestino?” Com a cabeça, o rapaz lhes assinalou que sim, depois indicou com o dedo que sua carteira de identidade se encontrava sob o travesseiro. — “Você é palestino e ainda está vivo?”, acrescentaram. “É duro morrer, hein? Vamos acabar o serviço e será um a menos.” E o mataram. (KAPELIOUK, 1983, p. 55).

O relato ainda aponta como a morte significativa de crianças configurou-se de maneira espantosa:

As estatísticas da UNICEF mostram que para cada combatente abatido, dez crianças foram mortas durante toda a guerra do Líbano. Em Sabra e Chatila, tem-se a impressão de que os assassinos concentraram particularmente nas crianças sua fúria sanguinária. Inteiramente prostrada, uma mãe dirá aos jornalistas presentes: — Supliquei-lhes que poupassem meu filho de 5 anos, mas eles me responderam: “Quando ele crescer, será um terrorista”, e o mataram. (KAPELIOUK, 1983, p. 69-70).

O número de vítimas de Sabra e Chatila nunca foi contabilizado, afinal, tal feito nunca foi possível devido aos deslocamentos da população e o grande número de vítimas sepultado sob ruínas, pois as suas casas foram demolidas. Ainda temos os mortos enterrados em valas comuns, abertas pelos falangistas. Mesmo analisando essas considerações, acredita-se que o número de vítimas é bem expressivo, como Kapeliouk (1983) conclui:

Somando-se todas as categorias, chega-se assim, conforme esses dados, a um número de aproximadamente 3.000 vítimas. 3.000 a 3500 homens, mulheres e crianças assassinadas, em cerca de quarenta horas, nos dias 16 a 18 de setembro de 1982, entre uma população que contava 20.000 pessoas nos dois acampamentos, à véspera do massacre. Dos 302 corpos inicialmente identificados

pelas autoridades, 136 eram libanesas, e todas as outras, palestinas. (KAPELIOUK, 1983, p. 81).

Na época, a Comissão Kahane, encarregada de investigar os massacres de Sabra e Chatila, teve sua contribuição positiva e não pode ser negada, pois esclarece e responsabiliza vários militares e civis israelenses nos assassinatos de milhares de palestinos nos campos de refugiados. Porém, o relatório aponta falhas consideradas, lacunas e erros graves no processo investigativo. Uma delas é o da visibilidade a partir do terraço onde podiam ver ou não o que acontecia nos campos de refugiados, pois ali se localizava o posto de comando do exército israelense. A comissão aponta em parágrafos os esclarecimentos.

Kapeliouk (1983, p. 107) esclarece o parágrafo da comissão e, em seguida, rebate a afirmação:

[...] do terraço em que se situava o posto de comando (do exército israelense), não se podia ver o que se passava dentro dos acampamentos, no setor em que as Falanges penetraram” § 69. “O posto de comando avançado estava situado no terraço de um edifício de cinco andares (na verdade, sete, como pode constatar qualquer passante, localizado a cerca de duzentos metros ao sudoeste do acampamento de Chatila.

No entanto, logo mais no final de seu relatório, o autor registra que do terraço podia-se observar o que acontecia: “o General Amir Drori (Comandante da Região Norte de Israel) estava presente no terraço do posto de comando avançado às 19:30 horas (de quinta-feira, 16 de setembro), de onde saiu após as 20 horas, depois de ter acompanhado os combates, que podiam ser observados do terraço” (KAPELIOUK, 1983, p. 107).

Esta polêmica, segundo o autor, é importante, pois, se fosse comprovado que do terraço poderiam ver o que acontecia nos acampamentos, a justiça israelense deveria incriminar as testemunhas que falavam o contrário. O autor reforça sua opinião quando explica:

Ora, os acampamentos e o terraço continuam lá e basta subir até ele, como o fizemos recentemente, para constatar mais uma vez que se podia ver ao menos o que passava na área que mais sofreu os massacres e que é a mais próxima do posto de comando avançado. A vala comum que os falangistas abriram ao sudeste de Chatila, a 300 metros do famoso terraço, é visível daí (KAPELIOUK, 1983, p. 108).

Ao encontro desta questão, Alessandro Porro, correspondente da revista *Veja* no Líbano, na época, chegou a contar 183 passos que separavam os campos de refugiados do quartel israelense. Assim, com uma distância tão próxima, não poderiam deixar de ver que os massacres ocorriam. A revista *Veja* ainda justifica:

Segundo o testemunho de um major do Exército libanês, confirmado pelo guardião da antiga Embaixada do Kuwait, uma unidade israelense com três tanques Merkava e pelo menos cinco blindados estava aquartelada a menos de 200 metros daquelas primeiras casas do setor de Chatila (VEJA, 1982).

Dentre outros pontos que levantam questionamentos, pode-se citar que os membros da Comissão Kahane não puderam visitar o local dos massacres. O próprio relatório reconhece que entre duzentas e vinte e uma testemunhas que compareceram o número de não israelenses é insignificante, pois quase nenhum palestino ou libanês deu depoimento, sendo eles os que mais perderam vidas, mas não compareceram por medo ou não tiveram como garantir a sua segurança.

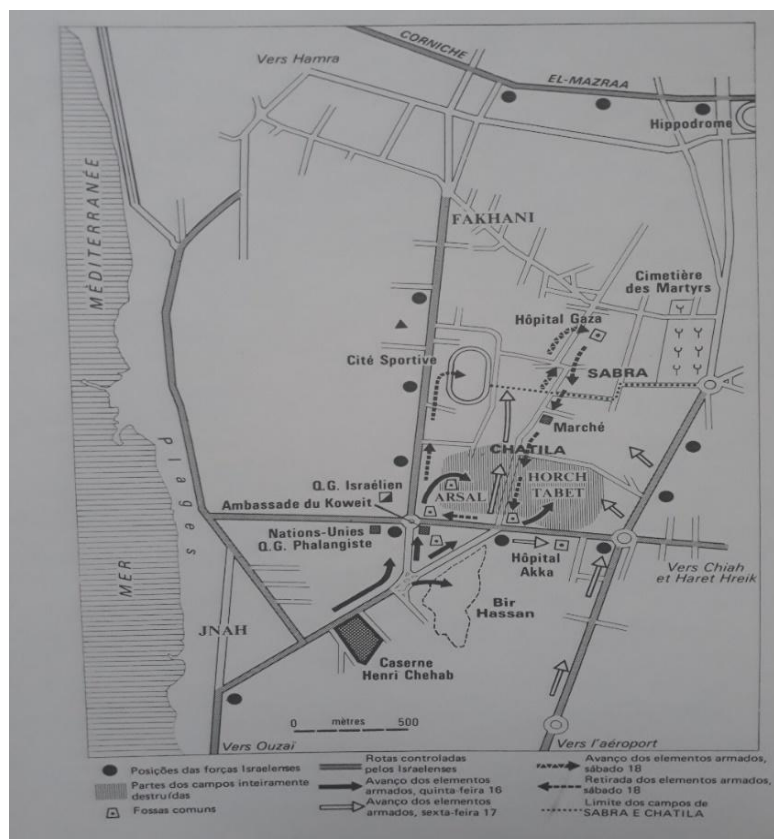
Além disso, aponta-se como uma omissão clara quando não se diz uma palavra sobre o Hospital Akka, ao sul de Chatila, palco de atrocidades, mencionando apenas o Hospital Gaza, em Sabra. Kapeliouk (1983) desfez com detalhes o que ocorreu no Hospital Akka:

Porque três pessoas da equipe médica do Hospital Gaza, a enfermeira Ellen Siegel, de nacionalidade americana, e os dois médicos Swee Chai Ang e Paul Morris, ambos de nacionalidade britânica, depuseram no dia 1.11.82 diante da Comissão em Jerusalém, e forneceram informações precisas sobre os acontecimentos ocorridos em seu hospital. Entretanto, nenhuma das pessoas que viram os agressores torturarem e matarem em Akka, depôs na Comissão, ainda que os detalhes sobre as atrocidades cometidas aí tenham sido abundantemente reproduzidos por todos os que investigam no local. Os nomes de Moufid As'ad (14 anos), palestino assassinado em seu leito, de Intissar Ismail (19 anos), enfermeira palestina violada e assassinada, dos médicos palestinos Ali Othman, e outros nomes mais, são citados em diversos levantamentos e reportagens (KAPELIOUK, 1983, p. 10).

Ao observar o mapa (Figura 5), os hospitais ficavam próximos aos campos, onde muitos feridos e sobreviventes procuraram abrigo, mas foram encontrados. As marcações em círculo mostram que os campos estavam fechados pelas forças israelenses, além das rotas que antes já controlavam uma área de

maior abrangência. Desta forma, por conta do acesso aos campos, não se encontrou obstáculos para a realização dos massacres.

**Figura 5** – Região do massacre de Sabra e Chatila



Fonte: *O Massacre de Sabra e Chatila*, de Amnon Kapeliouk

O que é considerado mais grave no processo da investigação, no entanto, é a questão da responsabilidade do massacre. As conclusões da Comissão contradizem os fatos que ela própria relata. Um exemplo disso é quando se registra que o exército israelense ocupou Beirute Ocidental, para ser o responsável pela paz e pela segurança de sua população civil. Nesse caso, a Comissão alega que foi com a intenção “de evitar os riscos de violências, o derramamento de sangue e o caos”.

Contudo, no dia seguinte à ocupação de Beirute, divulga-se um documento do gabinete do Ministro da Defesa em que constava: “um só elemento, e esse elemento será o exército israelense, comandará as forças da área. Para a operação nos acampamentos, as Falanges é que serão enviadas”. Além disso, temos o trecho: “a interpretação do chefe do gabinete era das informações militares do exército, isso significava que todas as forças que operavam na área, incluindo as Falanges, estavam sob autoridade do Tsahal e agiram conforme suas diretrizes”

(KAPELIOUK, 1983, p. 110).

Como conclusão, o relatório apresenta seus méritos, mas com as graves lacunas aqui expostas. Assim, não se finaliza o terrível episódio de Sabra e Chatila, em que a busca pela justiça e punição pelos culpados nunca deve ser esquecida. Além disso, a culpa das atrocidades não coube somente aos libaneses, mas também ao exército israelense que era o responsável por fazer a segurança nos campos de refugiados, tornando explícito que a ação foi facilitada para a execução.

O extermínio de um povo é possível? Diante dos inúmeros relatos do livro *O Massacre de Sabra e Chatila*, acredita-se que isto só será possível se não houver resistência e luta. Por mais que o inimigo tenha um exército mais forte e tenha o apoio de uma ação logística mais bem preparada, existem os focos de resistência. O lado mais frágil tem a possibilidade de se reorganizar e escapar, e isso foi alcançado pelos sobreviventes de Sabra e Chatila.

Para Seleme (2017), correspondente em Beirute, a recordação, a cada ano, pelos moradores, do aniversário de Sabra e Chatila, é a confirmação de que se trata de uma ferida não cicatrizada. Os sobreviventes dessa tragédia relembram momentos horríveis que nenhuma mentalidade humana nunca irá esquecer, dada a dimensão das marcas que deixaram em suas vidas.

Em 2012, após 30 anos do ocorrido, a agência de notícias *France Presse* publicou que, em 2001, 23 sobreviventes que perseveraram em passar por esse trauma protocolaram, na Bélgica, acusações de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio contra Ariel Sharon, então primeiro-ministro e, na época do massacre de Sabra e Chatila, ministro da Defesa de Israel. Afinal, o Tribunal de Apelação Belga possuía uma jurisdição universal para julgar tais crimes, mas, infelizmente, a lei foi revogada em 2003.

A memória do massacre também foi revisitada em 2002. O jornalista Luís Leiria percorreu os campos na companhia de Monib Daher, sobrevivente de Sabra, pintor e polidor de profissão, mas também um ex-combatente da Causa Palestina. Monib Daher disse que, ao ouvir o barulho de uma forte explosão, sentiu a iminência de um perigo, no entanto, não acreditava que os falangistas fossem invadir os campos localizados em plena Beirute Ocidental. No entanto, algo que poderia ser considerado improvável, se concretizou. "Eram realmente os falangistas. Eles entravam de casa em casa, em silêncio, e usavam facas para matar sem fazer

barulho”.

Daher contou na época que um amigo ouviu um barulho, como se fosse o berro de um carneiro, mas era alguém sendo degolado. O sobrevivente pôde presenciar tal atrocidade mais tarde, ao passar pelos caminhos e ver muitos corpos. Relata, ainda, que só conseguiu sobreviver por conhecer muito bem o território, até chegar ao hospital, onde sua família procurara abrigo. Mesmo sendo alertado pelos funcionários de que o local também poderia ser invadido, eles permaneceram, e saíram quando foram liberadas as ambulâncias para entrar nos campos, quando infelizmente, muitas vidas já haviam sido ceifadas.

Durante os dias que aconteceram as mortes, Sabra e Chatila permaneceram isolados. Daher explicou que os palestinos que escaparam da morte eram levados para interrogatórios e mantidos por muito tempo em áreas minadas, para não fugirem, afinal sua saída significaria revelar ao mundo o que estava ocorrendo.

Leiria, acompanhado de Daher, descreve em seu trajeto suas impressões sobre a área. É informado do local onde ocorreram as explosões das bombas: casas que se encontram ainda com aspecto de terem sido metralhadas, observando, ainda, uma semelhança com as favelas do Rio de Janeiro, uma comparação com algo bem distante de onde se encontra. A distância entre Sabra e Chatila, percorrida de carro até Beirute, dura apenas 15 minutos, e atenta-se: “nas ruas irregulares e entre as casas pobres, posters de líderes espirituais de turbante, de políticos xiitas e de jovens que são considerados mártires da luta contra ocupação israelita”.

As impressões do ocorrido nos campos também são relatadas pelo escritor Jean Genet, na obra *Quatro horas em Chatila* (2016). O escritor descreve o cenário de horror que presenciou mais tarde, pois estava em Beirute na época. Genet (2016) explica que corpos foram deixados ao relento, abandonados de qualquer maneira, sem orações, tendo suas vidas paralisadas com gestos e posições que não estavam programadas, vítimas que pareciam ter participado de uma “festa” de ódio promovida por soldados embriagados que procuravam entreter o exército israelense.

Genet (2016) questionou o fato de Israel negar sua participação e ainda não ter ouvido nada durante as execuções. Indagando sobre o envolvimento de Israel, ele escreve:

Os massacres não foram realizados em silêncio e na escuridão. Iluminados pelos fogos israelenses, os israelenses estavam ouvindo Shatila já na quinta-feira à noite... O que Israel ganhou com o massacre em Shatila? Resposta: o que Israel ganhou entrando no Líbano? O que Israel ganhou bombardeando a população civil por dois meses; caçando e eliminando palestinos? O que Israel ganhou em Shatila: a destruição dos palestinos. Israel mata homens, mata cadáveres. Israel arrasa Chatila (GENET, 2016, p. 139-140).

A imagem da destruição e das mortes pelos campos é assustadora, como descreve Genet (2016) logo ao ver o primeiro corpo de um homem cujo crânio estava partido, possivelmente por um machado, e partes do cérebro estavam próximas a ele: “o corpo estava estendido sobre uma poça de sangue escuro coagulado”.

Cenas de horror assim ainda seriam comuns durante as quatro horas em que permaneceu em Chatila. O autor fica tão impressionado com que encontra pelo caminho a tal ponto de sentir ele próprio que seu corpo cheirava à morte, e não apenas o cheiro que vinha das casas e dos corpos espalhados pelo local. A situação pode ser melhor compreendida em seu relato, mas, por estar no ambiente real e presenciar, tornou-se muito difícil descrever e saber como proceder para desviar dos corpos, chegando fazer alusão ao jogo de amarelinha.

Uma fotografia tem duas dimensões, assim como a tela da televisão; ninguém pode caminhar através da imagem. De uma parede da rua até a outra, dobrado ou arqueado, com seus pés apoiados contra uma parede e suas cabeças pressionando a outra, os corpos pretos e inchados sobre os quais eu tinha que passar era todos de palestinos e libaneses. Para mim, como para o que restou da população, caminhar através de Shatila e Sabra se assemelhava a um jogo de amarelinha. [...]. Uma fotografia não mostra as moscas nem o cheiro branco e denso da morte. Nem mesmo mostra como se deve saltar sobre os cadáveres enquanto você caminha entre um corpo e outro (GENET, 2016, p. 107-109).

A experiência de Chatila, para Genet (2016), caracterizou-se como algo marcante e profundo que o fez entender e que chamou de “obscenidade do amor e da morte”. Em relação aos corpos, esses sentimentos não seriam mais distintos, mas a mesma coisa, pois os corpos não têm mais o que esconder, por suas posições, gestos, suas expressões e até mesmo o silêncio, presente tanto na vida quanto na morte.

Justamente essa consternação pelas mortes em sua passagem por

Chatila que o faz por um momento visualizar o corpo de um boxeador caído ao chão, com uma expressão de surpresa por ser nocauteado. Contudo, esta visão logo se desfaz, ao perceber que se tratava do corpo de um palestino, possivelmente morto no início do massacre, cuja cabeça estava dilatada, fazendo-o parecer um lutador de boxe.

Nas quatro horas que permaneceu em Chatila, o autor descreve um cenário de horror, destruição e morte. Em sua memória, relata o registro de cerca de quarenta corpos, todos com marcas de torturas, e ainda acrescenta que isso ocorreu “provavelmente com um pano de fundo de embriaguez, música, riso, o cheiro de pólvora e de carne começando a apodrecer” (GENET, 2016, p. 160).

Para Genet (2016), é importante destacar a topografia dos campos de Sabra e Chatila, pois a quantidade expressiva de mortes foi alcançada com a intervenção de “equipes de tortura”. Tais equipes trabalhavam para fazer esse serviço, matadores que tiveram apoio, uma vez que os campos apresentavam lugares de difícil acesso para caminhar, como explica o autor:

Você tem que saber que os campos palestinos de Sabra e Chatila eram formados por quilômetros e quilômetros de pequenas ruelas estreitas – por aqui, até os becos são tão esqueléticos, tão finos que algumas vezes duas pessoas não conseguem caminhar juntas a menos que uma ande um pouco atrás – repletos de sujeira, blocos de cimento, tijolos, farrapos sujos multicoloridos, e naquela noite, sob a luz dos fogos israelenses que iluminaram o campo, mesmo quinze ou vinte combatentes bem armados seriam incapazes de realizar esta matança. Os matadores trabalhavam e eles eram numerosos, e provavelmente acompanhados por equipes de tortura que rachavam os crânios, partiam as coxas, decepavam braços, mãos e dedos (GENET, 2016, p. 147).

A proximidade e o contato com essa tragédia logo após seu acontecimento fizeram Genet refletir que, naquele lugar, se encontrava sozinho, sendo o único europeu por perto de algumas idosas palestinas e de soldados desarmados no local. Diante dessa situação, com uma cidade destruída e tantos corpos mortos de maneira assustadora, Genet relata que se essas pessoas não estivessem com ele, mas tivesse descoberto esta cidade desta maneira, teria ficado louco. No entanto, o autor lança para o leitor esta pergunta: “Teria?” O que prevalece é a reação de indignação do autor, sem acreditar que tudo isto havia acontecido.

Além disso, lança vários questionamentos que não foram

esclarecidos. Dentre eles, o negacionismo em torno do envolvimento do exército israelense: se apenas iluminaram os campos, escutaram ou não explosões, tiroteios saídos de armas que suas cápsulas ficaram pelo chão, onde Genet descreve que chutou com seus próprios pés, quem realmente atirou? Qual a quantidade de atiradores? O que foi feito com os armamentos usados? O autor observa, ainda, que o exército israelense dizia que entraram nos campos e pararam as mortes no sábado, mas, então, o que teriam feito com os assassinos e para onde eles foram? Muitas explicações precisavam ser compreendidas, mas nenhum argumento justificaria o cenário de horror que havia se transformado os campos.

Geralmente os mortos se tornam bastante familiares, até mesmo amigáveis a mim, mas quando eu vi aqueles corpos nos campos e percebi apenas o ódio e o prazer daqueles que os haviam matado. Uma festa bárbara foi realizada lá: raiva, bebedeira, danças, canções, maldições, lamentos, gemidos (GENET, 2016, p. 153).

No livro *Pobre Nação* (2007), Robert Fisk, correspondente do jornal *The Independent*, especializado em Oriente Médio, baseado em Beirute, na época, não foi indiferente ao impacto causado pelo massacre de Sabra e Chatila. Afinal, nunca vira tantos corpos juntos, como descreve em diversos relatos a sua indignação. Diante de uma matança indiscriminada, estava atônito e em choque com que se deparava. Ele explica:

O que encontramos dentro do campo palestino de Chatila às dez da manhã de 18 de setembro de 1982 é inacreditável demais para se descrever, embora talvez fosse mais fácil recontar na prosa fria de um relatório médico. Já haviam acontecido massacres no Líbano, mas raramente nessa escala e jamais sob as vistas grossas de um exército regular e supostamente disciplinado. No pânico e ódio da batalha, dezenas de milhares foram mortos neste país. Mas essas pessoas, centenas delas, foram abatidas desarmadas. Isso era um assassinato em massa, um incidente – com que facilidade usávamos a palavra “incidente” no Líbano – que também era uma atrocidade. Ia muito além até mesmo do que os israelenses teriam chamado, em outras circunstâncias, de uma atrocidade terrorista. Era um crime de guerra (FISK, 2007, p. 489).

Fisk reconhece a similaridade com fotos de execuções feitas na Segunda Guerra Mundial na Europa ocupada. O cenário de corpos jogados, crianças e bebês mortos, pedaços de corpos mutilados, muitas mulheres mortas que estavam nuas e haviam sido estupradas, homens com cortes em suas gargantas. E isso se repetiria muitas vezes, como visualizou Fisk. Com o que restou das ruínas de

suas casas, muitas famílias e seus membros tentavam se esconder no mesmo cômodo, sendo assassinados todos juntos, debaixo de camas e cadeiras.

As marcas dos assassinatos estavam por toda parte ao percorrer os campos, em valas que foram abertas para esconder corpos, mas as moscas e o mau cheiro davam pistas do que ali se tentava esconder. Fisk relata que o mau cheiro era tanto que sentia ânsia de vômito e logo começava a cheirar igual aos mortos. Argumenta ainda que haviam cometido um assassinato em massa, tanto em quantidade de vítimas quanto na duração das execuções, praticado por assassinos que podiam ver e tocar suas vítimas antes de matar, algo sem precedentes, até então, na história do Oriente Médio.

Fisk registra que, durante sua caminhada pelos campos, sobreviventes vinham ao seu encontro em desespero, procurando ajuda para encontrar parentes e conhecidos desaparecidos, enquanto outros jornalistas começavam a chegar vindos de outros lugares. Muitos desaparecidos foram encontrados na fila de um estádio para prestar “interrogatório”. Essa fila era majoritariamente composta de libaneses e palestinos, e o entorno do estádio era guardado por soldados israelenses uniformizados, cujo argumento era a procura por terroristas.

Atente-se sua análise para o termo “terrorista”, uma designação que adquiriu grandes proporções representando assassinatos com uma atrocidade imensurável. Nos campos, o que se procurava saber ou ver, se esbarrava na procura por terroristas que provocaram tamanha atrocidade, comparável a Treblinka.<sup>18</sup>

Essa busca por terroristas torna-se sem sentido, visto que, nos campos, a morte imperava, mas, mesmo assim, a voz de um oficial israelense anunciava em um alto-falante para “ficarem fora das ruas”, pois estavam “procurando terroristas”. Algo que, na opinião de Fisk, causava uma aversão: ao ser interpelado por um soldado, este pede para que ele saia dos campos, mas recusa-se a sair. Fisk aponta que os soldados não entendiam que naquele lugar todos estavam mortos e, se ficasse ali, também “seria morto por terroristas”, diziam os

---

<sup>18</sup> Treblinka foi o quarto campo de extermínio alemão onde judeus foram exterminados em câmeras de gás alimentadas por motores à explosão localizado nos arredores da cidade de Treblinka, na Polônia ocupada pelos alemães. Também foi o primeiro campo de morte alemão onde ocorreu a cremação dos cadáveres a fim de ocultar o número de pessoas mortas. Durante o período em que ficou em operação, entre julho de 1942 e outubro de 1943, cerca de 700.000 a 1.000.000 pessoas foram exterminadas em Treblinka.

soldados a Fisk.

Segundo Fisk, a experiência nos campos o fez como uma personagem de um “filme de mistério” que procura a polícia para denunciar um crime, mas é acusado de inventar o ocorrido, não lhe dando credibilidade. A certeza é que havia terroristas nos campos, como reafirma de forma enfática:

Como eu podia explicar a eles que os terroristas haviam partido, que os terroristas vestiam uniformes israelenses, que os terroristas tinham sido mandados a Chatila por oficiais israelenses, que as vítimas dos terroristas não eram israelenses, mas palestinas e libanesas? Eu tentei. Caminhei ao lado desses soldados e disse-lhes que era um jornalista e perguntei seus nomes. Depois de alguns minutos, eles se acostumaram com a minha presença. Então eu conheci Moshe, Raphael, Benny, todos carregando pesados fuzis pelas cercanias de Chatila, todos temendo terroristas. Terroristas, terroristas, terroristas. A palavra vinha em cada frase, como um sinal de pontuação. Era como se nenhuma declaração, nenhuma crença pudesse ser expressada sem a presença de terroristas (FISK, 2007, p. 501).

A definição de “terrorismo” é explorada por ele ao inserir a palavra “terrorista” no contexto do que ela significa para cada país, povo e até mesmo para a profissão de jornalista. Para ele, não é possível definir o terrorismo, dado que não se trata de uma definição, mas sim de uma criação política: os terroristas usam a violência como oposição ao uso da palavra. Isso significa que para Israel seus terroristas são aqueles contrários a Israel, o mesmo representando para os estadunidenses e palestinos:

Adotar a palavra significa que nós tomamos partido no Oriente Médio, não entre certo e errado, bem e mal, Davi e Golias, mas de um grupo de combatentes contra o outro. Para jornalistas no Oriente Médio, o emprego da palavra “terrorismo” é semelhante ao porte de arma. A menos que a palavra seja utilizada para *todos* os atos de terrorismo – o que não é –, seu uso transforma o repórter em um participante da guerra (FISK, 2007, p. 597, grifos no original).

Segundo Fisk, ainda é importante lembrar da importância dada pelos veículos de comunicação ao massacre, e ainda indaga sobre quando determinado número de mortos é considerado um assassinato, atrocidade ou massacre, ou quando um massacre não é considerado um massacre, conforme o número de vítimas, ou se o massacre foi praticado pelos amigos ou inimigos de Israel.

O autor explica que se o contrário tivesse ocorrido, como se tropas

da Síria invadissem um kibutz<sup>19</sup>, agências de notícias ocidentais não ficariam perdendo seu tempo em debater se ocorreu ou não um massacre em Sabra e Chatila. Pelo que presenciara nos campos, as atrocidades individuais eram semelhantes às ocorridas na Segunda Guerra Mundial:

O número de corpos encontrados em Sabra e Chatila e a crescente lista de civis palestinos e libaneses “desaparecidos” – assim como o testemunho de oficiais falangistas nas semanas seguintes – sugerem que bem mais de mil pessoas foram mortas nos campos de Beirute entre 16 e 18 de setembro, podendo possivelmente chegar a dois mil. Até mesmo a estimativa mais baixa de Israel das vítimas no massacre – 460 – tem apenas nove a menos do que o número calculado de pessoas mortas por nazistas na vila tcheca de Lidice em 1942, ou subseqüentemente enviadas para campos de concentração<sup>20</sup>. O número mínimo do massacre de Beirute fornecido pelo diretor da inteligência militar israelense – 700 – tem 58 vítimas a mais do que o total de civis franceses mortos por soldados das SS alemãs na vila de Orador- sur- Glane em 1944 (FISK, 2007, p. 527).

Com a veiculação das atrocidades de Sabra e Chatila, principalmente na imprensa americana, Fisk não poupa críticas à maneira como foram repassadas as notícias, dando a entender que o grande número de mortos não demonstrava a gravidade que o fato merecia, minimizando a extensão da tragédia. Mas se o contrário tivesse ocorrido com os israelenses, a cobertura seria diferente, os editores de jornais não tinham a capacidade de enxergar o Oriente Médio como um conflito cruel, onde a disputa entre árabes e israelenses seria como uma luta entre o bem e o mal – o bem representado por Israel.

Fisk defende que esta ideia encontra-se no que argumentava Edward Said, na obra *Orientalismo* (1978), em que descreve as atitudes do Ocidente em relação à Palestina, havendo “uma simpatia e uma culpa” do Ocidente em relação ao Estado de Israel, devido ao Holocausto, mas mesmo diante de tanto

---

<sup>19</sup> É uma forma de coletividade comunitária israelita. Apesar de existirem empresas comunais (ou cooperativas) em outros países, em nenhum outro as comunidades coletivas voluntárias desempenharam papel tão importante como o dos *kibutzim* em Israel, onde tiveram função essencial na criação do Estado judeu.

<sup>20</sup> A Comissão Kahane prudentemente decidiu que não podia se basear nem em estatísticas libanesas nem em palestinas do massacre, e fixou o número mínimo de mortes em 460. Mas admitiu que “é possível que mais corpos estejam... nas covas abertas pelos agressores perto dos campos”, presumivelmente uma referência aos cadáveres sob o campo de golfe. O relatório da comissão afirma que o diretor da inteligência militar israelense avaliou, em testemunho, um número “entre 700 e 800” assassinatos em Chatila. As mortes de Lidice foram cometidas em vingança ao assassinato, por agentes Aliados, de Reinhard Heydrich, o “protetor” nazista de Boêmia e Morávia. Os alemães fuzilaram 173 aldeões e mandaram 198 mulheres e 98 crianças para o campo de concentração de Ravensbrück (FISK, 2007, p. 527).

sofrimento trouxeram desenvolvimento às regiões desérticas, além de ser visto com um país democrático no meio de tantos governos árabes opostos.

Fisk cita ainda alguns meios de comunicação americanos favoráveis em suas manchetes a Israel, logo após os massacres, como a revista *Newsweek*, com a reportagem “Israel em Tormenta” o que, na verdade, seriam os palestinos que viviam uma tormenta; e o subtítulo da matéria: “A Angústia dos Judeus Americanos”, o que, na verdade, seria também correta a referência dos angustiados aos palestinos e “A Alma perturbada de Israel”. Fisk rebate, explicando então que os sentimentos dos palestinos seriam bem piores, pois foram traídos com a promessa de proteção pelos EUA aos civis que ficaram nos campos com a saída da Organização de Libertação da Palestina de Beirute, sofrendo com os ataques.

O autor expõe ainda que na semana seguinte aos ataques, a revista *Newsweek* escolheu a morte da princesa Grace, de Mônaco, como o fato mais importante dos últimos sete dias, mas questiona: se os mortos de Sabra e Chatila tivessem sido os judeus, o fato mais importante teria sido a morte da princesa? Contudo, ele observa que a cobertura noticiosa pela televisão da revista apresentava os fatos mais detalhados e cronológicos dos massacres, diferente de suas manchetes sensacionalistas, além de uma pesquisa de opinião pública na qual os índices de apoio da população americana aos israelenses eram baixos em virtude dos massacres, acompanhando, ainda, fortes críticas a Menachem Begin, então primeiro-ministro de Israel na época, e Ariel Sharon, ministro da Defesa.

Outro veículo, o *Wall Street Journal*, segundo Fisk, apoiava Israel em seus editoriais e, no primeiro aniversário de Sabra e Chatila, não demonstrou reação significativa com a quantidade de mortes ocorridas, pelo fato de terem sido poucas mulheres, algo considerado um absurdo, pois, independentemente do número de mortes, era motivo para se lamentar, como trazia a leitura do jornal descrita por Fisk (2007, p. 545): “[...] vale notar que... as vítimas de Sabra e Chatila... incluíam somente 15 mulheres e vinte crianças. O restante das 460 vítimas contadas eram homens, incluindo muitos libaneses, iranianos e sírios, assim como palestinos”.

A maneira como a perda de vidas humanas se mostra merece a atenção do autor, pois durante sua permanência nos campos percebeu que o número de mortos era bem maior e que não importavam as nacionalidades mortas, todas possuíam igual respeito e consideração. Não dar importância ou amenizar os

fatos só contribuía para gerar mais polêmicas para a tão conturbada relação entre árabes, judeus e palestinos.

A quantidade expressiva de vítimas foi consequência dos danos causados pelos tipos de bombas usadas nos campos. O poder de destruição causou admiração em Fisk, pois apenas as mortes por facadas, mutilações e agressões deixavam qualquer pessoa em estado de perplexidade, mas sobre a dimensão dos estragos das bombas ao seu redor a situação não diferia, ainda mais quando inocentes sofriam. Ele explica:

Como se os números de mortos já não fossem suficientemente constrangedores para os israelenses, agora emergiam crescentes evidências de que eles estavam usando bombas de fragmentação contra Beirute ocidental. [...]. O que tornava a bomba de fragmentação tão temível era a sua natureza aleatória. Ela matava quem quer que estivesse perto do local de detonação com uma chuva de bolas de aço e fragmentos de metal. Usada em uma área residencial, era uma arma extremamente violenta. [...]. Um tipo de bomba de fragmentação que eu vi e examinei consistia em um conjunto de receptáculos metálicos triangulares, cada um deles contendo uma massa cilíndrica de explosivo feito com um pó químico branco. Encontrei dúzias desses receptáculos não detonados em Chatila, nas vielas entre os arruinados barracos de concreto não muito distantes da embaixada kuwaitiana. Os israelenses foram tão categóricos ao dizer que não haviam usado essas armas nos campos que eu cheguei a levar um saco com os receptáculos para casa e montá-los numa mesa da minha sala. [...]. Outro tipo de bomba, que parecia similar à bomba de fragmentação antitanque “Rockeye”, continha uma quantidade de pesadas “bombinhas”, feitas de modo grosseiro com três partes, cada uma com cerca de oito centímetros de diâmetro. [...]. Encontramos crianças no Hospital Barbir que tinham sido feridas por aquelas “bombinhas”. Em alguns casos, elas se feriram porque as encontraram jogadas nas ruas, diante de suas casas, não perceberam o que era e brincaram com os objetos até explodirem em suas mãos (FISK, 2007, p. 381-382).

Devido ao massacre, tropas americanas, francesas e italianas que formavam uma força internacional retornaram a Beirute, menos de duas semanas após saírem em retirada. O retorno é visto por Fisk como um “sentimento de culpa”. A decisão da volta foi de Ronald Reagan, então presidente dos Estados Unidos. Reagan havia assumido a responsabilidade de segurança dos civis palestinos, e seus aliados, os israelenses, estavam sendo acusados de permitir a execução dos massacres. A atitude de Reagan é definida na época por assessores como “uma reação emocional a um evento trágico” (FISK, 2007, p. 597).

Nos anos após os massacres, Fisk relata que retornou aos campos

nos seus aniversários para conversar com sobreviventes. Eles diziam que os israelenses estavam com a Falange durante os ataques, pois muitos idosos palestinos falavam o hebraico e conversavam com israelenses. Com estes relatos, a negação de que os israelenses não tinham conhecimento do que se passava ou não estavam envolvidos acaba não sendo aceita. Sobre a guerra do Líbano, Fisk expressa como sendo “um conflito contra o ‘terrorismo’ que se tornara um banho de sangue de milhares de civis e culminara em um massacre em que o exército israelense tinha, no mínimo, responsabilidade indireta” (FISK, 2007, p. 558).

A crítica à política do Estado de Israel é objeto de reflexão filosófica de Judith Butler, na obra *Caminhos Divergentes: judaicidade e crítica do sionismo* (2012). No capítulo “Para pensar o presente, Primo Levi”, Butler discorre que Levi<sup>21</sup> defendia ser sua responsabilidade pública marcar uma posição contrária em relação aos bombardeios no sul do Líbano e aos massacres de Sabra e Chatila, justamente por ele ser um judeu e sobrevivente do Holocausto. Mesmo concordando com a fundação de Israel, procurava argumentos distintos para a existência de Israel e das políticas implantadas por Israel.

Tornando-se um crítico de Menachem Begin e Ariel Sharon depois dos massacres, e reivindicava sua renúncia, essa atitude o fez receber muitas correspondências de israelenses censurando sua postura pública contra Israel, mas Levi argumentava que não estava sendo contra Israel, mas, sim, contra as ações de militares israelenses. À matança em Sabra e Chatila dizia que ações desta natureza o deixavam “envergonhado e angustiado”.

Com uma política baseada na Shoah, ele argumenta que a partir disso Israel estaria sustentando uma violência arbitrária, com consequências destruidoras e, acima de tudo, alimentando o antissemitismo.

Nos diálogos que Butler estabelece com as reflexões de Levi, a escritora expõe que, segundo ele, a história do Holocausto pode crescer beneficiando-se das memórias de sofrimento do passado e da assimilação do sofrimento humano, demonstrado pela negação ao Holocausto e seus traumas permanentes; ou também como uma maneira de explorar seu significado de sofrimento para justificar qualquer ato militar como sendo uma defesa indispensável.

---

<sup>21</sup> Primo Levi (1919-1987) foi um químico e escritor italiano. Escreveu memórias, contos, poemas, e novelas. É mais conhecido por seu trabalho sobre o Holocausto, em particular, por ter sido um prisioneiro em Auschwitz-Birkenau.

Ao final da reflexão com Levi, Butler (2012) nos convida para aprender com ele que não podemos permitir que o sofrimento causado pelo Holocausto sirva como fundamento para se cometer outras atrocidades:

Fazer uma separação entre aquele sofrimento histórico e as explorações políticas contemporâneas de qualquer espécie é uma parte do que deve ser feito se quisermos seguir o exemplo de Levi para fazer justiça à história e lutar pela justiça no presente (ARENDR, 2012, p. 205).

Abraham Weizfeld, ativista dos movimentos palestinos e sociais no Canadá, criado por uma família de refugiados e autor de *Sabra e Chatila*, faz uma crítica contundente em seu estudo sobre o massacre, lançando três questionamentos considerados básicos para analisar o acontecimento: primeiro, quando questiona se o massacre foi um incidente ocorrido de forma isolada; segundo, se foi o caráter das autoridades como Sharon, Began e Shamir que resultou no massacre; e em terceiro, se não seriam as próprias autoridades israelenses, com sua ideologia sionista, os primeiros responsáveis pelos ataques.

Entretanto, Weizfeld (2009) entende que a questão deve ser apontada aos judeus israelenses ou não israelenses, pois deveriam aprender com a experiência do silêncio do povo alemão, quando seus filhos questionavam as violações sofridas pelos judeus na Segunda Guerra Mundial. O autor, com isso, faz um alerta contra a repetição do episódio:

O estudo então se dirige àqueles que se autodenominam cidadãos do “Mundo Livre”, não para estabelecer um complexo de culpa em sua consciência, mas para tocar a campainha para que eles devam agir, e agora – não para trazer à vida aqueles que foram massacrados, mas para pôr fim a esta política de extermínio e genocídio (WEIZFELD, 2009 [1984], p. 15, tradução nossa).<sup>22</sup>

A atitude a ser tomada para isto ocorrer é apontada por Weizfeld como o reconhecimento e a aceitação da Organização para Libertação da Palestina (OLP), considerada a representante legítima do povo palestino e aprovada por seus cidadãos, tanto dentro quanto fora da Palestina ocupada.

Para esse povo palestino, as vítimas de Sabra e Chatila, o autor faz

---

<sup>22</sup> “The study then directs itself to those who term themselves citizens of the ‘Free World’, not to establish a guilt complex in their conscience but, to ring the bell that they should act, and act right now – not to bring to life those who were butchered but to put an end to this policy of extermination which borders on genocide.”

questão de apresentar com suas palavras quem são os palestinos que há tantos anos sofrem as privações, perseguições, intimidações e mortes. Essas atrocidades afirmam que estão inseridas na base da ideologia sionista contra um povo:

Para o benefício daqueles que não sabem quem são as vítimas de Sabra / Chatila: eles são os palestinos que foram expulsos de suas casas e privados de seus bens pessoais há trinta e cinco anos e têm vivido em condições subumanas com a esperança de que o mundo reconheça sua situação e repare a injustiça infligida a eles e, portanto, os ajude a retornar à sua – Palestina- onde seriam livres para determinar o próprio destino de seu país (WEIZFELD, 2009 [1984], p. 16, tradução nossa).<sup>23</sup>

Na opinião de Weizfeld, os massacres nos campos de Sabra e Chatila são resultados de uma política bem planejada e meticulosamente detalhada que visava ao genocídio dos árabes palestinos, lembrando de outros massacres direcionados aos palestinos, como de Deir Yassin, Qubia, Nahaleen, Kfar Kassem Khan Yunes e Rafah. Compara ainda ao massacre de Kechneiv, em 1902, onde habitantes furiosos da cidade de Kechneiv atacaram um bairro judeu sob vistas de soldados de um czar. Isso ocorreu há mais de oitenta anos, mas, apesar do tempo, o fato não é esquecido pela cultura judaica, sendo os mortos em menor número em relação aos de Sabra e Chatila. Isso evidencia, segundo o autor, uma situação de hipocrisia.

Para a Comissão Internacional de Inquérito aos Crimes de Israel contra os Povos Libaneses e Palestinos, realizada em Genebra, Suíça, nos dias 27 e 28 de fevereiro de 1983, a destruição dos campos de refugiados é parte da política global do governo de Israel, em que a agressão, a anexação e o extermínio são os requisitos que predominam. É considerável salientar ainda o que afirma a comissão, segundo Weizfeld:

[...] fatos indiscutíveis atestam que o Ministro da Defesa israelense Sharon, o chefe do Estado-Maior Eytan, o Tenente General Amir Drori, o Brigadeiro-General Amos Yaron, o Coronel Moshe Levi e outros líderes militares israelenses participaram da instrução de gangues responsáveis pelas mortes em Sabra e Shatila (WEIZFELD, 2009 [1984], p. 13, tradução nossa).<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> “For the benefit of those who do not know who the victims of Sabra/ Shatila are: they are Palestinians who were forced out of their homes and deprived of their personal property thirty- five years ago and have been living in sub-human conditions with the hope that the world will recognize their plight and redress the injustice inflicted upon them and therefore help them to return to their country – Palestine – where they would be free to determine their own destiny.”

<sup>24</sup> “[...] undisputable facts attest that the Israeli Defence Minister Sharon, Chief of Staff Eytan, the Lt.

A invasão do Líbano com a justificativa de uma campanha sob o slogan “Paz para Galiléia”, na verdade, evidencia propósitos bem mais ambiciosos do que penetrar, inicialmente, apenas os 40 km no território libanês. Weizfeld argumenta que se colocou em prática um plano há tempos preparado por Sharon, para destruir a infraestrutura da Organização Palestina, ocupando todo o sul do país e, com isso, intimidar os refugiados palestinos e manter distância das fronteiras de Israel. Além disso, com um possível êxito da operação, em que não houvesse resistência de libaneses nem de palestinos, acreditava-se que implantariam um governo no Líbano que reconheceria o Estado de Israel.

Apesar da Organização Palestina se retirar de Beirute em 1º de setembro de 1982, antes, os americanos garantiram que os civis palestinos seriam protegidos nos campos. Porém, como vimos, isto não ocorreu, e logo depois da retirada da Organização Palestina, as tropas internacionais, no dia 10, também deixaram a região. No dia 14 de setembro, agravando mais a situação na região, ocorre o assassinato de Bashir Gemayel e, conseqüentemente, nos próximos dias, os campos foram atacados.

Durante os ataques aos campos de Sabra e Chatila, Weizfeld ressalta que a comunicação entre as autoridades israelenses e chefes das Falanges sempre existiu de forma contínua, mas nunca tentaram impedir de ocorrer ou cessar o massacre, pelo contrário, contribuíram, fechando as saídas dos campos, acendendo fogos para iluminar o local ou jogando bombas. O planejamento é relatado:

A execução da ocupação militar que resultou no massacre foi conduzida com o conhecimento e como resultado de uma decisão do gabinete israelense. As forças libanesas que não entram nos campos na quinta-feira, 16 de setembro, foram conduzidas lá pelas forças de ocupação de Israel por ordem do Ministro de Defesa israelense, Sharon e a operação foi coordenada em reuniões realizadas por oficiais de Israel e falangistas (WEIZFELD, 1984, 2009, p. 54, tradução nossa).<sup>25</sup>

---

General Amir Drori, Brigadier-General Amos Yaron, Col. Moshe Levi and other Israeli military leaders participated in the instruction of the gangs responsible for the killings at Sabra and Shatila.”

<sup>25</sup> “The execution of the military occupation which resulted in the massacre was conducted with the knowledge, and as a result of the decision of the Israeli cabinet. The Lebanese forces which entered the camps Thursday September 16 were conducted there by the Israeli occupation forces upon orders from Israeli Defence Minister Sharon and the operation was coordinated at meetings held by Israeli

Outro fato relevante, abordado pelo autor, refere-se também ao uso de armas e munições, como bombas de vácuo, bombas de fragmentação, bombas de fósforo, foguetes antiabrigo, entre outras usadas durante o massacre pelo exército israelense, mas que foram fornecidas pelos americanos. Com isso, acabaram violando acordos entre os dois países, onde estes equipamentos só poderiam ser usados pelo exército de Israel. Uma postura que demonstraria a cumplicidade dos Estados Unidos no massacre.

Sendo assim, reforça-se ainda mais esta posição a divulgação do trecho de uma conversa do emissário americano Morris Draper, que participou de uma reunião no escritório Shamir, onde o relatório sobre o massacre foi recebido no dia 17 de setembro, mas esperou o massacre terminar, no dia 18, e a milícia falangista sair em retirada, para emitir ao ministro da Defesa, Ariel Sharon, a seguinte declaração:

Você deve parar os massacres. Eles são obscenos. Tenho um oficial no campo (Shatila) contando cadáveres. Você deveria ter vergonha. A situação está péssima e terrível. Eles estão matando crianças. Você tem o controle absoluto da área e, portanto, é responsável por essa área (WEIZFELD, 2009 [1984], p. 82, tradução nossa).<sup>26</sup>

O Conselho de Segurança da ONU condenou os massacres de Sabra e Chatila com a Resolução 521, de 19 de setembro de 1982 e, logo após essa condenação, a Resolução da Assembleia Geral da ONU classificou os massacres como um ato de genocídio.

Em 1983, Ariel Sharon, então ministro da Defesa de Israel, foi responsabilizado pelo massacre pelos civis palestinos e renunciou ao cargo antes de recusar-se a fazê-lo. Contudo, nunca deixou o cenário político, sendo primeiro-ministro de Israel entre 2001 e 2006.

No ano de 2013, o tribunal da Bélgica decidiu que Sharon seria julgado por crimes de guerra quando deixasse o cargo. Isto somente foi possível devido a uma lei de jurisdição universal de 1993, criada na Bélgica. No entanto, não

---

and Phalangist officers.”

<sup>26</sup> “You must stop the massacres. They are obscene. I have an officer in the (Shatila) camp counting dead bodies. You ought to be ashamed. The situation is rotten and terrible. They are killing children. You are in absolute control of the area and therefore have responsibility for that area.”

chegou a ser julgado e punido.

Infelizmente a página deste acontecimento ainda não foi fechada com os culpados sendo responsabilizados, o que podemos perceber quando Weizfeld cita uma reflexão dos jornalistas israelenses Schiff e Ya' ari sobre Sabra e Chatila: “Se há uma moral para o doloroso episódio de Sabra e Chatila, isso ainda não foi reconhecido. A realidade desta impunidade permanece verdadeira até hoje” (WEIZFELD, 1984, 2009, p. 127, tradução nossa).<sup>27</sup>

A repercussão internacional do massacre de Sabra e Chatila tomou grandes proporções e inúmeras autoridades e governos manifestaram seu repúdio ao acontecimento e, em geral, todos os setores da sociedade civil. O impacto das cenas de pessoas amontoadas, mortas umas sob as outras, cortadas, decapitadas, uma população de pobres que nem demonstraram reações, chocou a mídia e desencadeou uma cobrança muito grande das autoridades, além de protestos e passeatas por vários lugares.

Uma semana após a tragédia, Telaviv, em Israel, próximo de 400 mil pessoas participaram da maior manifestação do país, convocada pelos movimentos pacifistas e pela oposição. Reivindicava a busca pelos culpados, as demissões de altas autoridades, mudanças no governo, investigações independentes e fortes críticas caíram sobre Ariel Sharon, ministro da Defesa de Israel e responsável pelos soldados que estavam em Sabra e Chatila para proteger os campos, mas teria agido de forma conivente com os executores das mortes.

No Brasil, a repercussão do massacre pela comunidade de palestinos, libaneses, sírios e outras nacionalidades árabes foi imediata. A reação de revolta diante do horror que as imagens da tragédia causaram mobilizou manifestações na Avenida Paulista, em São Paulo, com apoio, participação e organização de partidos políticos, além da mobilização de diversos segmentos da sociedade civil brasileira para demonstrar consternação diante do fato.

Foi quando em setembro acontece o Massacre de Sabra e Chatila no Líbano. A mobilização mundial foi muito grande. No Brasil maior ainda. A UNE, os sindicatos, os partidos políticos, foram às ruas e o grito de guerra era ‘OLP estamos com você’, e ‘Israel assassino do Povo Palestino’. Muitas manifestações de rua foram realizadas em todo o país, a maior delas em setembro de 1982 na cidade de São Paulo com a participação de dez mil pessoas pedindo o fim dos

---

<sup>27</sup> “If there is a moral to the painful episode of Sabra and Shatila, it has yet to be acknowledged. The reality of this impunity remains true to this day.”

massacres e a criação do Estado da Palestina, livre, soberano e democrático.<sup>28</sup>

A mobilização de várias entidades da sociedade, em todos os lugares, fez repensar os motivos que desencadearam os repudiantes massacres. Na verdade, já começaram com a expulsão, em 1948, dos palestinos de suas terras. O Brasil foi o primeiro país sul-americano a reconhecer a existência e apoiar a independência da Palestina. Todavia, falta um longo caminho a percorrer, infelizmente, foi necessário um crime bárbaro acontecer para despertar o sentimento e atenção para a causa do povo palestino.

## 2.1 RELATOS SOBRE SABRA E CHATILA

Relatos colhidos por Scheherezade Faramarzi, repórter iraniana da *Associated Press*, colaboram na descrição feita por Fisk sobre como foi aquele fatídico dia nos campos. Fisk explica que a repórter fez amizades com mulheres palestinas e conversou com elas durante horas para forçá-las a lembrar de suas experiências ou de algum fato que pudesse ainda não ter sido revelado. Seguem os depoimentos, publicados em setembro de 1984 e extraídos do livro *Pobre Nação*, de Robert Fisk:

Saawssan, 14 anos:

Meu desejo era que um falangista viesse aqui, para que eu pudesse matá-lo com uma faca e vingar-me. O Kata'ib [Falange] matou meus três irmãos, meu avô, meus dois tios."Amneh Shehadeh, 40 anos, nascida em Khasayer, perto de Haifa: "Eu queria ter visto o corpo do meu filho. Eu queria tê-lo visto morto e queria saber quem o matou, para que pudesse cometer esse crime contra o seu assassino. Havia judeus aqui também. Eles tiveram mais piedade do que o Kata'ib. Se não fosse pelos judeus que vieram aqui, todas as mulheres, moças e crianças teriam sido mortas. Um judeu esteve aqui, sim, no massacre, e disse: 'Vamos, vamos, madame, madame, bebê por aqui.' Tinha um homem do Kata' ib ali, de máscara com buracos que mostravam os olhos."

As mulheres falavam num lamento que se transformara em guinchos quando se aproximavam do momento de catástrofe pessoal. Um Hussein, 36 anos. Seu marido, Hamid Mustafa Khalifeh, 39 anos, foi morto no massacre. Assim como dois de seus filhos. Ela tem oito filhos sobreviventes para cuidar. Ela tem braços finos e sorri para nós enquanto fala, como se quisesse proteger-nos da sua própria

---

<sup>28</sup> Entrevista com Ali El Khatib. Disponível em: [http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id\\_coluna=25&id\\_coluna\\_texto=2851](http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna=25&id_coluna_texto=2851).

história.

Algumas pessoas têm pena de mim e me ajudam, mas é difícil me acostumar com essa nova vida em que nada restou. Fui acostumada a ser tratada como uma dama, a ser levada aqui e ali, a ter as portas abertas para mim. Agora, as minhas asas foram quebradas, arrancadas. Meu marido e os dois meninos eram minhas colunas, minha sustentação. Você pode dizer que a minha casa desabou. Quando vejo pessoas alegres, fico triste. Meu filho Mohamed vive chamando o pai. Ele fica esperando no portão ou na janela e estende as mãos...Estou cansada, minhas mãos tremem. Não posso trabalhar em casa, não posso limpar ou varrer a casa. Eu me sinto muito sozinha... Tento evitar passar por onde eles foram mortos. Eu lembro como a cabeça de Hussein e seu corpo foram jogados para cá e para lá. Eu até mesmo me mudei para evitar o lugar. Toda segunda e quinta vou até o cemitério rezar por suas almas. Eu vou sempre que os rostos deles surgem na minha mente. Aconteceu na quinta à tarde, às seis horas, o dia negro. Eles os levaram e os mataram. Eu rezo quando vou ao cemitério. Levo uma fita gravada do Alcorão e toco-a para eles. Choro. Levo umas flores e as jogo quando entro no cemitério. Eu não sei onde o meu marido e os meus meninos estão enterrados. Gostaria de saber onde eles estão enterrados para poder colocar fotos deles e uma lápide de mármore e lavar o mármore de vez em quando. Mas eu sei que eles estão lá. Então, quando vou ao cemitério, eu apenas jogo as flores e torço para que elas caiam nos lugares certos (FISK, 2007, p. 540-541).

Depoimento de Mahmoud Abbas<sup>29</sup>:

“Ver todos, uns sobre os outros, assassinados, crianças, mulheres, homens, velhos, jovens, animais... com facas, tiros, instrumentos de corte, machados, não sei... Fiquei perturbado só com o cheiro!

Eu estava chegando de Burj Al-Barajneh a Shatila à noite e, então, vimos certas bombas de luz vindo do mar, bem em cima da área. As forças israelenses davam cobertura ou estavam como que ajudando aqueles assassinos a ter luz, pois não havia eletricidade e estava muito escuro. Aquilo transformou a noite em dia.

O massacre de Sabra e Chatila, todo mundo está vindo agora perguntar sobre isso, depois de tantos anos. Lamento dizer, meu amigo, é uma ferida. Uma ferida para todos, mas principalmente para as famílias. “Quando elas quase querem esquecer sobre ele ou querem se recuperar dele, nós vamos e cutucamos a ferida e as fazemos reviver a tragédia novamente.”

Depoimento de Norman Finkelstein<sup>30</sup>:

“Israel invadiu o Líbano em junho de 1982. O pretexto da invasão era que a PLO (Organização para Libertação da Palestina), cujo quartel-general estava no Líbano, estava disparando foguetes contra o norte

<sup>29</sup> Disponível em: <https://www.monitordooriente.com/20190916-relembrando-o-massacre-de-sabra-e-chatila/>. Acesso em 17 out. 2021.

<sup>30</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qIXstjmmPyU&feature=youtu.be>. Acesso em: 17 out. 2021.

de Israel, enquanto o nome da operação israelense era “Paz na Galileia”. De fato, a fronteira mais ao norte, entre Israel e Líbano, tinha estado em silêncio por um ano. Todo comentarista informado sabe que a real razão de Israel invadir o Líbano foi usar a frase do principal cientista político de Israel na época, Abner Yami (não sei se é esse o nome), foi por causa da ofensiva de paz palestina. Deixei-me repetir esse termo “ofensiva de paz palestina”. A PLO, sob liderança de Yasser Arafat, tinha concordado com a Solução de Dois Estados. Isso causou pânico em Israel, pois temiam que a pressão internacional os forçasse a negociar um fim à ocupação porque a PLO estava sendo pragmática. Então, Israel atacou o Líbano, atacou a PLO a fim de afastar, de acabar com a ofensiva de paz palestina. Durou um bom tempo, do começo de junho de 1982 até dezembro. No curso do ataque, Israel matou entre 15 e 20 mil palestinos e libaneses, a maioria esmagadora civis. O ataque israelense no Líbano foi muito popular em Israel. Os índices de aprovação estavam entre 80 e 90% entre a população israelense. E então, nessa época, em setembro ocorreram os massacres de Sabra e Chatila. Basicamente, um homem chamado Philip Habib, que era libanês e membro da administração norte-americana, negocia um acordo. Israel, em agosto, estava implacavelmente bombardeando Beirute. Foi a primeira vez que uma capital árabe tinha sido bombardeada desde a fundação do Estado de Israel. A PLO foi forçada a acabar com sua resistência e evacuasse o Líbano e, em retorno, os EUA garantiriam a segurança dos civis nos campos de refugiados. Bem, era a garantia que Philip Habib deu. Essa garantia foi anulada bem rápido. Israel entrou em Beirute oeste. Foi dito que era Haddad... não consigo me lembrar com certeza agora, acho que foi Haddad... mas enfim... as forças maronitas libanesas disseram a eles para entrar nos campos de refugiados, “limpá-los”, e eles entraram. Israel, então, bloqueou a entrada e a saída dos campos, disparou chamas à noite, enquanto as forças libanesas, as forças cristãs executaram este massacre nos campos. Cerca de 2 mil refugiados palestinos foram assassinados em Sabra e Chatila. Sharon não foi apenas parte deste massacre. Sharon foi o arquiteto dele. Há muitos relatos que reivindicam... acontece de eu não acreditar neles, mas isso não vem ao caso... que Menahem Begin, que era o primeiro-ministro na época, que ele foi ludibriado a entrar na guerra do Líbano. Era para ser apenas, eu acho que disseram, 40 km dentro do Líbano. E então acabou sendo uma invasão em grande escala. Muito embora Begin já estivesse senil, mas eu acho muito duvidoso que ele tenha sido enganado por Sharon. Sharon era conhecido na época como “o açougueiro de Beirute”, pelos massacres, dos quais Sabra e Chatila foram o clímax. Os 2 mil mortos ainda representam apenas uma pequena fração dos 15 a 20 mil que foram mortos ao todo. O melhor relato, o relato clássico do que aconteceu então e também em segundo plano, a construção está em *Pity The Nation*, de Robert Fisk. Há um capítulo brilhante, acho que o capítulo 10 ou 12, intitulado “Os Terroristas”. Robert Fisk foi o primeiro jornalista estrangeiro a entrar em Sabra e Chatila e é um relato horrível e de tirar o fôlego do que foi o massacre. Ele descreve como ele está escalando a muralha para dentro do campo só para descobrir a muralha era composta de partes dos corpos dos palestinos que foram mortos. Acho que os libaneses estavam tentando esconder o que aconteceu... (???) Não deu para entender esta parte... como eu

disse, a muralha era composta de partes, é realmente uma macabra mas empolgante peça de jornalismo, e eu fortemente recomendo-a a todos os espectadores.”

## 2.2 OBSERVAÇÕES AOS RELATOS DE SABRA E CHATILA

Os relatos sobre o massacre de Sabra e Chatila são depoimentos tendo em comum uma forte reação de tristeza, horror, violência e crueldade diante das atrocidades que o ser humano foi capaz de cometer. O que se viu nos campos chocou a comunidade internacional e os testemunhos aqui expostos são visões de sobreviventes, de um jornalista que esteve presente no local logo após os ataques, de uma autoridade palestina ao ver o sofrimento do seu povo e de um escritor que faz uma contextualização histórica sobre este assunto e sua visão deste trágico episódio.

Choque e indignação predominam quando se fala sobre Sabra e Chatila. As vítimas foram assassinadas com extrema brutalidade, e com vários membros da mesma família mortos, como já estivesse planejado exterminar a todos, para não haver sobreviventes. Os que conseguiram se salvar ficaram “órfãos” de suas famílias. Mulheres sem maridos, filhos sem pais, pais sem filhos. Muitos morreram e deixaram a sensação de insegurança aos que sobreviveram. Sem apoio, as famílias ficaram sem estrutura para manter sua sustentação, além de viverem na condição de refugiados, fora de seu país, perderam suas casas, parentes, amigos e o pertencimento a um lugar.

Nas lembranças permanecem para sempre as cenas de brutalidade perpetradas sob uma população indefesa, “corpos espalhados com partes de um lado e de outro”, como lembra uma das sobreviventes do massacre ao referir-se ao marido. Nos relatos, cena comum era de corpos humanos com animais, empilhados como se fosse uma montanha. Sem contar um grande número de vítimas desaparecidas e corpos que não foram identificados e enterrados com tantos outros. Além de perderem seus entes, não puderam enterrar seus mortos.

A sensação de dor, sofrimento e revolta se mistura com tantos outros sentimentos, o que dificulta explicar. O lamento das vítimas vem acompanhado de muita solidão, e o trauma sofrido impossibilita a algumas vítimas desenvolver suas atividades, predominando o cansaço e o desânimo.

O massacre não poupou nenhuma faixa etária, desde bebês a

idosos. A jovem sobrevivente, Sawssan, com 14 anos, infelizmente passou tão cedo por esta experiência traumática. Dois anos após os massacres, revelou sua vontade de se vingar dos que cometeram os assassinatos contra seus familiares. Uma reação que poderia ser seguida nas próximas gerações. Uma tragédia que deixou marcas, sendo a resposta para muitas vítimas cometer o mesmo crime diante dos ressentimentos guardados pelos sobreviventes.

Mas, se por parte de alguma vítima alimentava-se o objetivo de uma vingança, esta nunca ia se igualar aos requintes de uma fúria desenfreada ao praticar as mortes durante o massacre. Todos são unânimes em afirmar em seus relatos a força desproporcional usada para provocar as mortes. Por meio de objetos cortantes, machados e tiros, os corpos foram dilacerados. Como os corpos ficaram expostos, o cheiro causava muito incômodo, como foi apontado tanto por Fisk no capítulo “Os terroristas”, citado por Finkelstein, quanto por Abbas. Era o cheiro da morte que chegava a impregnar em seus corpos, de igual forma, tal qual o cenário de corpos e destruição que os cercava.

Esse capítulo é tomado como referência para Finkelstein. Quando questionado sobre as lembranças de Sabra e Chatila, reporta-se a Fisk, que faz uma análise bem detalhada do que significou os massacres. Suas observações são minuciosas em relação a tudo que via nos campos, e logo na apresentação do capítulo cita uma frase de um falangista ao ser questionado por soldados israelenses: “Grávidas darão à luz terroristas, quando crescerem, as crianças serão terroristas” (FISK, 2007, p. 487). Dentre as muitas descrições dos mortos, as mulheres grávidas tiveram seus fetos arrancados de suas barrigas, sendo esta uma das atrocidades mencionadas em seu livro, mas o capítulo se inicia dando uma demonstração do que seria visto pela frente: “Foram as moscas que nos contaram” (FISK, 2007, p. 487).

Com esta frase de Fisk, comprovou-se, no decorrer do capítulo, o que significou os massacres realizados nos campos e a justificativa para Finkelstein ter classificado esse texto como um material que deve ser explorado e recomendado, quando se quer tomar conhecimento sobre Sabra e Chatila. O que se pensa, imediatamente, é a forma terrível de uma matança indiscriminada.

Outro aspecto apontado por Finkelstein, antes de indicar a obra de Fisk, é a possibilidade de notar como ele faz uma retomada histórica da invasão do Líbano por Israel, os objetivos da invasão, o papel de Ariel Sharon nesta guerra,

apresentando os acontecimentos que se sucederam antes, o desenrolar, até chegar aos massacres de 1982.

Sem dúvida, a perda das vítimas deixou ressentimentos em muitas famílias atingidas. Em um dos depoimentos, observa-se que uma das sobreviventes dos campos, em seu relato, reconhece que os israelenses estavam nos campos durante as execuções, mas que eles foram mais benéficos em relação aos falangistas e nenhuma das mulheres teria sobrevivido sem sua ajuda.

Mas o que prevalecem nos relatos são a omissão e a colaboração das autoridades israelenses nos ataques, como lembra Abbas, ao referir-se à iluminação dos campos feita por fogos para facilitar as execuções, explicando a claridade causada. Era como se a noite tivesse se transformado em dia. Outra prova desta “ajuda” por partes das forças israelenses que contribuíram para a elevação de mortes é reforçada por Finkelstein, ao observar que as entradas e saídas dos campos foram fechadas para a ação dos falangistas.

A ausência das vítimas para suas famílias, a sua falta, é o que não deixa esquecer-las. E em qualquer ocasião que se lembre de Sabra e Chatila, volta-se a sangrar uma ferida que não cicatrizou, como opinou Abbas, e os familiares são os que mais sentem ao reviver as memórias de histórias tão tristes. No entanto, torna-se necessário para não ocultar a história, mesmo que este período seja doloroso de lembrar. Reviver as memórias no aniversário do massacre é tomar conhecimento deste desastre e ter como referência que isto nunca pode se repetir. O esquecimento seria tentar apagar parte da história.

### 2.3 SABRA E CHATILA APÓS OS MASSACRES

O massacre de Sabra e Chatila, em 2021, completou trinta e nove anos. Em quase quatro décadas muita coisa se passou, mas este triste episódio ainda segue com as feridas abertas, lembrado como um dos mais marcantes genocídios da história. No transcorrer de diferentes anos pós-massacres, vários correspondentes internacionais visitaram os campos e constataram que os refugiados palestinos convivem com os traumas do passado e o presente em condições de pobreza e discriminação por parte da sociedade libanesa.

Segundo dados divulgados em 2017, pela agência *France Press*, baseados em um censo do governo, a população palestina no Líbano era de pouco

mais de 174 mil, bem abaixo das estimativas que apontavam 500 mil palestinos. Em Sabra, vivem mais de 10 mil pessoas e, embora esteja relacionada aos massacres de 1982 e seus habitantes também terem sido vítimas, mesmo em número menor, Sabra deixou de ser reconhecido como um campo de refugiados e hoje é um dos bairros mais pobres de Beirute. Enquanto Chatila, com uma população aproximada de 12 mil habitantes continua como um dos 12 campos oficiais registrados na Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), onde recebe ajuda humanitária enquanto sua população aguarda uma solução para este problema.

No entanto, o desfecho para esta situação parece cada vez mais distante devido aos inúmeros problemas que afetam os palestinos, como a falta de infraestrutura adequada, a falta de serviços básicos de esgoto e saneamento, a precariedade no fornecimento de água e eletricidade, além de poucas escolas, havendo apenas um posto de saúde e habitações superlotadas.

Ninio (2006), correspondente do jornal *Folha de São Paulo*, em visita aos campos, pôde constatar a ausência de melhorias e as consequências sobre a população. Em seus relatos com o palestino Mounir Maarouf, coordenador do centro de saúde de Chatila, Maarouf diz serem poucos os sobreviventes que permaneceram em Chatila, pois quem tinha mais condições mudou-se do país. No Líbano, sofriam muita discriminação, sendo apontados como os principais responsáveis pela guerra sofrida pelo país.

Com esta culpa atribuída ao povo palestino, conclui-se que eles foram abandonados mais uma vez. Os palestinos de Sabra e Chatila alegam que a mobilização para resolver a crise do Líbano faz os demais países esquecerem-se deles, no entanto, lembram que não há solução para a crise sem que passe por eles, pois estão inseridos no centro deste conflito, com consequências para a sociedade libanesa.

Para os palestinos que permaneceram nos campos não é concedido nenhum direito, apenas o *status* de refugiados, pois pelo Estado Libanês eles têm a negativa para exercerem atividades em mais de setenta profissões. Infelizmente, não existem como cidadãos. Em agosto de 2010, no entanto, uma medida tomada pelo governo libanês permitiu que algumas poucas profissões fossem exercidas pelos palestinos.

A busca pelo trabalho é primordial para a Agência das Nações

Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA), pois o ambiente em que vivem nos campos é hostil e, sem ocupação, acaba agravando a situação de pobreza. Como parte das dificuldades passadas nos campos e observado pelos correspondentes, revela-se o problema habitacional. A maioria precisa dividir com muitas pessoas, em espaços minúsculos, como observa Issa (2010), escritora e jornalista brasileira, mas de origem libanesa: “Você vê todos os prédios em ruínas. É pior do que muitas de nossas favelas, você vê 16 pessoas vivendo em casas de dois cômodos, sem água, sem luz. É muito difícil”.

A ajuda aos campos, além da UNRWA, vem dos países da União Europeia, mas com a guerra do Líbano, em 2006, algumas melhorias foram destruídas e os destroços da guerra ainda fazem vítimas, como crianças, que brincam nos lixões expostos. E todos, de alguma forma, ficam mais próximos da morte, como expõe Issa (2010), na época da comemoração do aniversário de 28 anos do massacre:

O que mais me impressionou, cheguei há 3 meses de lá, é o cheiro de morte que existe até hoje. Eu sentei na calçada um dia e chorei porque não conseguia acreditar no que via e ouvia. Como o Líbano não reconhece esses campos como parte do país, não há coleta de lixo, não oferecem nenhum serviço público. Tinha dezenas de crianças brincando em um lixão a céu aberto, com restos de material radioativo e de bombas. Há histórias de crianças que perdem a mão, o braço brincando ali. Do lado há um esgoto a céu aberto, pois não há saneamento básico, e em seguida um cemitério com cerca de 2 mil vítimas. Eles ainda vivem muito perto da morte. Como o massacre não foi completamente esclarecido e ninguém punido, ainda é uma ferida muito aberta, apesar de fazer 28 anos. O que eu descobri lá é que eles pedem é o direito de existir. Os palestinos do Líbano vivem nas piores condições de vida de todo Oriente Médio, inclusive piores do que aqueles que vivem na Faixa de Gaza, pois o Líbano tem seus conflitos internos entre cristãos e muçulmanos e não consegue dar apoio aos palestinos.<sup>31</sup>

Torna-se importante ressaltar o que lembra Issa (2010): há sobreviventes de Sabra e Chatila que eram crianças naquela época, mas morreu-se uma geração e esta geração poderia também estar realizando trabalhos nos campos, uma ajuda mais que necessária diante da escassez de recursos e a demanda crescente de problemas que os campos precisam resolver.

Para Gustavo França (2013), antropólogo e jornalista, em Chatila

---

<sup>31</sup> Disponível em: <http://visoosedeniclas.blogspot.com/2014/06/devaneios-de-sabra-e-de-chatila.html?m=1>. Acesso em: 17 out. 2021.

não predomina mais a comunidade palestina, pois é composta por libaneses xiitas, curdos, sírios que fugiram da guerra, refugiados iraquianos e outros povos que buscam aluguéis mais baratos, ou que estão com seus documentos irregulares, com a certeza de que não serão fiscalizados pelo governo, uma vez que as autoridades não entram nos campos.

No entanto, esta composição sofre mudanças, sendo possível transparecer uma comunidade palestina em algumas ocasiões e durante períodos limitados, como quando reúne seus residentes para lembrar seus mortos, rezar nos lugares e rememorar os mal cicatrizados acontecimentos que a trouxe para o Líbano.

Chatila, na sua concepção, torna-se uma comunidade palestina, principalmente quando é composta por pessoas que não estão mais lá, mas sendo cultuadas pelo que representam. O autor argumenta ainda que, do ponto de vista de um morador de Chatila, os líderes palestinos abandonaram o interesse pelos campos em duas ocasiões: a primeira em 1982, quando Arafat deixou os campos com os *fedayins* e, com isso, os campos teriam ficado mais vulneráveis, consequentemente resultando nos massacres de Sabra e Chatila; e a segunda, ao aceitar os Acordos de Oslo, em que seriam direcionados os recursos dos palestinos para os territórios ocupados e adiariam a discussão sobre o destino dos refugiados para o final das negociações, sem uma definição.

Diante destes apontamentos, os palestinos, hoje, nos campos de Sabra e Chatila, continuam a sofrer as mazelas e a indiferença das autoridades que não transmitem mais nenhuma confiança na busca de soluções para seus remanescentes problemas. Com isso, vão vivendo com a ajuda de que dispõem, sem almejar maiores compromissos futuros.

### 3 DOCUMENTÁRIO: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO

O documentário é um gênero visto pelas salas de cinema. Mesmo não abrangendo grandes estratégias de divulgação ou atenção do público, este gênero cinematográfico é uma forma de expressão no qual uma história pode ser contada a partir de uma representação dos diversos acontecimentos que marcaram uma sociedade e que ainda repercutem na contemporaneidade. Esta realidade não significa que seja a “original”, mas é uma representação parcial e subjetiva de determinada conjuntura social.

Com imagens fiéis aos temas e movimentos convincentes ao mundo real, desde o advento da fotografia, o documentário foi uma revelação para o cinema. Das primeiras experiências cinematográficas dos irmãos Auguste e Louis Lumière, pioneiros na exibição de imagens em movimento, em 1895, passando por Robert Flaherty, considerado, junto a Dziga Vertov, um dos criadores do cinema documentário, com o filme documentário *Nanook, o Esquimó*, de 1922.

Nesse contexto, John Grierson, fundador do movimento documentarista britânico dos anos de 1930, em um texto ao *The New York Sun* sobre o filme *Moama* (1926), de Robert Flaherty, usa o termo “documentário” pela primeira vez, definindo e destacando esse tipo de filme sobre o cotidiano da vida dos polinésios a partir de um valor documental, como sendo “o tratamento criativo da atualidade” (PENAFRIA, 2005, p. 185).

Passados muitos anos, o documentário incorporou transformações, conceitos diversos e amplos, definido e redefinido pelos seus produtores e seus espectadores com o processo de criação, discussão e imaginação, adquirindo outras técnicas e estéticas para exploração da realidade mais próxima do nosso meio.

Para Bill Nichols (2007), teórico americano de cinema, todo filme é um documentário, uma vez que revela a cultura que o produziu. Para o autor, há dois tipos de documentários: os documentários de satisfação de desejos, denominados de ficção, e os documentários de representação social, chamados de não ficção. Segundo Nichols, em ambos os casos as histórias geram uma interpretação que transmite significados e valores. Desse modo, a crença na verdade de uma produção fílmica vai depender de como reagimos a esses significados e valores, mas é possível acreditar nas verdades das ficções assim como nas das não ficções.

No entanto, o que nos aproxima do filme documentário são as questões sociais atuais e os problemas recorrentes. Para o autor, há um vínculo muito forte e profundo entre o documentário e o mundo histórico. A ideia de representação é muito importante no documentário, assim como a representação do “Outro”:

Os documentários mostram aspectos ou representações auditivas e visuais de uma parte do mundo histórico. Eles significam ou representam os pontos de vista de indivíduos, grupos e instituições. Também fazem representações, elaboram argumentos ou formulam suas próprias estratégias persuasivas, visando convencer-nos a aceitar suas opiniões. Quanto desses aspectos da representação entra em cena varia de filme para filme, mas a ideia de representação é fundamental para o documentário (NICHOLS, 2007, p. 30).

O documentário é descrito por Nichols como um exercício de definição, pois o conceito está sempre sendo relativizado ou comparado, tratando-se de um gênero que utiliza muitas práticas e convenções associadas às obras de não ficção, como a roteirização, a encenação, o ensaio, a interpretação e outros recursos, mas, ao mesmo tempo, segundo o autor, a tradição do documentário está no poder de transmitir a impressão de autenticidade, de forma marcante, fazendo com que nossa atenção se volte para um mundo ao qual pertencemos.

A capacidade de nos transportar que o documentário concede e faz com que sejamos atravessados por outras pessoas, lugares, situações e subjetividades, como se tivéssemos participando daquele momento (em um exercício de alteridade). Como expressa o autor:

Nos documentários, encontramos histórias ou argumentos, evocações, ou descrições, que nos permitem ver o mundo de uma nova maneira. A capacidade da imagem fotográfica de reproduzir a aparência do que está diante da câmera compele-nos a acreditar que a imagem seja a própria realidade rerepresentada diante de nós, ao mesmo tempo em que a história, ou o argumento, apresenta uma maneira distinta de observar essa realidade (NICHOLS, 2007, p. 28).

Diante de um cenário tão abrangente, no qual não são adotadas técnicas fixas, o autor pontua que os documentários são o que poderíamos denominar de “conceito vago”, pois nem todos os filmes classificados como sendo documentários se parecem, não demonstrando apenas um grupo uniforme de

características em comum, pelo contrário, as mudanças são incorporadas, testadas, e estão em constantes transformações.

Na visão de Nichols (2007), a compreensão mais adequada para documentário é vista quando o observamos por diferentes ângulos, como o das instituições e organizações, dos profissionais, dos próprios textos e o do público. Para o autor, “os documentários são aquilo que fazem as organizações e instituições que os produzem”, portanto, torna-se importante saber as origens do filme, os canais que serão transmitidos e suas classificações. Em relação aos profissionais, ele argumenta que estes se alimentam de suposições e expectativas, que, no decorrer do processo, geram tensões e mudanças aos próprios textos. Defende ainda que o uso de comentários ao filme, o uso de vozes, entrevistas ou gravações, atores sociais, entre outros recursos, podem definir este gênero e, por fim, o público, destacando o documentário como um gênero que estimula o desejo de saber, criando expectativas.

Dentre as prerrogativas abordadas, Nichols (2007) explica que o documentário possui uma “voz” própria, pois não é uma reprodução da realidade, mas uma representação, uma voz entre muitas de um debate e sobre uma contestação social. Assim, os documentários podem ser pensados discursivamente com uma linguagem híbrida:

A voz do documentário fala através de todos os meios disponíveis para o criador. Esses meios podem ser resumidos como seleção e arranjo de som e imagem, isto é, a elaboração de uma lógica organizadora para o filme. Isso acarreta, no mínimo, estas decisões: 1) quando cortar, ou montar, o que sobrepôr, como enquadrar ou compor um plano (primeiro plano ou plano geral, ângulo baixo ou alto, luz artificial ou natural, colorido ou preto- e – branco, quando fazer uma panorâmica, aproximar-se ou distanciar-se do elemento filmado, usar *travelling* ou permanecer estacionário, e assim por diante); 2) gravar som direto, no momento da filmagem, ou acrescentar posteriormente som adicional, como traduções em voz-over, diálogos dublados, música, efeitos sonoros ou comentários; 3) aderir a uma cronologia rígida ou rearrumar os acontecimentos com o objetivo de sustentar uma opinião; 4) usar fotografias e imagens de arquivo, ou feitas por outra pessoa, ou usar apenas as imagens filmadas pelo cineasta no local; e 5) em que modo de representação se basear para organizar o filme (expositivo, poético, observativo, participativo, reflexivo ou performático) (NICHOLS, 2007, p. 76).

O documentário, para Nichols (2007), pode ser identificado a partir de seis tipos de representação, todos com um caráter híbrido que ultrapassa suas

origens. São eles: 1) o modo poético: apresentado com uma habilidade que possibilita formas alternativas de conhecimento, apresentando a realidade por fragmentos, impressões subjetivas e associações vagas; 2) o modo expositivo: condensa fragmentos do mundo histórico em uma estrutura argumentativa e retórica em que legendas e vozes recontam a história; 3) o modo observativo: propõe considerações éticas no ato de observar os outros em suas atividades. Nessa perspectiva, o cineasta adota um modo especial de “presença” na cena, fazendo a câmera comprovar a sua vivência em relação ao mundo histórico; 4) o modo participativo: enfatiza a visão da antropologia, o engajamento em que o cineasta pode atuar como um pesquisador de forma reflexiva ou receptiva; 5) o modo reflexivo: tenta aumentar a consciência sobre os problemas da representação do “outro” e a autenticidade desta representação; e, por fim, 6) o modo performático: demonstra a complexidade do mundo do conhecimento e enfatiza os aspectos subjetivos e afetivos deste engajamento como também a receptividade do público.

Em relação aos modos de documentários, o autor comenta que todos adquirem importância em determinado tempo e lugar, além de aplicarem-se uns aos outros, ocorrendo uma mistura, em decorrência de algo que esteja limitado em algum dos modos documentários, em relação à tecnologia e ao próprio contexto social que demanda uma mudança.

Fernão Ramos (2008), professor do Departamento de Cinema, (DECINE) da UNICAMP, define como a essência no documentário o que ele denomina de “asserções sobre o mundo”. Na busca de elementos que sirvam de diferenciação nas asserções documentais, os documentários percorrem fatos identificáveis na linha do tempo histórico, a partir de características formais próprias para o estabelecimento dessas asserções sobre o mundo histórico. Esta diferenciação é colaborada pelo que chama de “indexação social”, em que diversos mecanismos sociais se direcionam na recepção dos filmes. Trata-se de um conceito que aponta para a dimensão pragmática, pois engloba a intenção do documentário e do autor/cineasta – e a produção fílmica resulta nesta diferenciação.

Outro aspecto defendido por Ramos (2008) é que o documentário não se resume a uma exposição da verdade, pois podemos tecer asserções que não são verdadeiras sobre o mundo histórico, no entanto, não deixa de ser um documentário, uma vez que continuará com as características formais próprias, com as intenções do autor/cineasta e sua indexação social.

As proposições e as asserções do documentário são descritas por meio de variados estilos, que foram variando historicamente. No documentário clássico, do final dos anos de 1950, por exemplo, predominava a locução com voz over (ou voz de Deus), a voz que possui o saber sobre o mundo. Nos anos de 1960, há a perspectiva do cinema documentário mais autoral, com a presença de argumentos expostos em forma de diálogo, de entrevista e depoimento. No documentário contemporâneo, por fim, há um “eu” que fala com as asserções sobre sua própria vida. O documentário estruturou, assim, ao longo do tempo, diversas vozes que falam do mundo e de si mesmo.

Ao definir o documentário, Ramos (2008, p. 22) explica:

Documentário é uma narrativa basicamente composta por imagens-câmera, acompanhadas muitas vezes de imagens de animação, carregadas de ruídos, música e fala, (mas, no início de sua história, mudas), para as quais olhamos (nós, espectadores) em busca de asserções sobre o mundo que nos é exterior, seja esse mundo coisa ou pessoa. Em poucas palavras, documentário é uma narrativa com imagens-câmera que estabelece asserções sobre o mundo. A natureza das imagens-câmera e, principalmente, a dimensão da tomada através da qual as imagens são constituídas determinam a singularidade da narrativa documentária em meio a outros enunciados assertivos, escritos ou falados (RAMOS, 2008, p. 22).

Como complemento da sua análise, o autor indica que o documentário possui suas fronteiras, como todo campo em estudo, mas que devemos pensar nesta fronteira não de forma normativa, expondo o que “deve ser o documentário”, mas com o objetivo de aprimorar o que estudamos sobre o documentário. Ramos (2008) justifica que o fato de as chamadas “fronteiras” do documentário serem vistas de forma flexível não significa que elas não existam, muito menos afastam o significado das áreas que o delimitam.

Na busca de definições sobre o que é o documentário, a obra *O Documentário: um outro cinema*, de Guy Gauthier (2011), analisa vários aspectos da evolução do cinema. Em sua primeira abordagem, o livro descreve o documentário com um objeto mal identificado. Esta complexidade ao apontar uma explicação ao gênero pode ser constada no seguinte trecho:

Se digo que o comentário procura a verdade, oporão a mim que ela é inacessível, ou então que o romanesco procura a mesma coisa e consegue achá-la. Se afirmo que ele tende a refletir o real, me dirão que o Real não é passível de ser conhecido. Se defino a não ficção

(como se diz em inglês) como não relato, dou claramente a mão à palmatória: as relações de seguro e de apólice produzem relato cujos decretos não tem nada de fictício para aqueles que devem pagar. Se me prendo à noção de roteiro, o terreno é mais sólido, pois qualquer ficção, no sentido corriqueiro do termo, exige um roteiro prévio, esteja ele na cabeça de seu autor, rabiscado em um caderno, ou impecavelmente escrito. Um documentário pode, no máximo, propor uma orientação, mas sua realização deve ser também uma descoberta, e o roteiro só se impõe após a filmagem. Qualquer pessoa que se interesse pelo pré-financiamento de um filme sabe disso (GAUTHIER, 2011, p.13).

O documentário ganha sua importância como um gênero do cinema comparado ao original, passa haver uma coexistência entre a leitura pessoal da sua interpretação e exatidão do real, as imagens criadas pela invenção do cinema transportam o pensamento para o realismo ou o que poderia ser chamado do mais próximo a dele. Não garante o acesso ao real, mas uma vontade de aceder a ele, como explica:

Quando surge o cinema, no fim do século XIX, ele herda todo um debate que não recai mais apenas sobre a natureza filosófica da realidade (aquele vem de longe), e sim sobre a capacidade da mente humana de aceder a ela e sobre a capacidade da imagem de dar conta dela (GAUTHIER, 2011, p. 44).

O autor defende que o documentário está no campo do real e cria uma ponte com aquilo que é real, algo que transmite legitimidade. Esta transmissão, no entanto, não deve ser desempenhada pelo diretor, mas sim pelo que denomina como sendo um método, em que há uma oposição entre o realismo e o mundo do real, entre cenários e personagens. Desse modo, o filme documentário se identifica com o cinema do real.

No documentário não é um roteirista que escreve o roteiro, é alguém em busca da verdade. Um documentário é uma pesquisa, de algum modo uma investigação, e, por isso, tudo é questão de método. Se a temática é vasta demais para que se possa ter a ambição de chegar à Verdade, que só pode ser parcelar, cabe ao cineasta demonstrar que ele não trapaceia com sua convicção (GAUTHIER, 2011, p. 120).

Outro aspecto abordado por Gauthier (2011), em que o documentário ganha relevância em sua característica, é o instante da sua filmagem. Para o autor, este é o momento decisivo no qual o gênero encontra a sua autenticidade em relação à realidade. Sobre a filmagem do documentário, ele

pontua:

Ela não garante a qualidade de um filme, mas garante, ao menos, a autenticidade de sua relação com o real. Ela não é fuga do imaginário que se insinua a todo o momento, na escolha de uma tomada ou do enquadramento de um plano, ela é controle de um imaginário que o cinema romanesco acabou impondo como um substituto da realidade. Ela não é fuga da ficção – que é a marca do homem no mundo-, mas fuga das mistificações em todos os gêneros. Ela é uma maneira de viver filmando, o que não impede de sonhar (GAUTHIER, 2011, p. 133).

Além disso, o autor considera que não é o documento que faz o documentário, mas o tratamento dado e a sua finalidade. Atribui-se uma atenção ao documentário na qual o documentarista não apenas se utiliza dos documentos para a produção deste, como também atribui uma função de existência ao documento e, conseqüentemente, ficando à disposição da história. Assim, o documento acaba transformando lugares sem memória em lugares com memória.

Gauthier reforça ainda que são atribuídas ao documentário várias definições, mas, do ponto de vista do autor, essas definições não são aleatórias. No seu entendimento, há uma relação com a vida, com a ficção e com a técnica. Essas definições, para Gauthier, são sustentadas pelas escolhas da linguagem cinematográfica em relação à filmagem, à montagem, aos conteúdos, ao presente e ao passado, e finaliza com o olhar do autor, que pode ser usado no sentido de uma aproximação ou distanciamento do que é filmado.

### 3.1 DOCUMENTÁRIO X FICÇÃO: A LINHA TÊNUE ENTRE OS GÊNEROS

A discussão entre as diferenças e semelhanças do documentário e da ficção é sempre estimulante, mas o que podemos constatar é que este debate continua interminável e até mesmo no *Dicionário Teórico e Crítico do Cinema* (2006), de Jaques Aumont e Michel Marie, os autores não conseguiram desvencilhar o termo documentário de ficção, além disso, nota-se a dificuldade de precisão ao tentar buscar uma definição entre documentário e ficção:

A oposição documentário/ficção é uma das grandes divisões que estrutura a instituição cinematográfica desde as suas origens. Ela governa a classificação das “séries” nos primeiros catálogos das firmas de distribuição que distinguem as “vistas ao ar livre”, as

“atualidades”, os “temas cômicos e dramáticos”. Chama-se, portanto, documentário, uma montagem cinematográfica de imagens visuais e sonoras dadas como reais e não fictícias. O filme documentário tem, quase sempre, um caráter didático ou informativo, que visa, principalmente, restituir as aparências da realidade, mostrar as coisas e o mundo tais como eles são. (...) Pressupõe-se que o filme documentário tem o mundo real como referência. (...) O documentário não coloca apenas o problema do universo de referência. Ele concerne também às modalidades discursivas, já que pode utilizar as mais diversas técnicas: filme de montagem, atualidades, filme didático, e até o filme caseiro. A evolução da história das formas no cinema está aí para demonstrar que as fronteiras entre documentário e ficção nunca são estanques e variam, consideravelmente, de uma época a outra, e uma produção nacional a outra (AUMONT: MARIE, 2006, p. 86).

Como podemos observar, por mais que os gêneros tenham alguma característica específica, eles acabam se encontrando em algum momento e se juntando. Nesse sentido, parece haver uma troca entre os gêneros. No cinema contemporâneo, por exemplo, este intercâmbio vem ocorrendo com frequência, instituindo formas híbridas, seja em suas linguagens ou no processo de produção.

Para Manuela Penafria, (2018) esse tipo de estudo sobre documentário e ficção, entre suas semelhanças e diferenças, não estabelece nenhuma conclusão sobre o assunto. Segundo ela, a prioridade é a produção e a realização das obras documentais, independentemente das semelhanças e diferenças com a ficção. Considera-se que até hoje não há uma demarcação clara entre documentário e ficção, ou ainda que as teorias existentes não são uma unanimidade.

Segundo Penafria, a melhor maneira de colaborar com este assunto seria lançar outra questão: quem se beneficiaria com esta divisão ou por que razão interessa esta separação entre o documentário e a ficção? Na visão da autora, a discussão pode interessar às escolas e aos estudantes de cinema (e talvez nem tanto aos estudantes), pois podemos perceber o hibridismo como marca do contemporâneo. Talvez essa divisão seja ainda mais interessante para as entidades financiadoras. Sobre sua visão de documentário e ficção, ela explica:

Todo e qualquer filme pode ser entendido como uma ficção uma vez que nenhum filme pode substituir, efetivamente, a experiência vivida de um acontecimento. E, de igual modo, todo e qualquer filme pode ser entendido como um documentário uma vez que é sempre cultural, política, social e/ou historicamente datado e reflete o modo de ser e viver de uma determinada época. A ficção é um documento

(PENAFRIA, 2018, p. 2).

O hibridismo resultou em um processo de simbiose entre os gêneros, como enfatiza Penafria, ao concluir:

Em suma, no documentário há ficção e esta está impregnada de documentário. Por exemplo, podemos sempre ver os filmes de ficção científica como o melhor documento para acedermos ao imaginário sobre o espaço sideral e seus eventuais habitantes (PENAFRIA, 2018, p. 2).

Para Gauthier (2011), a distinção entre documentário e ficção é uma discussão teórica que proporciona longos debates, mas sem solução. Tudo é documentário e tudo é ficção. No entanto, ao adotar essa premissa, estamos correndo o risco de nos perdermos. Assim, o que seria mais aceitável é admitir que as duas categorias<sup>32</sup> não são compartimentadas, mas se encontram em um percurso. Em relação a isso, o autor cita Godard<sup>33</sup>:

Ponhamos os pontos em alguns 'is'. Todos os grandes filmes de ficção tendem ao documentário, como todos os grandes documentários tendem à ficção. (...) E quem opta a fundo por um encontra *necessariamente* o outro no fim do caminho (GAUTHIER apud GODARD, 2011, p. 12).

Este embate está longe de um consenso – e nem é nosso objetivo aqui instituir padrões ou classificações, pois, ao pensarmos na analogia de Penafria (2018), quando ela situa os dois gêneros de forma tão próxima, não conseguimos discernir claramente os limites de cada gênero, sendo mais produtivo pensá-los como uma complementação um do outro, permeada de interligações. A autora destaca que a melhor resposta para a interminável busca de definições conceituais sobre o documentário e a ficção vem de um cineasta. No filme *Aquele querido mês de Agosto* (Portugal, 2008), Miguel Gomes, ao ser questionado sobre se o filme seria um documentário ou ficção, diz:

Documentário? Ficção? A meio deste filme vemos uma ponte: a ponte romana de Coja sobre o rio Alba, da qual se atira Paulo

---

<sup>32</sup> Nota de Guy Gauthier; Essas duas categorias não dão conta da totalidade do campo cinematográfico, já que seria preciso levar em consideração também o cinema experimental, o cinema de animação e mais algumas produções, elas também marginais de um ponto de vista quantitativo.

<sup>33</sup> Jean – Luc Godard par Jean – Luc Godard. Paris: Ed.de l'Étoile,1985, p.144.

“Moleiro”. Sem querer parecer Confúcio, diria que de qualquer uma das margens que esta ponte une se avista perfeitamente a outra. E que o rio é sempre o mesmo (PENAFRIA apud GOMES, 2008, p. 2).

Penafria ressalta que a palavra “rio” é uma metáfora referente ao cinema: ele possui duas margens, uma seria o documentário e a outra a ficção. Com isso, reafirmamos que a necessidade de separar os gêneros não pode ser considerada unânime. Um exemplo desse movimento é o cinema contemporâneo, apresentando uma produção híbrida em suas linguagens, códigos e recursos técnicos, em que os estilos e as formas se complementam. Dessa forma, podemos pensar um conceito aberto de documentário e não uma oposição entre os gêneros ou mesmo a sua distinção.

Desta forma, vamos acompanhar esta linha contemporânea do estudo do documentário baseada apenas na definição conceitual ou no embate entre a ficção, mas “por meio de análises de cunho filosófico, ético e moral, nas quais são levadas em consideração as intenções dos realizadores, o contexto em que a obra é produzida e divulgada, o compromisso com a assertividade e o engajamento do público [...]” (ARRAIS, 2012, p. 29).

O filme *Valsa com Bashir* (2008) é um exemplo dessa problemática, uma vez que em sua produção recaem as características do chamado hibridismo do cinema contemporâneo, presente nos diálogos entre as personagens, nos recursos técnicos, desde a produção ao tema central, mas esta obra não se isenta de passar também pelas teorias pré-contemporâneas. O estudo da análise fílmica de *Valsa com Bashir* pode incorporar ambas as tendências, o que contribuirá para uma melhor compreensão e aprofundamento desta obra, estudada no tópico seguinte.

### 3.2 VALSA COM BASHIR: A METODOLOGIA DA ANÁLISE DO FILME E O SEU ESTUDO

A seguinte pesquisa está relacionada com o campo do território e do político pelo fato de tratar-se de uma pesquisa qualitativa que buscou outras áreas de conhecimento, como a História, a Psicologia e o Cinema, associando à discussão o documentário híbrido contemporâneo *Valsa com Bashir*. As fontes de pesquisa baseiam-se em estudos e reflexões sobre o massacre de Sabra e Chatila, a partir das observações sobre o filme, nosso objeto de estudo. Nele, extraímos e analisamos as imagens e as representações de Sabra e Chatila.

De acordo com Penafria (2009), uma análise fílmica denota uma decomposição do objeto observado. Em outras palavras, busca-se descrever e depois estabelecer e compreender uma relação entre os elementos decompostos e, por fim, interpretá-los. Com base nesta decomposição, compreendem-se conceitos relacionados à imagem, como o enquadramento, a composição e o ângulo, ao som em *off* ou *in* e à estrutura do filme, com seus planos, cenas e sequências. Assim, para articularmos os elementos presentes no filme *Valsa com Bashir*, vamos decompô-lo, descrevendo e estabelecendo uma relação com os elementos da cena para produzir uma interpretação sobre as representações de Sabra e Chatila.

Para a decomposição de um filme, Penafria (2009) sugere algumas formas analíticas que contribuem para o nosso trabalho. A primeira, a análise textual. Esse tipo de análise considera o filme como se fosse um texto que possui códigos, citando a obra do teórico e estudioso da semiologia no cinema, Christian Metz, a qual atribui três tipos de códigos na análise textual: a) os perceptivos, que seriam a capacidade do espectador de reconhecer os objetos na tela; b) os culturais, que revelam a capacidade do espectador de interpretar o que vê, com auxílio de sua cultura; e c) os códigos específicos, que são os recursos cinematográficos adotados na montagem do filme.

O segundo tipo de análise seria uma análise de conteúdo, referente à identificação com o tema do filme e o tipo de filme que está sendo estudado. A autora define que a melhor maneira de identificação seria completar a frase “Este filme é sobre...” Já o terceiro tipo de análise poética enumera os efeitos causados ao assistir ao filme, os sentimentos e as reações que desencadeiam. Por fim, temos a análise da imagem, cujo centro é o espaço fílmico, definido por Penafria (2009) como o campo e o fora de campo que compõem o mesmo espaço imaginário.

Penafria (2009) argumenta que, na análise fílmica, cada tipo de análise tem uma metodologia própria, e ao optar por uma delas teremos a sensação do dever cumprido, mas, ao mesmo tempo, vamos ficar com a sensação de que muito podemos ainda fazer. Sendo assim, propõe-se uma análise interna do filme, centrando-se na obra em si, com suas peculiaridades; e uma análise externa, na qual vemos o filme como “o resultado de um conjunto de relações e constrangimentos nos quais decorreu a sua produção e realização, como sejam o seu contexto social, cultural, político, econômico, estético e tecnológico” (PENAFRIA, 2009, p. 7).

Segundo a autora, independentemente da escolha da análise, em ambas o processo de retirar os fotogramas de um filme é comum para podermos estudar e transformar em nosso instrumento de trabalho. O processo realizado será o de separar as cenas e enumerar cada uma, explicando de acordo com os elementos que nos reportam às representações de Sabra e Chatila, como as memórias individuais e coletivas, as narrativas em formato de depoimento com grau de subjetividade dos personagens e as construções coletivas.

Além da análise fílmica, *Valsa com Bashir* passa por toda uma polêmica em torno do gênero do filme, abrangendo a ideia de ficção e realidade, pois, ao transformar o filme numa animação, aborda-se o lado imaginário, fora do real, exigindo também uma pesquisa analítica sobre os dados coletados, principalmente nas cenas dos filmes. O processo de decomposição de uma cena pode ser definido na observação feita por Metz:

Assim, a cena reconstitui com meios já fílmicos (tomadas separadas e posteriormente ligadas) uma unidade ainda apreendida como “concreta”: um lugar, um momento, uma pequena ação determinada e concentrada. Na cena, o significante é fragmentário: vários planos que não são senão “perfis” parciais (Abschattungen); mas o significado é percebido de modo unitário e contínuo. (...) À cena se opõem as diversas modalidades de sintagmas narrativos lineares em que a consecução temporal dos fatos é descontínua. São as sequências propriamente ditas (METZ, 1972, p.152).

Desde o seu lançamento, em 2008, *Valsa com Bashir* tem estado em destaque, sendo motivo de vários comentários, enfocando a associação de gêneros diversos e a combinação dos métodos de um filme documental com animação. No entanto, as técnicas e as linguagens vão além, proporcionando para a película outras denominações, tais como “uma história em quadrinhos”, “um filme de animação”, “um documentário drama”, “uma narrativa autobiográfica”, “um filme de guerra”, “documentário de ficção e animação”, entre outros gêneros.

Com esta diversidade, juntando elementos que compõem os diferentes gêneros fílmicos, Ari Folman, diretor de *Valsa com Bashir*, valeu-se da diversidade de elementos para reconstruir e recuperar as memórias do massacre de Sabra e Chatila, durante a guerra do Líbano, em 1982.

Os recursos de animação, embora prevaletentes em filmes com temas infantis e de humor, não deixaram de contribuir e ainda ressaltam as situações vivenciadas durante as cenas. Mesmo não sendo comum explorar um

episódio de uma guerra verídica, sendo um tema considerado “pesado”, em que as questões de representação dinamizam seus limites éticos, políticos e estéticos, a produção opta por explorar a tecnologia dos recursos de animação.

No entanto, pela repercussão do filme no cenário nacional, em Israel, país de origem do diretor, e também no circuito internacional, sendo contemplado com vários prêmios, destaca-se justamente o caráter híbrido como valor produtivo: trata-se de um documentário de animação, um filme autobiográfico no qual o protagonista é o próprio diretor. Esse cenário de dificuldade na busca de uma definição para o gênero do seu filme é relatado por Folman (2008), no *making of* do filme, como descreve a pesquisadora Carla Lyra:

Eu penso que fui tolo quando declarei que era um documentário animado cinco anos atrás. Eu acredito que a indústria do cinema é tão limitada e estúpida e não aberta para novas ideias. Quando eu tentei captar recursos eu fui para os fundos de documentário e eles me falaram: Escute, se é animado não pode ser documentário. Procure os fundos de animação. Eles não podem dar certo juntos. Eu fui para animação e eles me disseram se é documentário, você deve procurar os fundos de documentário. E eu fiquei parado no meio durante um longo período (LYRA, apud FOLMAN, 2010, p.169).

Mesmo diante de algumas dificuldades, Folman realizou uma pesquisa para dar seguimento ao seu projeto, expondo as intenções do seu documentário, com base em depoimentos espontâneos para a criação do roteiro:

Basicamente nós realizamos uma pesquisa e entrevistas e baseado neste material eu escrevi um roteiro de noventa páginas que guiou a fala dos entrevistados durante a gravação. Filmamos em estúdio, dramatizamos e imitamos o som em estúdio (LYRA, apud FOLMAN, 2010, p. 170).

O filme é centrado em sua experiência pessoal, em que Folman vivenciou os horrores da guerra e, como protagonista, vai em busca de seus amigos e conhecidos que lutaram com ele na guerra para conseguir recuperar suas memórias.

O estilo de um documentário em formato de animação não se curvou em mostrar em detalhes as barbáries de uma guerra. O filme mostra a memória apagada por outra memória, pois os pais de Folman foram sobreviventes dos

campos de Auschwitz<sup>34</sup>.

Para a professora India Martins (2006), a valorização dos aspectos subjetivos na obra *Valsa com Bashir*, enquanto uma narrativa permeada de elementos diversos em sua estrutura, como personagens, ação, ambientes, gerando amplas possibilidades de interpretação, junto com o discurso verbal e os recursos técnicos gráficos, apenas contribui ainda mais para ressaltar a intensidade do que está sendo relatado. Isto pode ser caracterizado em sua definição sobre o documentário alinhado ao recurso animado:

No documentário animado o processo de realização do filme ocorre quase em sua totalidade diante de uma interface gráfica que viabiliza a recriação do que foi captado no “mundo histórico”. É diante de uma tela de computador que o realizador materializa fatos concretos, assim como situações inacessíveis e invisíveis a uma câmera convencional. [...] Mas o que é documentário animado? Considerando o próprio termo, neste acoplamento de dois campos distintos, dicotômicos, a animação considerada uma “representação ficcional” e o documentário uma “representação realista”, mas que apesar disso escapa às delimitações da teoria realista, qualquer definição é temerária. Mas para delimitar o universo que abordamos nos parece necessário chamar de documentário animado apenas os filmes de animação que têm um referente no mundo real (MARTINS, 2006, p. 86-87).

Este universo em que o autor mergulhou para retratar sua obra mostra que a produção é mais do que um filme sobre experiências de guerra, pois tornou a temática abordada mais acessível, valendo-se de uma narrativa com caráter mais pessoal em suas personagens. Em outras palavras, o filme adquire um lado mais “humano” ao expor um tema com uma carga mais subjetiva, presente nos depoimentos e entrevistas, em que o ponto de vista dos participantes é expresso de forma a chegar mais “leve” ao público. O que predomina, no entanto, não é a guerra, como afirma o historiador Gherman (2013): “[...] é um filme sobre o lidar com o presente a partir das marcas que o passado deixou”.

No ano de lançamento de filme, em 2008, o Estado de Israel neste completou 60 anos de sua fundação. Nesse contexto, as negociações para o processo de paz entre palestinos e israelenses também não seguiram, apesar dos

---

<sup>34</sup> Fundado em maio de 1940 e funcionou até 27 de janeiro de 1945, foi o maior acampamento de prisioneiros da Alemanha nazista, sob o comando de Rudolf Hoss (1894 – 1947), o local serviu para práticas de atrocidades nazistas, como: assassinatos nas câmaras de gás, torturas, experimentos médicos, tornando-se o maior centro de extermínio de pessoas.

esforços. O cessar-fogo entre as partes durou pouco, fazendo com que Israel intensificasse o bloqueio econômico na região. O filme, no entanto, é crítico em relação às atitudes de Israel, não ocultando as crueldades de seus soldados na guerra.

Convém destacar, no entanto, que o lado palestino é pouco explorado, salvo nas cenas das mortes. Esses são os únicos momentos em que palestinos aparecem como personagens. Isso porque a história de *Valsa com Bashir* é contada sob a perspectiva de Israel. Folman, como diretor e protagonista do filme (além de judeu), em entrevista veiculada pela TV Cultura em 2008, explica porque não incluiu no roteiro a versão dos palestinos:

Seria hipocrisia fazer um filme que falasse sobre os dois lados, explorando minha identidade como soldado israelense, escrevendo a história das vítimas. É parte da luta palestina pela liberdade fazer filmes que contam a história por uma perspectiva particular, tenho a certeza que há de chegar um dia que eles tenham a estrutura e a escolha de contar a própria história (PROGRAMA METRÓPOLIS, 2008).

O diretor de *Valsa com Bashir*, ainda em uma entrevista à revista francesa *Cahiers du Cinéma*, em 2010, compara o filme a uma “trip”, uma viagem, mas não no sentido de uma viagem geográfica, e sim uma viagem de alucinações que a droga pode provocar, pois, numa guerra, os combatentes podem passar por momentos extremamente eufóricos, comparando-se ao uso de determinadas drogas. “Investimos muito tempo e esforço para que, desde a primeira cena com cães, o espectador esteja mergulhado num imaginário como que deformado pelo consumo de drogas.”

A centralização do tema em personagens que foram algozes na trama, e não sobre as vítimas da história, é observada pela professora Jennifer Serra (2021), ao afirmar que a maior parte dos filmes que tratam de memórias trabalha com memórias e traumas das vítimas, mas *Valsa com Bashir* mostra as memórias dos agressores e a forma como eles agem, tanto por Folman, com sua memória individual quanto dos seus amigos que retomam a guerra do Líbano. Um aspecto que merece a nossa reflexão.

Para Regina Andrade (2021), o filme *Valsa com Bashir*, para além das contribuições para a discussão do documentário dentro do cinema, é também uma conquista dentro da área da Psicologia. Andrade (2021) trabalha com “Imagem

e Memória Social” e argumenta que o filme em questão articula as memórias o tempo todo, iniciando por um sonho, um sonho traumático e repetitivo. Na combinação da experiência, dos testemunhos, da narrativa, esses elementos adquirem maior força no filme quando o esquecimento entra em ação, pois é a palavra-chave no contexto: como produzir uma conexão entre esses elementos se não há memória para ser ativada? E o ponto de partida é justamente um bloqueio na memória.

Mas, durante o transcorrer da trama, o campo das memórias vai sendo explorado e novas descobertas surgem e verdades antes consideradas absolutas adquirem outras versões. O filme mostra que as situações de guerra, inevitavelmente permeadas por traumas e cenas de muita violência, acabam deixando marcas reais, tanto físicas quanto emocionais, como analisa Miguel Serpa (2008):

Em *Valsa com Bashir*, os mundos dos fatos, da memória e dos sonhos se fundem, e se mesclam, terminando em uma narrativa eclética, onde não existe uma linha definida os delimitando. A memória é dinâmica, ela é um ser vivo e maleável. Segundo o filme, a memória nos leva onde precisamos ir, ela preenche os espaços que faltam em nossa cabeça, transformando uma narrativa esburacada e imperfeita em algo sucinto e completo. O problema é que nós não podemos confiar totalmente nelas por elas serem subjetivas, e, muitas vezes, a objetividade das situações se molda pelos olhos da pessoa que está vendo elas.

*Valsa com Bashir* obteve notoriedade bem expressiva pela crítica e pelo público, recebeu indicações a vários prêmios internacionais de cinema, dentre eles uma indicação ao Oscar de Melhor Filme Estrangeiro, pela Academia de Artes e Ciências Cinematográficas, em Los Angeles, nos Estados Unidos, sendo vencedor do Globo de Ouro, prêmio com base no voto dos membros da Associação de Correspondentes Estrangeiros de Hollywood, além de diversos outros prêmios em diversos festivais de cinema.

Em Israel, a expectativa pela exibição do filme não foi diferente. A experiência de espectador é relatada pelo historiador Michel Gherman (2013) para a revista *Prometeica*. Ele descreve que assistiu *Valsa com Bahir* na cidade israelense de Beer Sheva, localizada no deserto de Neguev, com o cinema lotado. Antes do início da sessão, Gherman notou que as pessoas conversavam sob as supostas posições anti-israelenses no filme, sobre a indicação ao Oscar. Além dos

comentários, Gherman destaca a reação do público às cenas:

Diálogos despretensiosos continuavam a ocupar a sala de cinema até o início do filme. Quando as primeiras cenas de Valsa saltaram na tela, senti como se uma tremenda cortina de silêncio tivesse baixado sobre a plateia. Esse silêncio acompanhou todo o transcurso da exibição do filme e se estabeleceu de maneira definitiva após seu final.

Durante longos minutos, ninguém se levantava ou comemorava algo. Nada. As informações técnicas do filme passavam na tela, acompanhadas pela música, indicando que não haveria mais continuidade na narrativa. Apesar disso, não se percebia movimento e ninguém se encaminhava para a saída. Quando finalmente a luz se acendeu, as primeiras pessoas se levantaram, mas a grande maioria permanecia sentada, se entreolhando e se enxergando (GHERMAN, 2013, p. 60-61).

O historiador atribui a reação do público à visualização da última cena de *Valsa com Bashir*, em que ocorre o massacre de refugiados palestinos e a forte comoção gerada pelos familiares ao encontrar os corpos das vítimas, todos espalhados e dilacerados. É como se, de repente, depois de uma ficção com recursos de animação, fôssemos transportados para uma realidade brutal e chocante do massacre de Sabra e Chatila, afinal, a narrativa do filme é em torno deste acontecimento. Os recursos de animação no filme saem de cena para dar espaço às cenas reais da época do massacre. As cenas são impactantes e retratam muito sofrimento. Essas cenas e muitas outras são objeto de nosso estudo sobre as representações de Sabra e Chatila.

### 3.3 A NARRATIVA COMO REPRESENTAÇÃO

A incapacidade de narrar ou a impossibilidade de narrar é o ponto inicial da narrativa de *Valsa com Bashir*. O protagonista tem apenas uma pergunta de um amigo (Boaz), questionando-o sobre as memórias do Líbano e de Sabra e Chatila, além da abstração de um sonho. O escritor Jean Genet, (1988), em sua obra *Quatro Horas em Chatila*, relata também essa impossibilidade da narração, no caso, pelas lentes de uma câmera. Trata-se de um escritor que domina as técnicas narrativas e a construção da ficção, mas, ao descrever um acontecimento de tamanho impacto, encontra-se impossibilitado: “A fotografia não capta as moscas, nem o espesso odor da morte, como não fala dos saltos que a gente tem que dar ao passar de um para outro cadáver”.

Observa-se que não se trata da incapacidade dos interlocutores, mas de qualquer suporte narrativo, pois, diante da brutalidade do acontecimento vivido, os narradores perdem a fala. Nos estudos de Beatriz Sarlo (2007), entretanto, este impacto da experiência vivida consegue ser superado a partir do momento da sua exteriorização, ou seja, no momento em que a narrativa encontra seus entremeios de elaboração.

*Valsa com Bashir* é um exemplo da afirmativa de Sarlo. O protagonista busca, na narrativa das memórias coletivas, confirmar as suas memórias. A narrativa, assim, é uma construção coletiva feita por depoimentos e entrevistas de amigos e conhecidos para recuperar fatos, utilizando os sonhos e a imaginação nesta construção.

A valorização da personalidade na narrativa é uma característica marcante, pois utiliza a visão e os sentimentos dos personagens para contar seus depoimentos:

Ao priorizar os sentimentos de seus personagens, e como eles lidaram com aquela situação violenta e horrível, o filme fica mais pessoal, e, conseqüentemente, ajuda o público a sentir por aquilo que ele está vendo, a se colocar no lugar de seus personagens, especialmente por entender o peso daquelas situações e entender o sentimento das pessoas que figuram nela (SERPA, 2010, p. 5).

Outro aspecto utilizado na narrativa é a valorização dos sonhos, um recurso que ajuda o espectador a se desconectar do que está sendo mostrado:

Os sonhos são uma maneira de *Valsa com Bashir* sair totalmente do peso de sua esfera documental e tangível, se permitindo voar e se desligar, mesmo que por meros instantes, de todo o peso de sua narrativa, permitindo com que o público possa, assim como o filme, e com os personagens, respirar e digerir toda a barbárie que está acompanhando. Esses momentos saem do real, do concreto, com imagens mais abstratas e surrealistas, que contrastam totalmente com o que estávamos vendo até então. São momentos raros e que não se mantêm com o público, justamente por se diferirem tão bruscamente da maior parte da história (SERPA, 2010, p. 6).

Para Gonçalo (2010, p. 152), o processo da narrativa em *Valsa com Bashir* é mais que um relato autobiográfico, é “uma investigação, uma procura pela tessitura de um fato histórico, uma experiência individual que evidencia a invenção da memória como uma construção psicológica e social”. O autor aponta ainda,

valendo-se da leitura de Sarlo (2007), que as lembranças, por estarem perdidas ou esquecidas, as entrevistas e os depoimentos são uma maneira de recolher testemunhos para reordenar e narrar as experiências que o protagonista de *Valsa com Bashir* viveu e esqueceu:

A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum. A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a do seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepetível), mas de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar (SARLO, 2005, p. 24-25).

Gonçalo (2010) defende também que a estratégia construída por Folman em *Valsa com Bashir* possui uma estrutura de imersão na qual é possível compartilhar sua memória, experiência e sua investigação narrativa, fazendo com que, ao final do filme, o espectador sintam-se como se fossem suas as lembranças ali desenhadas. A narrativa vai alternando acontecimentos vividos e rememorados, o que nos remete ao pensamento de Benjamin (1985, p. 37): “Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois”.

Para Oriani (2017), dialogando com as ideias de Michel de Certeau, na obra *A invenção do Cotidiano* (2011), “independentemente de o objeto de pesquisa se situar no ‘tempo presente’ ou no um ‘tempo passado’, sempre haverá esse encontro, necessário e inexorável, entre o presente nos objetos e o passado nas práticas” (ORIANI, 2017, p. 335).

Essas observações se complementam quando Astori e Vieira (2019) apontam sobre os dizeres de Certeau (2011) no processo de construção das narrativas:

Sendo assim, as narrativas “[...] formam uma rede de operações da qual os personagens esboçam as formalidades e os bons lances” (CERTEAU, 2011, p. 143), produzindo saberes originais e singulares. Articulando tais concepções de linguagem e narrativas com o que concebe como memória, Certeau toma essa última no sentido antigo

do termo, que “[...] designa uma presença à pluralidade dos tempos e não se limita, por conseguinte, ao passado” (ASTORI; VIEIRA, 2019, p. 19).

A voz de Folman, em primeira pessoa, durante o filme, demonstra que ele exerce um poder de influência em toda narrativa, tanto por ser o diretor quanto por ser protagonista da história. No entanto, a voz não se refere somente ao que é transmitido nas entrevistas, nos diálogos e na narrativa em si, mas compreende todos os recursos disponíveis para a realização do filme, auxiliando a “traduzir seu ponto de vista sobre o mundo histórico em termos visuais, e também de seu envolvimento direto no tema do filme” (NICHOLS, 2005, p.73), com o uso de enquadramentos, imagens *in loco* ou de arquivo, voz-over, comentários, trilha sonora, entre outros.

A narrativa do massacre de Sabra e Chatila é alternada entre Dror Harazi e o jornalista Ron. Os personagens seguem uma narrativa tradicional de uma entrevista em depoimento documental: em um estúdio, com fundo preto e a câmera com foco frontal. “[...] Duas entrevistas – com Ori Sivan e Carmi, os personagens não quiseram ser filmados e foram interpretados por atores profissionais. Todas as cenas foram gravadas em estúdio, exceto a animação” (ARRAIS, 2012, p. 31).

Arrais (2012, p. 31) ainda reforça:

Embora tenha havido um controle na seleção dos entrevistados que auxiliaram no processo de recuperação das memórias de Ari Folman, o fato desencadeador do trauma, tanto dele como de outros personagens, é imutável: o massacre de refugiados palestinos nos campos de Sabra e Chatila.

#### 3.4 A REPRESENTAÇÃO DAS MEMÓRIAS E AS CONSEQUÊNCIAS: TRAUMA E ESQUECIMENTO

A memória é um fenômeno social que exerce influência sobre a história da sociedade e dos indivíduos, possuindo invejável capacidade de conservar as informações. No entanto, até os estudos do sociólogo Maurice Halbwachs, no século XX, acreditava-se que o indivíduo era o único com condições de realizar o resgate do seu passado, sendo regida exclusivamente por leis biológicas. Halbwachs instaura uma ruptura no estudo da memória com o advento do fator social, apontando a relação muito próxima entre o individual e o coletivo.

Quando nos referimos a fatos “da memória”, aos diversos momentos

de nossas vidas, o cotidiano, o trabalho, a sociedade e as relações com outras pessoas, estes são compartilhados com outros, como resultado de nossas interações sociais. Além disso, muitas características, como sons, sentimentos, elementos de espaços que sustentam as memórias individuais, são também de outros indivíduos. Quando isso ocorre, como uma lembrança que faz parte de uma pessoa ou que foi repassada a ela ou para o meio onde vive, acaba-se fazendo parte daquela comunidade. Torna-se um patrimônio e as informações mais importantes destes lugares vão sendo transmitidas de pessoa para pessoa, para, ao final, constituir-se em uma memória coletiva.

Um elemento importante no conceito de memória coletiva é o que o historiador Pierre Nora defende como “lugares de memória”. Uma das características é a representação simbólica, nos remetendo a um acontecimento vivido por um grupo de pessoas que já não estão vivas ou que tem um significado para quem não participou do ocorrido. Como explica o autor, os “lugares de memória” estão sujeitos ao esquecimento:

[...] se os que [lugares de memória] defendem não estivesse ameaçado, não se teria a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que envolvem, eles seriam inúteis. E, se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória (NORA, 1993, p. 13).

Os “lugares de memória” serão revisitados por um constante diálogo entre lembrança e esquecimento, traços marcantes na narrativa de construir as memórias que ficaram perdidas num passado que já foi vivido, mas parecem ainda muito presentes. Essas memórias vão sendo reconstruídas pelos seus personagens. Como observa Nora (1993), seu conceito está em permanente transformação.

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

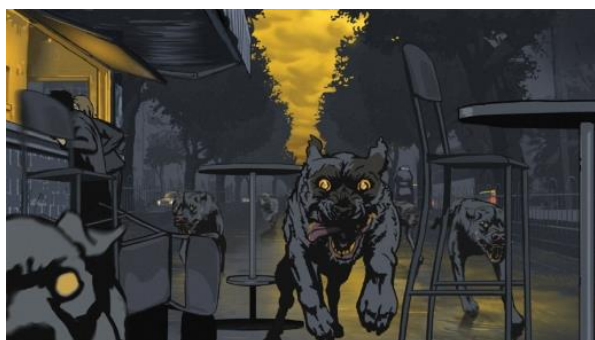
O filme *Valsa com Bashir* explora o tempo todo o campo das memórias. O protagonista e diretor Folman busca reconstruir suas memórias sobre

os fatos que vivenciou na guerra do Líbano, pois sua memória acabou suprimindo involuntariamente parte de suas lembranças. Nesse objetivo, Folman vai atrás de seus companheiros de combate, um jornalista e soldados conhecidos que estiveram com ele na guerra.

A motivação para Folman ir ao resgate de suas memórias parte de uma conversa que tem com seu amigo Boaz, que lhe relata os sonhos frequentes com vinte e seis cães que o perseguem invadindo as ruas de Beirute (Figura 6). Essa era a quantidade de cães que Boaz matou na guerra, pois tinha como função evitar que esses cães latassem e, com isso, alertassem os moradores dos acampamentos. Nesse contexto, aparecem as lembranças das primeiras memórias individuais de Boaz que, ao contar esta história, relaciona-a com a guerra do Líbano, perguntando a Folman se ele nunca se lembra das experiências do Líbano, de Beirute e de Sabra e Chatila. Em resposta ao amigo, Folman fica surpreso e, apesar de estar a poucos metros do local onde ocorreu o massacre de Sabra e Chatila, diz não se lembrar de nada. O acontecimento não fazia parte do “sistema” de Folman, como se o tivesse apagado de sua memória.

Uma das poucas memórias de Folman é a imagem em que sai do mar com dois companheiros e vê a cidade de Beirute destruída (Figura 7 e Figura 8).

**Figura 6** – Sonho de Boaz representado por cores fortes.



Fotograma retirado do filme *Waltz with Bashir*

**Figura 7** – Soldados saindo do mar, observando a cidade de Beirute destruída.



Fotograma retirado do filme *Valsa com Bashir*

**Figura 8** – Soldados saindo do mar, observando a cidade de Beirute destruída.



Fotograma retirado do filme *Valsa com Bashir*

**Figura 9** – Soldados saem do mar iluminados pelos fogos.



Fotograma retirado do filme *Valsa com Bashir*

**Figura 10** – Folman no meio de mulheres desesperadas com o massacre de Sabra e Chatila.



Fotograma retirado do filme *Valsa com Bashir*

Figuras 7 e 8 – Imagens recorrentes de Folmann e soldados saindo do mar, as memórias são trabalhadas novamente e destacadas pela cor do amarelo forte. Referências reais de imagens de arquivos da mídia foram usadas para recriar os cenários de Beirute, uma vasta pesquisa foi realizada nos arquivos dos anos de 1980. Figura 9 - Nas imagens, os fogos que colaboraram no massacre, iluminam o céu. Fotograma retirado do filme *Valsa com Bashir*.

A professora e psicóloga social Regina Andrade observa que a situação da perda da memória se reflete no que ela chama de “transtorno de estresse pós-traumático”. A autora explica que quando uma pessoa é testemunha de uma situação traumática, o sonho repetitivo reflete este trauma, além das vivências que precisam de um tempo para ser elaboradas e, como consequência, surgem sintomas, como reminiscências, dissociações e pesadelos. Em muitos casos, esses podem ser de forma aguda ou crônica, manifestando-se em poucos meses ou até depois de alguns anos. No caso de Folman, isso se deu após vinte anos.

Depois da conversa com Boaz, as primeiras recordações da guerra do Líbano, de Beirute e do massacre de Sabra e Chatila começaram a aparecer, acompanhadas ao fundo por uma música instrumental lenta e melancólica (Figuras 7, 8 e 9). O personagem protagonista de *Valsa com Bashir* revive seu passado,

sendo aconselhado a procurar outros companheiros que estiveram com ele na guerra para que ajudem no processo de construção da sua própria memória.

A importância da busca de sua memória é expressa quando Pablo Gonçalves, professor e pesquisador da História do Cinema, diz:

A obra *Valsa com Bashir* parece consciente desse fenômeno que entrelaça experiência, testemunho e narrativa. Contudo, essa combinação de elementos fica mais interessante quando se insere a variável esquecimento, que é justamente o mote principal de *Valsa com Bashir*. Afinal, como estabelecer uma junção entre experiência, testemunho e narrativa se não há memória? (GONÇALO, 2010, p. 155)

A resposta a esta questão, Folman procura encontrar, por meio de seu amigo Ori, um psicólogo. As experiências e lembranças de Folman encontram-se perdidas, a reconstituição é feita com base na construção e na compreensão dos relatos dos seus conhecidos. O amigo Ori é fundamental nesta ajuda, ao observar na conversa com Folman que a memória é a temática do filme. “A memória é dinâmica, tem vida própria. Se faltam detalhes e existem alguns pontos obscuros, a memória preenche esses espaços até que se transformem numa “recordação”, mesmo que ela tenha acontecido”.

O dinamismo dos *flashbacks* de memórias é visto com frequência, como logo após o diálogo que Folman tem com o psicólogo, no qual seu amigo explica um experimento da psicologia com imagens de infância sobre eventos que aconteceram numa memória distante, mas que os participantes se viram naquela situação representada, demonstrando que as imagens despertam uma identificação com as imagens projetadas, mesmo não sendo vividas pela pessoa, interagindo com a situação. Segundo Gonçalves (2010, p. 156):

Rememora-se, portanto, algo que não foi vivido, experimentado ou mesmo possível de ser lembrado. Ao inserir esse elemento narrativo, Ariel Folman aproxima a experiência do seu autor-personagem-narrador com a experiência do leitor-espectador, pois ambos compartilham da sensação de reencontro com a memória.

Outro aspecto a ser lembrado por Gonçalves (2010), valendo-se da explicação de Ori sobre a memória, é o elemento da pós-memória. Trata-se de uma característica presente também no protagonista de *Valsa com Bashir*, na qual o indivíduo se apodera de uma experiência que não foi vivida por si, na definição da

professora e escritora Beatriz Sarlo: “como pós-memória se designaria a memória da geração seguinte àquela que sofreu ou protagonizou os acontecimentos (quer dizer: a pós-memória seria a memória dos filhos sobre a memória dos pais)” (SARLO, 2005, p. 91). Os pais de Folman foram vítimas do Holocausto na Segunda Guerra Mundial, então é como se Folman e sua geração tivessem vivido e experimentado este fato ocorrido pós-guerra, sem ter participado.

A pós-memória foi transmitida geracionalmente, como acentua Gonçalo (2010, p. 156), “[...] por meio de narrativas orais, escritas, por meio de fotografias, julgamentos, filmes, por meio de histórias em quadrinhos, como é o caso de *Maus*<sup>35</sup>, de Art Spiegelman.” É como se o protagonista buscasse uma memória de outra memória.

Nos diálogos com Carmi, seu outro amigo, Folman continua construindo o processo de busca de suas memórias perdidas. A partir destes relatos e das memórias pessoais, as memórias coletivas, ao mesmo tempo, vão se formando. Carmi, assim como Folman, descreve uma alucinação que tem sobre a época da guerra, na qual uma mulher gigante vem em sua direção ao som de uma música bem calma, acompanhada do barulho das águas, e o salva de um navio, pouco antes de ele explodir.

Neste momento, repete-se o espetáculo de cores amarelas e fortes para realçar o impacto da explosão e a lembrança de um carro com uma família sendo metralhado por ele e seus companheiros na guerra do Líbano, na cidade de Sidon. No entanto, assim como Folman, Carmi, apesar de ter estado lá, não se lembra de nada, justificando que nada ficou registrado em sua memória. Esta situação se reflete novamente nos traumas deixados pela guerra.

O historiador Michel Gherman (2013, p. 68) explica:

Um trauma se caracteriza por ser produto de uma experiência irrepresentável, de questões sobre as quais não podemos falar ou pensar. O trauma é uma barreira na consciência causada por referências que incapacitam a reflexão sobre determinado tema, a partir de questões morais, de consciência ou de sofrimentos.

O trauma sempre está retornando à vida dos personagens e não

---

<sup>35</sup> *Maus* é a história de Vladek Spiegelman, um judeu polonês sobrevivente de Auschwitz, na qual relata suas experiências ao seu filho Art. O livro foi publicado primeiramente em 1986 em formato de história em quadrinhos.

desaparece, gerando o esquecimento em Folman e em seus companheiros. Todos estavam envolvidos no massacre nos campos de Sabra e Chatila, mas não se lembravam deste acontecimento. A memória do massacre transformou-se em memória do esquecimento, pois as lembranças doloridas que uma guerra pode provocar não são situações de um cotidiano aparentemente normal.

Os primeiros sinais de recuperação da memória de Folman aparecem depois da conversa com seu amigo Carmi, na sua volta da Holanda. Dentro de um táxi, no caminho para o aeroporto, suas primeiras memórias voltam. Lembrou-se de que estava dirigindo um tanque, atirando numa rua cercada de pomares, e isto não era uma alucinação: era o seu primeiro dia na guerra, o primeiro dia de um jovem de apenas 19 anos na guerra. Observa-se aí o despertar da memória involuntária do protagonista, uma memória que estava adormecida e que não dependia da sua vontade para vir à tona, mas impulsionada por algum fato que pode trazê-la de volta.

Além desta cena, relata-se a surpresa e o despreparo ao receber ordens, como a de um oficial quando diz “carregue os mortos e feridos, vá e se livre deles”, e Folman responde: “Me livrar? Onde?”. Na sequência da cena, aparece Folman dirigindo um carro de combate. Nesse momento, entra a sua narração dizendo que nunca tinha visto um ferimento exposto antes ou qualquer sangramento. Mais uma vez a narração de Folman demonstra, em suas palavras, uma situação sem controle ao afirmar que “estava comandando um tanque cheio de mortos e feridos, procurando uma luz, uma salvação”.

**Figura 11** – Mortos e feridos sendo transportados por soldados israelenses na Guerra do Líbano.



Fotograma retirado do filme *Valsa com Bashir*

A desestabilização diante de uma guerra e a falta de experiência dos soldados é reforçada na crítica apontada por Miguel Serpa:

Este despreparo pode ser sentido por todos os soldados que dão os depoimentos durante o filme. Todos eles são jovens, e ingênuos, que não sabem como lidar com o peso daquela guerra que estão vivenciando. Um deles era ótimo em física, e tinha um futuro acadêmico brilhante em sua frente. Outro, quando se viu preso em uma situação em que acreditava que iria morrer, se lembrou de sua infância com sua mãe. Percebemos como eles ainda são muito novos, despreparados, presos em suas vidas mundanas e banais, e com o futuro pela frente, e como seus espíritos e suas vidas e suas individualidades são totalmente aniquiladas quando deparados com a morte e o caos e a violência que eles não só olham, como causam. O filme diz que a guerra mata o espírito de todos que se envolvem nela, e eles viram monstros, impregnados por aquela violência e aquele caos que os cercam. A situação piora quando essas pessoas são jovens e tão ingênuas e despreparadas tanto militarmente, como emocionalmente, para lidar com aquelas situações (SERPA, 2008, p. 8).

A busca por suas memórias, com a ajuda dos depoimentos, continua com o ex-soldado Ronny Dayag. Folman pergunta a ele se, no regimento que ele participava, poderia haver alguém com ele quando transportava os corpos na guerra. Folman mostra uma foto sua, na qual ele mesmo não se reconhece. Com isso, Ronny começa a voltar no tempo, narrando suas memórias. Na passagem das imagens, ao relatar suas memórias, as cores já não são tão vivas, brilhantes e intensas, não há uma variação como na descrição das memórias das personagens anteriores.

Em sua narração, Ronny descreve como ainda eram imaturos na época da guerra, quando tiravam fotos em cima do carro de combate, passavam pelas ruas dentro de um tanque de guerra, sentindo-se seguros e levando a vida sem ter a real dimensão da guerra. As imagens vão passando com as personagens cantando em cima do carro uma canção saudando o Líbano, até serem surpreendidos com um tiroteio. A música alegre de antes é substituída por um ritmo de suspense e apreensão. O comandante leva um tiro, outros soldados morrem e somente Ronny escapa com vida, refugiando-se no mar até ser resgatado pelo mesmo regimento.

O fato de a narração, com a associação das imagens de Ronny, não

ter sido feita em cores mais escuras e sem despertar a atenção, se justifica no ocorrido: permaneceu um trauma em Ronny, pois se sentiu culpado por ter abandonado seu regimento, por ter sido salvo e muitos companheiros seus terem morrido. Esta culpa está externalizada: “No começo eu visitei os túmulos, depois parei [...] me senti culpado visitando os túmulos.”

O trauma de Ronny era constantemente revisitado e expresso nas manifestações que Nora pontua:

Cemitérios... monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de outra era, das ilusões [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres... (NORA, 1993, p.13)

A sequência seguinte termina com Ronny caminhando pela praia à noite a passos lentos, cabisbaixo. Em sua narração presente, ele se lamenta: “eu não era o tipo de herói que carrega armas e salva a vida de todos”. Logo em seguida, na outra ponta da praia, as imagens do passado retornam, amanhecendo outro dia, na mesma praia, o mesmo cenário no qual uma música de rock se alterna entre os bombardeios da guerra e a praia de Beirute, retomada pelos israelenses.

Seguem sucessivas imagens mostrando as atividades desenvolvidas pelos soldados. A letra da música ao fundo diz: “Eu bombardeei Sidon hoje, em meio a fumaça pela manhã, eu quase voltei pra casa em um caixão”.

Os soldados tinham diferentes maneiras de lidar com a guerra, a violência e as mortes. Uns tentavam se desligar de todo o sofrimento procurando estabelecer outras tarefas no seu cotidiano, como se tudo fosse uma diversão; já outro colega de Folman gostava de pegar em armas e ficar atirando descontroladamente. Cada um tinha uma forma de enfrentar os traumas causados pela guerra, e essas atitudes ajudam todos a se esquivar de uma culpa sobre os horrores que eles mesmos causavam.

O próximo a se encontrar com Folman é Shmuel Frenkel, que se lembra como usar patchouli na guerra para ser logo encontrado com o cheiro que exalava. Em seguida, há uma sequência de imagens de aviões em bombardeio, helicópteros e tiroteios, em cenários com cores mais fortes, acompanhadas de uma música cuja letra exalta o bombardeio em Beirute proclamando que “vão mandar

estrangeiros para o inferno”. Essas passagens são uma narrativa com memórias coletivas da guerra, lembradas por Frenkel, mas também, ao mesmo tempo, fazem parte de memórias individuais, por serem lembradas por Frenkel e presentes também como memórias de Folman.

A sequência é marcada por uma crítica implícita em que aparece a imagem que representa Ariel Sharon, Menachem Begin, o oficial do comando e um soldado, autoridades e subordinados. Eles atendem um telefone, fazendo referência ao fato de que na época do massacre de Sabra e Chatila terem sido avisados, mas agiram com indiferença e não fizeram nada para evitar o ocorrido. A rememoração das memórias coletivas que passam pelas memórias individuais é constante, como uma rotina que foi gravada: “acordar de manhã, preparar o café, dar um mergulho, colocar o uniforme e ir atrás de terroristas”.

Saindo de um contexto mais agitado, em que cores, personagens e ações dão maior agilidade à cena, entramos numa cena na qual soldados caminham atentos e a passos lentos num pântano. Com um fundo musical ao som de um piano, a calma e a tranquilidade são interrompidas com o disparo de um fuzil. Este local é o marco do trauma de Folman: ele matou uma criança que lançou uma granada disparada por um foguete contra ele e seus companheiros.

Na tentativa de recuperação de suas memórias, na volta da sequência da cena no tempo presente, Folman pergunta a Frenkel o que fazia na narrativa no passado, se ele (Folman) estava naquele lugar. Como resposta, Frenkel é enfático: “Claro. Do campo de treinamento, você estava comigo em todos os lugares.” Embora as memórias individuais expostas por Frenkel confirmaram que Folman estava lá, elas não se conectaram e não trouxeram a memória esquecida do protagonista.

**Figura 12** - O local na guerra onde o trauma de Folman começou



Fotograma retirado do filme *Valsa com Bashir*

Serpa (2008) justifica esse trauma, quando esclarece:

Folman chegou a matar uma criança durante o conflito (criança esta que segurava um RPG apontado para os soldados israelenses, provando, mais uma vez, como o ódio que cresce desenfreado nestes períodos não poupa ninguém), e não se lembrava, por que ficou tão horrorizado e desacreditado das monstruosidades que cometeu que a maneira de lidar com elas foi as apagando de sua cabeça. Ele era só um menino machucado por causa de um término de namoro, que caiu de paraquedas naquele caos e foi, inevitavelmente, envenenado por ele e forçado a cometer monstruosidades (SERPA, 2008, p. 8).

O protagonista no filme também foi atrás de respostas para explicar o seu trauma. A professora Zahava Solomon, especialista em estudos sobre o trauma, reforça o diagnóstico anteriormente comentado pela psicóloga Regina Andrade. Acrescentando novas considerações, Solomom explica que o bloqueio das memórias acontece quando alguém passa por algo, mas pensa que não passou. Por isso, relata o caso de um fotógrafo que sobreviveu a uma guerra fingindo ser uma viagem. Todo o cenário de tristeza que compõe uma guerra, como os tiros, as mortes e a destruição, se transformou em fotografias para ele. No filme, as imagens com sofrimento de uma guerra vão aparecendo uma a uma, lentamente, como uma “câmera imaginária”.

O trauma foi ainda mais forte quando o fotógrafo presenciou vários cavalos mortos e outros agonizando em Beirute. Ele não entendia a razão para os animais passarem por aquele sofrimento. Essa situação fez com que o fotógrafo criasse mecanismos de defesa para bloquear sua memória: assim, era como se não tivesse participado do ocorrido, mas estaria em um filme, até ser despertado para a

realidade, não conseguindo superar o trauma e, como no seu caso, acabando por enlouquecer.

Para o protagonista, o trauma maior é não lembrar do massacre, mesmo sabendo que esteve no local. Em relação às recordações de quando era jovem, e como a guerra transformou sua vida de uma hora para outra, ele consegue reconstruir alguma memória na qual seu objetivo era reconquistar sua namorada que o deixou em consequência da guerra. Além disso, os sonhos recorrentes são uma tentativa das lembranças de retornarem, e acabam, mesmo por um lapso de tempo, desligando o espectador da narrativa do filme.

No entanto, o retorno do passado é sempre presente e as memórias da guerra do Líbano ganham maior evidência com a morte de Bashir Gemayel, presidente eleito do Líbano. O assassinato do político desencadeou o massacre de Sabra e Chatila, e o filme mostra, após a chegada de Folman a Beirute, uma alternância rápida dos depoimentos de Folman, Frenkel e o jornalista Ron Ben-Yishai, todos em uma situação de perigo. No entanto, o que chama a atenção nesta cena é a volta de Ron à realidade presente, em que seu relato não é realizado da mesma forma como a dos personagens anteriores, mas de maneira mais formal e documental: sentado, como numa entrevista.

Nota-se ainda que os depoimentos são intercalados com cenas do passado, com imagens dos tiroteios e do presente, com a narração de Frankel. A partir daí, temos a cena que dá origem ao nome do filme: o soldado indo para a linha de fogo, atirando para todos os lados, girando como se estivesse dançando. Neste momento, uma música instrumental começa a tocar. O gesto representava uma homenagem a Bashir Gemayel, pois, ao fundo, a câmera centraliza, ao final da cena, o retrato de Bashir.

**Figura 13** – Cena da “dança”. Ao fundo, a foto de Bashir Gemayel.



Fotograma retirado do filme *Valsa com Bashir*

Esta cena é um exemplo da mistura das memórias coletivas da guerra, pois os personagens Folman, Frankel e Ron compartilham a narrativa e viveram toda aquela situação. Embora cada um tenha sua visão ao relatar, todos estavam no momento do ocorrido e são testemunhas que construíram a história da memória coletiva e também da memória do protagonista. Além disso, o papel do jornalista não fica restrito meramente ao seu testemunho, mas como um representante de uma fonte oficial.

No entanto, o processo de recuperação das memórias em relação ao protagonista é lento e persistente. As tentativas de trazer lembranças passadas para o presente é uma busca contínua, como faz Folman em sua segunda visita ao amigo Carmi, na intenção de encontrar as respostas que precisa. Sobre esse retorno ao passado, a professora Beatriz Sarlo (2007, p. 9-10) analisa:

O retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente. Propor-se não lembrar é como se propor não receber um cheiro, porque a lembrança, assim como o cheiro, acomete, até mesmo quando não é convocada [...] A lembrança insiste por que de certo modo é soberana e incontrolável (em todos os sentidos desta palavra). Poderíamos dizer que o passado se faz presente [...] Em condições subjetivas e políticas “normais”, o passado sempre chega ao presente.

As memórias do passado em relação ao massacre ainda não voltaram ao protagonista, mas o segundo encontro com seu amigo Carmi só reativou o interesse em encontrar alguém que esteve com ele no dia do massacre. A única lembrança que possui é a presença de Carmi no dia massacre, mas ele nega que esteve lá. Esta procura de Carmi se classifica como uma obsessão.

Enquanto, em nova conversa com o terapeuta Sivan, Folman consegue respostas para alguns esclarecimentos, como em seus sonhos, o terapeuta Sivan diz para Folman que o massacre o deixa assustado e nervoso por ter estado próximo ao local. Para o terapeuta, o interesse de Folman pelo massacre teria começado muito antes de ele ocorrer, pois seus pais haviam sido prisioneiros dos campos de Auschwitz: “Então o massacre anda com você desde que tem seis anos”.

Na perspectiva do terapeuta, é como se Folman tivesse vivido entre o massacre e os campos de concentração. Esse dado é definido por Gonçalo (2010) como uma característica da pós-memória:

O mais interessante das narrativas de pós-memória é a criação de realidade na geração subsequente que elas acabam por incitar. De certa forma, as narrativas de pós-memória realçam o poder de realidade e projeção inerente às engrenagens de toda ficção e narrativa. [...] Por estar focado no esquecimento, *Valsa com Bashir* acaba por articular uma narrativa de pós-memória na qual as experiências alheias são o índice e o ponto de partida para uma investigação da própria experiência (GONÇALO, 2010, p. 156-157).

A saga de Folman em busca de companheiros que possam ajudá-lo em relação ao massacre continua, aconselhado pelo terapeuta para ir em busca de pessoas e detalhes. A narração seguinte, com a presença de Dror Harazi, oficial israelense, é realizada também de modo mais documental, em que descreve a invasão dos campos pelos falangistas com o intuito de livrá-los dos terroristas: os palestinos.

Colaborando com a entrada dos falangistas e a morte de muitas vítimas, os fogos iluminam o céu. Neste momento, a cena destaca novamente a cor alaranjada, mas numa tonalidade mais fraca, diferente de sonhos de Folman. Há uma distinção entre o que seria o presente na realidade e o passado na imaginação. As representações de Sabra e Chatila se tornam mais fortes: depois de muitos tiroteios, a sequência mostra refugiados, como idosos, crianças e mulheres, sendo

escoltados para fora, pois deveriam deixar os campos se não quisessem ser machucados.

É notória a alusão aos campos de Auschwitz, em que, enfileirados, os refugiados sobem em caminhões. Nesse momento, a imagem de uma criança sobre o caminhão ganha destaque, junto à narrativa de Dror e do jornalista Ron, para formarem uma memória coletiva do acontecimento. Em seguida, nesta sequência, Ron é informado que está ocorrendo um massacre: “Eu não vi na verdade, mas dizem que é um grande massacre”, diz um coronel a Ron.

**Figura 14** – Alusão ao Holocausto



Fotograma retirado do filme *Valsa com Bashir*

A narrativa continua com Dror. Observa-se aqui que o diretor trabalhou com o conceito da intertextualidade, fazendo referência, no caso das imagens que vão se sucedendo, com alusão ao Holocausto, com prisioneiros palestinos transportados em caminhões, fuzilamentos, filas de prisioneiros, caminhões entrando e saindo dos campos. O diretor israelense não isentou seu país na participação do massacre, pois mostra os soldados israelenses observando os fuzilamentos sem interceder. Isso fica ilustrado na cena em que Ron faz uma ligação para o então ministro da Defesa de Israel, na época, Ariel Sharon, relatando sobre o massacre e fica surpreso com a indiferença da autoridade, ao simplesmente dizer: “Ok, vou averiguar”.

Na visão de Gherman (2013, p. 69):

A imagem de Sharon recebendo o telefonema do jornalista em sua fazenda no sul de Israel, sem interromper sua refeição, é o símbolo da indiferença e da irresponsabilidade com relação ao que acontecia

no Líbano, lideranças políticas são postas em xeque, ao “utilizarem” jovens soldados para testemunhar e apoiar massacres, tarefas para os quais estes não estavam prontos.

Depois de ouvir os depoimentos reais de muitos companheiros, diálogos necessários para a recuperação da sua consciência, na última conversa que o protagonista tem com seu amigo Sivan, ele relata que se lembrou do dia do massacre e informa que lançava sinalizadores do alto de um prédio para facilitar o trabalho dos atiradores em direção aos campos.

Para Sivan, a explicação para Folman ter bloqueado as memórias do massacre foi em razão da indiferença em ter participado deste episódio e ter visto o exército matar inocentes, assimilando a prática dos assassinos e se identificando com eles: “Você afastou o massacre de sua memória porque com a idade de 19 anos você se sentiu identificado com os assassinos, você sentiu a função dos nazistas em sua pele”, afirma Sivan.

Na análise do retorno de suas memórias, Gherman (2013, p. 70) conclui: “Aqui, Folman, o neto dos sobreviventes da Shoá, consegue “recuperar” sua memória ao entender a identificação com seu próprio algoz histórico, com o nazismo, com os nazistas e seus cúmplices”.

Por meio do trauma, que resultou na perda de suas memórias sobre o massacre, podemos compreender a extensão do seu significado quando somos de forma abrupta colocados à frente das cenas reais. Pois, se para o espectador elas já causaram um forte impacto, para Folman, que observou tudo, foi muito pior. Toda a construção das memórias individuais e coletivas, o trauma, o esquecimento, se rendem numa espécie de “cura”, com o desfecho do retorno das memórias do massacre.

O jornalista Ron, ao chegar a Sabra e Chatila, descreve que já viu o caos. Nesse momento, uma fila de palestinos, formada por idosos, mulheres e crianças, sai dos acampamentos com as mãos para cima, fazendo com que Ron se lembre de uma foto de criança tirada no gueto de Varsóvia. Em seguida, um oficial pede para que parem de atirar e que retornem, algo inusitado, pois os palestinos se retirariam do local onde já tinham sido atacados e eram as vítimas.

**Figura 15** – Palestinos rendidos saindo dos campos de Sabra e Chatila.



Fotograma retirado do filme *Valsa com Bashir*

**Figura 16** – Foto do Gueto de Varsóvia



Foto de Getty Imagens via BBC (foto comparada pelo jornalista Ron com a rendição dos palestinos no massacre de Sabra e Chatila)

Com o retorno aos campos de Sabra e Chatila pelo jornalista Ron, sua equipe e os palestinos que conseguiram escapar do massacre, todos conseguem ter a dimensão da tragédia ocorrida, perfazendo uma destruição por todos os lados. A primeira imagem que choca o jornalista é a mão de uma criança para fora dos entulhos. Ao observar melhor, ele descreve uma cabeça, com seus cabelos encaracolados, fazendo-o lembrar de sua filha, pois esta aparentava a mesma idade e também o cabelo do mesmo tipo.

A narrativa das cenas neste momento é feita somente pelo jornalista. Ele relata que os pátios das casas dos palestinos estavam cheios de corpos de mulheres e crianças, famílias inteiras mortas, intercalando passagens com corpos

empilhados até a altura do peito: “Foi aí que me dei conta do resultado do massacre”, conclui.

Na sequência, não há mais voz na narrativa, nenhuma música, nenhum som. A câmera se fecha num corredor onde o silêncio é substituído por gritos, choros e lamentações de mães caminhando em desespero. A câmera encontra, ao final, o protagonista, Ari Folman. Sua fisionomia demonstra estar apreensivo e com a respiração bem ofegante. Observa-se aí que as mulheres são parte das memórias que lá no início do filme apareciam em um momento de recuperação memorialística, mas de uma forma não muito nítida. Na verdade, elas já representavam uma sombra das mães desesperadas pelo massacre de Sabra e Chatila (Figura 5).

O diretor optou por terminar o filme não com os recursos de animação usados durante sua exibição, mas com imagens reais de arquivos, imagens que chocam, produzindo uma sensação como se estivéssemos até o momento vivendo uma ficção – e de certa forma estávamos – para, de repente, sermos transportados para uma realidade ou uma representação do real.

Segundo Gonçalo (2010):

Por real, leiamos: o susto do outro. Por outro, os palestinos. O horror de perceber que essas mesmas vidas estavam programadas para ser aniquiladas pelas mãos do soldado que Folman, o protagonista, fora outrora. À fotografia, coube inserir novamente o seu poder de choque. Ou simplesmente, destilar a anestesia que inoculava nas retinas do soldado. A fotografia, sim, para sugerir algo mais forte que lembrar, rememorar ou narrar os acontecimentos de um passado traumático (GONÇALO, 2010, p. 166).

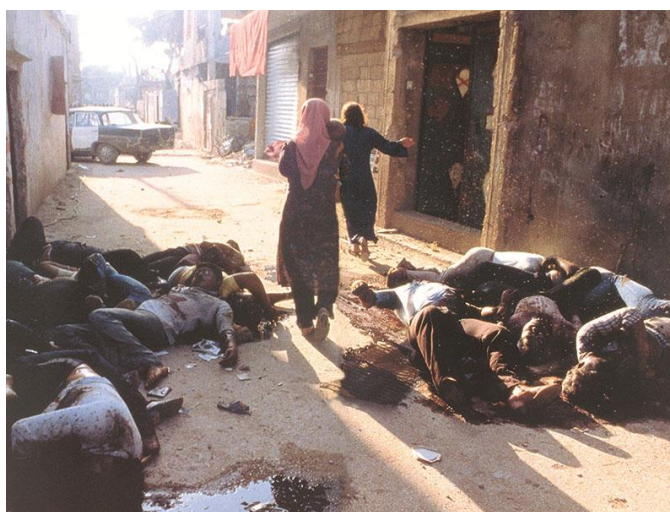
O pesquisador ainda ressalta que, neste momento, lembra-se de Susan Sontag: “Fotografias chocantes não perdem inevitavelmente o poder de chocar. Mas elas não ajudam muito se o objetivo é compreender. Narrativas podem nos trazer compreensão. Fotografias fazem algo a mais: elas nos perseguem” (SONTAG, 2003, p. 89).

**Figura 17** – Imagem do massacre de Sabra e Chatila



Fonte: <https://iconografiadahistoria.com.br/2020/12/12/os-inocentes-do-massacre-de-sabra-e-chalita-a-mancha-sangrenta-na-historia-de-israel/>

**Figura 18** – Imagem do massacre de Sabra e Chatila



Fonte: <https://anovademocracia.com.br/no-197/7521-35-anos-do-genocidio-em-sabra-e-chatila>

**Figura 19** - Imagem do massacre de Sabra e Chatila



Fonte: <https://www.mppm-palestina.org/content/sabra-e-chatila-um-horror-que-nao-pode-ser-esquecido>

**Figura 20** - Imagem do massacre de Sabra e Chatila



Fonte: <https://cliohistoriaeliteratura.com/2019/09/16/massacre-de-sabra-e-shatila/>

### 3.5 A ANIMAÇÃO COMO REPRESENTAÇÃO

Após um ano de lançamento de *Persépolis* (2007), filme francês, escrito e dirigido por Marjane Satrapi e Vincent Paronnaud, com animações, mas com um caráter político sobre a Revolução Iraniana e a guerra Irã–Iraque, lança-se *Valsa com Bashir* (2008), um filme documentário em formato animado, em que se articula a temática política, com certas semelhanças a *Persépolis*. Esses trabalhos recordam também a obra de Joe Sacco, uma vez que este autor trabalha com este tipo de linguagem.

Ari Folman,<sup>36</sup> diretor e protagonista de *Valsa com Bashir*, relata sobre o processo de animação:

Foi um processo de descoberta e de invenção permanente, já que não existe nenhum manual de fabricação de um filme desse gênero. Em *Valsa com Bashir*, sete personagens são inspiradas de pessoas reais e duas foram inventadas. Realizamos em animação um esboço de nove minutos baseado no meu guião e nas entrevistas de vídeo. A partir desta curta- metragem fizemos o planejamento para o longa-metragem. O trabalho de animação que se seguiu foi visualmente inspirado dessas entrevistas, assim como das imagens de arquivo, nomeadamente de fotos de guerra encontradas nas agências de comunicação e na internet. É um método diferente da técnica utilizada por Richard Linklater em *A Scanner Darkly*, que é uma transformação direta, e fria a meu ver, de imagens reais em imagens de animação. No meu filme as imagens reais e as fotos de arquivo constituíam apenas um ponto de partida para um trabalho criativo deixando aos animadores uma grande margem de liberdade e de imaginação.

Para *Serpa* (2008), o filme todo relembra a estética dos quadrinhos, com a utilização de uma técnica de animação criada pelo animador israelita Yoni Goodman, combinando a animação tradicional feita à mão com o programa Adobe Flash, causando uma sensação mais artificial nos efeitos de animação, com poucos movimentos. Além disso, o cenário é bem estático, onde o movimento se faz sentir somente nos personagens e em alguns objetos específicos, mesmo o filme sendo bem gráfico, não se esquivou de mostrar os horrores e as mortes causados durante a guerra.

A importância dos efeitos de animação na estética do filme também

---

<sup>36</sup> Entrevista de Ari Folman para a revista *Cahiers du Cinéma*, em 15/05/2010. <https://hojetemcinema.wordpress.com/>. Acesso em: 01 mar. 2022.

é notada por Gonçalo (2010), quando reporta:

O interessante da engenharia estética de Ari Folman é perceber como ele une a essência da imagem- movimento, como uma articulação inerente à animação, como o âmago da imagem- tempo: as potências do falso, ou as ilusões da memória. Não parece casual, portanto, que o espectador de *Valsa com Bashir* interaja com imagens que, poética e narrativamente, irão despertar impressões de verdade e sensações ficcionais de experiência e memória (GONÇALO, 2010, p. 157).

Nota-se uma relação entre imagem e memória. O aspecto do cenário sofre modificações quando são evocadas as lembranças e as memórias, ocorrendo também quando há uma imaginação, sonho ou alienação com o momento representado. A partir do uso de cores mais realçadas, fazendo-se presente nas entrevistas, as cenas nos remetem ao tempo presente e às partes imaginadas que nos levam ao passado, ao ato de recuperar a memória e a experiência do massacre. As cores amarelas, nesse jogo, referem-se a um passado traumático; os sonhos e os pesadelos aparecem atravessados por uma tonalidade amarela.

O uso de *flashbacks* e *forwards*, como se fosse um parênteses, um deslocamento temporal, funciona como uma transição, logo após as entrevistas, com a predominância de imagens do massacre.

As imagens das entrevistas no tempo presente são bem definidas, as expressões nos rostos dos personagens, o enquadramento, transparecendo um ambiente mais realista. É importante ressaltar que todas as cenas com as entrevistas foram elaboradas e foram filmadas, e tanto o filme quanto os quadrinhos são sobreposições dos traços e também das cores de cenas já gravadas. Nas sequências do passado, os personagens estão mais desfocados, como, por exemplo, na primeira vez que Folman, em seu sonho, visualiza as mães passando correndo: apenas as sombras delas aparecem, sem muita nitidez, desfocadas.

A preocupação em trazer para a animação a proximidade do real se reflete também com os personagens, que precisam ter uma aparência realista. Na entrevista presente como “extras” no DVD, o diretor afirma que achava “crucial que os personagens parecessem reais, senão o público não se ligaria emocionalmente a eles”, além disso, o espectador não ficaria desconectado de uma referência visual como no mundo real que vive.

Esta característica de aproximação com a realidade é percebida

pelos sons reproduzidos pelo ambiente, como podemos confirmar nos caminhões que passam carregando prisioneiros palestinos, os passos no chão de terra, os tiros, o barulho das ondas do mar. Além disso, destacamos os efeitos que são incorporados nas ações dos personagens, como o latido dos cachorros, a sombra dos soldados que eram refletidas ao andar, o barulho da respiração ofegante de Folman ao ver o desespero das mães palestinas, a fumaça do cigarro de Carmi quando conversa com Folman, a fisionomia de desespero bem acentuadas no rosto do soldado ao dirigir um tanque com seu chefe morto, as moscas que rodeiam a cabeça de uma criança morta, o carro de Folman passando, a sombra das árvores se distanciando e as árvores dos pomares refletidas no tanque de combate. Tudo reforça a busca do realismo nas cenas.

O recurso da roscopia, um recurso que permite, aos animadores, redesenhar quadros de filmagens para serem usados em animação, não foi utilizado em *Valsa com Bashir*. Em compensação, foram utilizadas diversas técnicas para dar movimento e continuidade às ilustrações dos cenários que, na maior parte do filme, permanecem estáticos.

Sobre as técnicas de animação, Arrais discorre:

Ao escolherem a via mais artística e difícil, a equipe evoluiu a uma velocidade de quatro a seis minutos de animação por mês. O mix de técnicas utilizado inclui a animação estilo cut-out, a animação em Flash e a animação em 3-D. A técnica cut-out foi crucial no processo, pois, a partir dela, cada uma das 2, 3 mil ilustrações era separada entre os personagens e o plano de fundo e, então, cada personagem era fragmentado em centenas de partículas. Posteriormente eram recompostos para criar a sequência de frames que dava movimento ao filme (ARRAIS, 2012, p. 91).

A trilha sonora é parte essencial do filme, fazendo parte da narrativa e das imagens, com músicas dos anos de 1980, típicas da época, letras humoradas e com críticas à guerra: “[...] que os sonhos se realizem e os pesadelos passem”, um trecho da música cantada pelos soldados israelenses no filme.

A música/som é marcada logo no início do filme, quando Boaz conta seu sonho para Folman, em que vinte e seis cães o perseguem. A música, nesta cena, começa de forma lenta e vai aumentando gradualmente, com batidas eletrônicas, acelerando e causando ao espectador uma atmosfera de tensão, até ceder aos latidos dos animais.

**Figura 21** - O sonho de BoazFotograma retirado do filme *Valsa com Bashir*

Outro momento em que a música adquire um papel de notoriedade no filme é quando o jornalista Ben-Yishai descreve a entrada nos campos palestinos, a música tocada, *The Haunted Ocean*, de Max Richer, autor da trilha musical original, é ouvida cinco vezes. Nas primeiras vezes, acompanha sempre a visão recorrente de Folman em suas recordações. Ao ouvi-la, é como se um clima de expectativas e tensões predominasse no ambiente. Quando toca pela quarta vez, na sequência final, o jornalista acompanha o retorno dos palestinos aos campos. A música é ouvida no volume bem baixo e lentamente. A narração dos acontecimentos se sobressai, mas a música termina no momento em que o jornalista encontra a mão de uma criança: a partir daí, os sons vão crescendo e são substituídos por choros, gritos e lamentações.

Na quinta e última vez em que a música é ouvida, aparecem os créditos finais do filme, quando se levanta um fundo preto. Anteriormente, as imagens de vídeo das cenas reais do massacre são mostradas. É importante frisar como a força da música e do som interagem com o filme, a partir do uso de uma música muito triste. “A passagem da imagem animada para a imagem-câmera ganha continuidade pelo som, e permite essa ligação do que ouvimos com suas fontes sonoras. De certa maneira, isso corrobora a materialidade das vozes, trazendo o peso do mundo para o documentário” (DIEUZEIDE, 2012, p. 12).

A escolha do diretor em usar as imagens reais do massacre na cena final do filme gerou uma contradição, pois, durante toda a narrativa, a construção da

animação foi valorizada, prevalecendo uma simbologia muito grande na criatividade que os recursos técnicos, sonoros e de animação proporcionaram ao filme. Na visão da pesquisadora e professora Maria Dieuzeide, esta opção tem uma explicação:

É como se a força da narrativa – e dos acontecimentos históricos relatados – dependesse da confirmação das imagens maquínicas do mundo. Essa inserção, mesmo em sua curta duração, traz em si, explicitamente, toda a dimensão da tomada que propõe Ramos (2005): a situação do mundo gravada através de uma máquina por um sujeito-da-câmera presente naquele espaço, para o espectador. Essa imagem sai do registro do cotidiano para receber “a carga do extraordinário transformando-se em ‘única’” (RAMOS, 2005: 198). A cena coloca os acontecimentos em proporção: a busca foi pessoal, mas o drama foi de milhares (DIEUZEIDE, 2012, p. 12).

Para o diretor e protagonista, Ari Folman, a não utilização dos recursos de animação nas imagens do massacre em 1982, veiculadas pela mídia, tem uma explicação: “Eu não queria que ninguém saísse do cinema achando que se tratava apenas de um divertido filme animado” (ARRAIS, 2012, p. 95).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O filme *Valsa com Bashir* rememora o massacre de Sabra e Chatila, ocorrido em 1982, na Guerra do Líbano, mas não proporciona uma contextualização histórica, baseada na “história oficial”: sua produção é centrada na construção de uma memória pessoal que somente é possível ser reestabelecida a partir do compartilhamento de memórias outras individuais, fundindo e construindo uma memória coletiva. Nesse sentido, todo relato é uma construção.

A constituição dessas memórias, impregnadas de subjetividade, revela o debate corrente sobre as fronteiras e fruições entre os gêneros, a necessidade da ficção e os entremeios com a dita “realidade”, levantando diversas discussões sobre esses pontos. Logo de início, a classificação do gênero como filme gerou polêmica, no entanto, na maioria das vezes, trouxe inúmeros benefícios em torno do debate sobre a obra. As linhas entre documentário e ficção, calcadas em definições estanques não se enquadram nesse caso. Seguindo uma linha contemporânea, pode-se afirmar que se trata de um documentário híbrido, um documentário de ficção animado. Essa mescla de conceitos também pode condicionar o documentário e a ficção: a definição tênue que os separa também os une. Nesse sentido, *Valsa com Bashir* mostra para o espectador que documentário e/ou ficção são também uma construção, uma representação ou a representação de um ponto de vista.

Em geral, os filmes que trabalham com memória e trauma abordam uma narração a partir da perspectiva das vítimas. Em *Valsa com Bashir*, no entanto, isso não ocorre: o filme mostra a memória do agressor, as suas fragilidades, tanto do protagonista quanto dos jovens soldados que estavam despreparados para ir à guerra. O filme, mesmo sendo uma animação, não se esquivou das mortes e horrores causados pela guerra, bem como não deixou de apontar a participação dos israelenses no massacre de Sabra e Chatila.

A visão etnocêntrica também é apontada no filme, especialmente quando o protagonista Ari Folman diz que estava na Guerra do Líbano à procura de terroristas palestinos: trata-se de algo desnecessário, pois, como a obra é atemporal, sem muitas referências históricas e focalizada numa narrativa de uma experiência pessoal, não havia necessidade desta fala, mesmo porque a participação palestina no filme se restringe à fila de refugiados que nem fazem uso da palavra. Desse

modo, até o sofrimento dos animais, como cavalos e cachorros, é mais valorizado no filme em detrimento dos milhares de palestinos mortos na guerra.

Esta situação nos reporta aos nossos estudos já mencionados sobre a criação da Palestina neste trabalho, em que um dos grandes desafios apontados por Said aos palestinos é encontrar a coexistência pacífica sem qualquer tipo de discriminação.

É importante lembrar que o filme também lança uma rememoração da memória do massacre, que não pode ser esquecido, lançando olhares para reobservar a história e as origens do conflito entre Israel e a Palestina, que se caracterizam por uma ação de força continuada e sistemática das forças israelenses até nos dias atuais, apoiadas sempre por uma “vitimização” e exploração do Holocausto, mas com raízes no passado distante, na qual o Sionismo já defendia a criação de um Estado judeu.

A função de denúncia e informação também pode ser concedida a *Valsa com Bashir*, pois elabora a memória do massacre e questiona a busca pelos culpados, como explica Gherman (2013):

O “esquecimento” do massacre pode e deve ser superado pela responsabilização sobre ele. Ao entender as consequências de sua indiferença, Folman demanda da sociedade israelense um compromisso com a memória, no caso a memória da guerra do massacre, o que poderá levar a outras responsabilidades sobre outros atos do ontem e de hoje (GHERMAN, 2013, p. 70).

Em razão destes aspectos relacionados, *Valsa com Bashir* ratifica que todas as memórias, lembranças, experiências narrativas e os recursos de animação reforçam e expressam uma forte simbologia sobre o entendimento dos massacres de Sabra e Chatila e sua representação. O cinema, assim como a literatura, tem uma forma peculiar de lidar com os fatos históricos e o comportamento humano, que não pode ser assimilado facilmente. Assim, cabe à arte apresentar sua versão oficial da história e discuti-la por meio de eventos traumáticos.

## REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Baby Siqueira. Diário de um massacre: A tragédia de Sabra e Chatila. **Brasil de Fato**, 2012. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/10642/>, Acesso em: 20 jul. 2020.
- AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Dados sobre refúgio**. 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>. Acesso em: 05 maio 2022.
- ARAGÃO, Maria José. **Israel x Palestina**: origens, história e atualidade do conflito. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- ARRAIS, Cesar Henrique. **Valsa com Bashir**. Subjetividade, Memória e Geopolítica no Documentário Contemporâneo. Universidade de Brasília, 2012.
- ARENDT, Hannah. **Eichmman em Jerusalém**. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ASTORI, Fernanda Bindaco da Silva; VIEIRA, Maria Nilceia de Andrade. Caminhando com Michel de Certeau: contribuições epistemológicas para a pesquisa em Educação. **Revista Pró-Discente**, Vitória, v. 25, n. 1, p. 10-26, jan./jun. 2019. Disponível: <https://periodicos.ufes.br/prodiscente/article/view/19021>. Acesso em: 09 maio 2022.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BAPTISTA, Eduardo Correia. O crime de genocídio. **Direito e Justiça**, n. Especial, p. 41-55, 2006.
- BUTLER, Judith. **Caminhos divergentes**: judaicidade e crítica do sionismo. Tradução de Rogério Bettoni, São Paulo: Boitempo. 2017.
- CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise**: entre ciência e ficção. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- DENIS, Sébastien. **O cinema de animação**. Tradução de Marcelo Félix. Lisboa. Texto & Grafia, 2007.
- DIEUZEIDE, Maria Ines. Possibilidades da animação no documentário de autorrepresentação: Uma análise de “Valsa com Bashir”. **Anais de lo III Congreso Internacional de la Asociación Argentina de Estudios de Cine y Audiovisual**. Córdoba, 2012, p. 1-15. Disponível em: [http://www.asaeca.org/aactas/dieuzeide\\_\\_maria\\_ines\\_-\\_ponencia.pdf](http://www.asaeca.org/aactas/dieuzeide__maria_ines_-_ponencia.pdf). Acesso em: 12 fev. 2022.
- FINKELSTEIN, Norman G. **A indústria do Holocausto**: Reflexões sobre a

exploração do sofrimento dos judeus. Tradução de Vera Gertel. Rio de Janeiro. Record, 2006

FINKELSTEIN, Norman G. **Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FISK, Robert. **Pobre Nação**. Tradução de Vitor Paolozzi. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FRANÇA, Gustavo. Um Antropólogo sob Sítio: Pesquisa de Campo em Campo Minado (Chatila, Líbano). **Antropolítica**, Niterói, n. 35, p.101-123, 2013. Disponível em:

[https://www.academia.edu/8398459/Um\\_Antrop%C3%B3logo\\_sob\\_S%C3%ADtio\\_Pesquisa\\_de\\_Campo\\_em\\_Campo\\_Minado\\_Chatila\\_L%C3%ADbano\\_](https://www.academia.edu/8398459/Um_Antrop%C3%B3logo_sob_S%C3%ADtio_Pesquisa_de_Campo_em_Campo_Minado_Chatila_L%C3%ADbano_). Acesso em: 17 out. 2021.

GAUTHIER, Guy. **Um outro cinema**. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. Campinas: Papyrus. Campinas, 2011.

GENET, Jean. **Quatro horas em Chatila**. Tradução de Miguel Tadeu Vicentim. São Paulo: Editora do autor, 2016.

GHERMAN, Michel. “Valsa com Bashir” eo massacre de Sabra e Chatila: Entre a amnésia política e a responsabilidade da memória. **Prometeica**, n. 7, p. 4, 2013. Disponível em: <https://www.prometeica.com/ojs/index.php/prometeica/article/download/23/23/0>. Acesso em 3 set. 2021.

GINIEWSKI, Paul. O retorno à Terra Prometida. **História Viva**, São Paulo, n. 19, p. 36-41, 2005.

GUERTZENSTEIN, Daniela Susana Segre. Judaísmo Ortodoxo e Sionismo: Purismo Clerical e Secularização. **Revista Vértices**, [S.l.], n. 20, p. 47-74, dez. 2018. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/vertices/article/view/2907>. Acesso em: 18 out. 2021.

GONÇALO, Pablo. *Valsa com Bashir*: Experiência, Memória e Guerra. **Doc. Online**, n. 9, p. 151-167, 2010. Disponível em: [http://doc.ubi.pt/09/analise\\_pablo.pdf](http://doc.ubi.pt/09/analise_pablo.pdf). Acesso em: 07 maio 2022.

HERZL, Theodor. **O Estado Judeu**. Tradução de Dagoberto Mensch. São Paulo: Poeteiro Editor Digital. 2015.

HUNTINGTON, Samuel P. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. New York: Simon and Schuster, 1996.

ISSA, Lúcia Helena. Devaneios de Sabra e Chatila. 2010. Disponível em: <http://visoosedenicass.blogspot.com/2014/06/devaneios-de-sabra-e-de-chatila.html?m=1>. Acesso em 15 set. 2020.

KAPELIOUK, Amnon. **O massacre de Sabra e Chatila**. Tradução de Virgínia Novaes da Mata Machado. Belo Horizonte: Vega, 1993.

LABORATÓRIO DE ANÁLISE FÍLMICA. Cineclube Nanook #007 - Valsa com Bashir (2008), de Ari Folman. Youtube, 30 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=apNZekfrgV8>. Acesso em: 07 maio 2022.

LEIRIA, Luís. Sabra e Chatila: Memória do Massacre. **Esquerda net**, 2002. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/sabra-e-chatila-mem%C3%B3ria-do-massacre/24625>. Acesso em 01 out. 2020.

LEVY, Débora Sofia. Sionismo, Holocausto e revisionismo: uma análise crítica. **WebMosaica - Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, v. 7, n. 2, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/webmosaica/article/view/63014/36726>. Acesso em 06 maio 2020.

LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

LISSOVSKY, Alexandre. **2000 anos depois**: O renascimento de Israel [online]. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro. 2009.

MENEM, Issam Rabih. Líbano: Um dos maiores receptores de refugiados do mundo. *In*: Semana Acadêmica de Relações Internacionais da UNILA. Dinamismo nas Relações Internacionais. III, 2018, Foz do Iguaçu. **Anais**.

METRÓPOLIS. São Paulo. TV Cultura. 18 dez. 2008. Entrevista com Ari Folman. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aGOL7Q0e2Cc>. Acesso em: 07 maio 2022.

MUCZNICK, Esther. Sionismo político e Sionismo Religioso no Estado de Israel. Movimentos Religiosos e Contemporâneos. **Janusonline**, 2007. Disponível em: [https://www.janusonline.pt/arquivo/2007/2007\\_4\\_2\\_6.html](https://www.janusonline.pt/arquivo/2007/2007_4_2_6.html). Acesso em: 17 out. 2021.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas: Papyrus Editora, 2005.

NINIO, Marcelo. Em Chatila inimigo une palestinos e libaneses. **Folha de São Paulo**. 30 de julho de 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft3007200605.htm>. Acesso em: 16 set. 2020.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**. A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Projetos História: São Paulo, 1993.

ORIANI, Angélica Pall. Primeiros rascunhos: aproximações entre Michel de Certeau e a História do Tempo Presente. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 22, p.316-338, set./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309222017316>. Acesso em: 09 maio 2022.

PAPPÉ, Ilan. **A Limpeza Étnica da Palestina**. Tradução de Luiz Gustavo Soares. São Paulo: Sundermann, 2016.

PENAFRIA, Manuela. O filme documentário em debate: John Grierson e o movimento documentarista britânico. **Estética e Tecnologia da Imagem**, Lisboa, v.

1, p. 185-195, 2005.

PENAFRIA, Manuela. Análise de Filmes - conceitos e metodologia(s). In: VI Congresso SOPCOM, Lisboa, 2009. **Anais eletrônicos...** Lisboa, SOPCOM, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-penafria-analise.pdf>. Acesso em: 02 maio de 2022.

PORRO, Alessandro. **A voz de Sabra e Chatila**. São Paulo, v. 734, p. 50-61, 1982.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal... o que é mesmo documentário?** São Paulo: Senac, 2008.

RENZI, Eugenio; SCHWEITZER, Ariel. A la realidad por la animación: Entrevista Ari Folman. **Cahiers du cinema**, España, n. 20, p. 28-30, 2009.

RICOEUR, Paul. **A memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Unicamp. 2007.

SAID, Edward W. **A questão da Palestina**. Tradução de Sonia Midori. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SAID, Edward W. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução Rosa freire d'Aguiar. São Paulo : Companhia das Letras, Belo Horizonte : UFMG, 2007.

SAND, Shlomo. **A invenção do povo judeu: da Bíblia ao sionismo**. Tradução de Eveline Bouteiller. São Paulo: Benvirá, 2011.

SELEME, Kathy. Com a ferida ainda aberta, massacre de Sabra e Chatila completa 35 anos. **Notícias Uol**. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2017/09/16/com-a-ferida-ainda-aberta-massacre-de-sabra-e-chatila-completa-35-anos.htm>. Acesso em: 01 nov. 2020.

SERPA, Miguel. **Valsa com Bashir**. 2009. Disponível em: <https://medium.com/@migloko.serpa/valsa-com-bashir-2008-3f1a907ef9fa>. Acesso em: 5 set. 2018.

SIMÕES, Darcilia; MELO, Eliana Meneses de. (Orgs.). **Linguagens, Criatividade e Sentidos: pelos percursos da semiótica do cotidiano**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2010.

YAZBEK, Mustafa. **Palestinos em busca da pátria**. São Paulo: Editora Ática. 2002.

WEIZFELD, Abraham. **Sabra & Shatila**. Authorhouse. Bloomington, Indiana, United States of America, 2009. Bound, Canada, 1984. Edição 2009 com apêndices V, VI, VII, VIII e IX adicionado à edição de 1984.

## APÊNDICE

APÊNDICE A – FICHA TÉCNICA DO FILME *VALSA COM BASHIR*

**Nome:** *Waltz with Bashir* [*Valsa com Bashir*]

**Direção:** Ari Folman

**Produção:** Yael Nahlieli, Serge Lalou, Gerhard Meixner e Roman Paul

**Direção de Arte e Ilustrador:** David Polonsky

**Diretor de Animação:** Yoni Goodman

**Supervisor de Efeitos Visuais:** Roiy Nitzan

**Editor:** Nilli Feller

**Música Original:** Max Richter

**Designer de Som:** Aviv Aldema

**Gênero:** Documentário animado

**90 minutos**

**Idioma:** Hebraico

## APÊNDICE B

### DESCRIÇÃO DAS CENAS

#### CENA 1 – INÍCIO: 0' – FIM: 7'

Apresentação dos créditos iniciais do filme. Corrida enfurecida de vários cães, passando por pessoas e estabelecimentos. Diálogo entre Boaz Rein e Folman. Boaz fala sobre o pesadelo com cães e seu sonho com a Guerra do Líbano, em que procurava fugitivos palestinos. Há 20 anos diz ter este sonho e Folman recomenda que faça um tratamento com terapia, psiquiatria e até shiatsu. Boaz responde que pensou em Folman por este ser diretor e sua profissão tratar de diversos assuntos por meio de seus filmes. Insiste em saber se não há memórias do Líbano, especificamente sobre o massacre de Sabra e Chatila, pelo fato, de na época, Folman ter ficado próximo do local. Folman responde que nada ficou registrado em sua memória. Por fim, a despedida entre os dois amigos.

#### CENA 2 – INÍCIO: 7' 01" – FIM: 8' 46"

Viagem de retorno de Folman para Telavive. Dirigindo um carro reflete sobre o encontro com seu amigo e diz aquela noite a primeira recordação do Líbano em mais de 20 anos, bem como do massacre de Sabra e Chatila. Imagens de um sinalizador laranja iluminando o céu e a praia. Imaginação de Folman acompanhada de outros soldados saindo nus do mar, os movimentos em direção à praia são acompanhados por um fundo musical. Folman se vê numa rua com pessoas passando assustadas a sua volta.

#### CENA 3 – INÍCIO: 8' 47" – FIM: 11' 35"

Folman visita Sivan, psicólogo e seu amigo. Busca explicações para entender por que as recordações da guerra afetam sua memória e ouve de seu amigo que a memória é dinâmica e viva, mas, ao restar espaços vagos, ela é preenchida de alguma forma. É aconselhado a procurar seu outro amigo que também estava no mesmo local na época do acontecimento.

#### CENA 4 – INÍCIO: 11'36" – FIM: 21' 20"

Folman chega à Holanda onde encontra o amigo Carmi. Carmi recorda a guerra, o dia que dormiu dentro de um barco e teve alucinações com uma mulher bem grande e com bombardeios no mar. Relata um tiroteio em que soldados cercam um carro e matam uma família inteira. Folman não consegue se lembrar da Guerra do Líbano nem do massacre, apenas uma imagem de onde Carmi está presente, em seguida se repete a imagem do sonho de Folman na praia.

CENA 5 – INÍCIO: 21' 21" – FIM: 24' 56"

No carro para o aeroporto de Amsterdã, de repente, Folman começa a lembrar das memórias da guerra, desde seu primeiro dia ali, quando tinha 19 anos. De cima de um tanque de guerra, atirava para todas as direções, passando entre um pomar e o mar. Folman recebe a ordem de um oficial para carregar o tanque de corpos e se desfazer deles. Vários corpos são descarregados e empilhados na pista onde desciam os aviões.

CENA 6 – INÍCIO: 24' 57" – FIM: 35' 53"

Folman encontra com um ex-soldado, Ronny Dayag, que relata diversos momentos da guerra. Os soldados, em um momento de descontração, tiram fotos e cantam cercados por uma paisagem agradável, com árvores. Imagens de um tanque de guerra. Dayag relata a segurança de estar dentro de um tanque. Imagens de um tanque passando sob veículos estacionados em uma rua. Ao fundo, uma música acompanha as imagens. De repente, o cenário de calma muda. O comandante do tanque é atingido por um disparo. Os soldados ficam desesperados em prestar socorro e logo são surpreendidos com o barulho de uma explosão. Os que conseguiram sair fogem, outros morrem. Barulho de tiros. Dayag descreve como fugiu e recorda da proteção de sua mãe enquanto buscava proteção no mar e chega à praia, onde encontra seu regimento. Expõe o sentimento de culpa por ter escapado da guerra, enquanto muitos dos seus companheiros morreram.

CENA 7 – INÍCIO: 35' 54" – FIM: 41' 54"

A imagem de um soldado tocando guitarra na praia. Bombardeios. Cenas de treinamento. Encontro com Shmuel Frenkel, companheiro na guerra, que explica a Folman o uso do patchouli na guerra. Explicação da rotina dos soldados, e, dentre suas atividades, a procura por terroristas. Cenas dos ataques a Beirute e alusão às

autoridades de Israel. Soldados caminhando no bosque (ao fundo, a trilha sonora). O som da música é interrompido com o tiro de uma granada, disparada por um garoto. Diversos disparos por parte dos soldados matam o garoto. Folman recebe a confirmação de Frenkel, que esteve no local com ele e que sempre estavam juntos.

CENA 8 – INÍCIO: 41' 55" – FIM: 46'18"

Folman conversa com a prof. Zahava Solomon, especialista em pós-trauma, que explica o seu "distúrbio dissociativo". É quando a pessoa passa por alguma situação, mas acha que não, e acaba adquirindo uma proteção ao seu problema, abstraindo que estava numa guerra, mas imaginando estar numa viagem e só volta à realidade quando não consegue mais negar o ocorrido. Explicação do caso de um paciente, que sobreviveu a guerra não imaginando estar nela, adquiriu uma proteção, como uma "câmera imaginária" que quebrou ao ver o forte sofrimento dos cavalos mortos no hipódromo. Cavalos mortos, caindo e moscas ao seu redor. A psicóloga pergunta se Folman não consegue se lembrar dos acontecimentos daquela época, e ele relata muitos detalhes de várias situações. Aparecem imagens da época, em que recorda que as pessoas mudavam sua rotina devido à guerra, escondendo-se em suas casas. Mais tarde, quando retornou da guerra, percebeu que a vida das pessoas continuava normalmente. Ele pretendia voltar para sua namorada. Imagens da namorada dançando.

CENA 9: INÍCIO: 46'19" – FIM: 51'06"

Folman diz a Boaz Rein que suas memórias estão voltando. Relata que seu pai, ao tentar confortá-lo, contava que só depois de um ano servindo no front poderiam retornar para ver suas namoradas e, mesmo na estação de trem, depois de beijar as namoradas, já retornavam para a guerra. Folman conta que depois de vinte quatro horas retornou ao serviço militar. Ele relembra o episódio da vila de Beirute, de um oficial assistindo filme pornô. A notícia da morte de Bashir Gemayel é comunicada por telefone a um oficial e a ordem de partida para Beirute.

CENA 10: INÍCIO: 51'07" – FIM: 56' 07"

Folman no voo para Beirute pensa em sua morte e no remorso que sua namorada poderia sentir. Ao chegar ao aeroporto de Beirute, observa que lá estavam aviões de grandes companhias. Ele sai do terminal e caminha pelo aeroporto. Apresenta

alucinações, vendo o quadro de partidas do aeroporto, as lojas, e depois volta à realidade da guerra ao ver os danos causados por ela pelos caminhos que passou. Cenas de soldados, aviões, tiros, tanques em Beirute e feridos. Cena do correspondente Ron Ben-Yishai, correspondente de TV, caminhando sobre os tiroteios. Alheio à situação de guerra, ele relata que a população assistia na sacada dos prédios o que acontecia. Imagens com tiroteios vindos de todas as direções.

CENA 11: INÍCIO: 56'08" – FIM: 58'25"

Relato de Frenkel. Durante um tiroteio, ele conversa com seu parceiro e pede para usar sua metralhadora, mas acaba retirando a força e cruza a rua atirando sem parar, dando giros como se estivesse dançando. A câmera mostra ao fundo a foto de Bashir Gemayel. Volta o relato de Folman explicando que a duzentos metros do local se preparava a vingança da morte de Bashir, o massacre de Sabra e Chatila.

CENA 12: INÍCIO: 58'26" – FIM: 1°1'42"

Conversa novamente com Carmi. Folman diz que está começando a lembrar dos fatos, exceto, o dia do massacre. Carmi relata que, na guerra de Beirute, o lixão da cidade funcionava como um abatedouro, onde eram levados os palestinos para serem interrogados e executados. Imagens do local. O lugar também servia como devoção a Bashir Gemayel. Carmi comenta que a vingança à morte de Bashir ocorreu de forma cruel. Folman diz que ainda tem pesadelos sobre o massacre na praia. Novamente imagens do sonho de Folman na praia. Folman atravessando as ruas de Beirute e pessoas passando ao seu redor com uma fisionomia de desespero. Carmi diz a Folman que ele está obcecado com o assunto sobre o massacre.

CENA 13: INÍCIO: 1°1'43" – FIM: 1°3'18"

Folman conversa novamente com Sivan, relatando que não consegue encontrar alguém que estivesse no massacre. Carmi aparece na memória dele, mas Carmi nega que esteve lá. Carmi explica que o interesse de Folman pelo massacre começou bem antes de ele ocorrer, pois seus pais estiveram em Auschwitz. O massacre está presente em Folman desde sua infância. Carmi diz a Folman que a solução para seu problema é saber o que ocorreu em Sabra e Chatila, indo atrás de pessoas que possam ajudá-lo a descobrir onde esteve realmente no massacre.

CENA14: INÍCIO: 1°3'19" – FIM: 1°6'41"

Relato de Dror Harazi. Ele recebe instruções de que os cristãos entrariam nos campos com a cobertura do exército israelense e livrar os campos dos terroristas palestinos. Soldados caminhando para a entrada dos campos. No céu, disparos de sinalizadores. Civis palestinos enfileirados, a maioria formada por idosos, crianças e mulheres, todos entrando em caminhões. Um olhar triste de uma criança de dentro de um comboio, enquanto soldados disparam tiros para cima. Alusão aos campos de Auschwitz.

CENA 15: INÍCIO: 1°6'42" – FIM: 1°7'54"

Relato do jornalista Ron Ben-Yishai indo para um campo de pouso israelense, onde encontra um coronel, seu amigo, que informa sobre o massacre nos campos de Sabra e Chatila, envolvendo civis palestinos. Imagens de um caminhão passando com feridos transportados a lugares desconhecidos.

CENA 16: INÍCIO: 1°7'55" – FIM: 1°9"31

Dror relata que um soldado falangista conduz um idoso para dentro de uma casa e logo se ouve tiros. O soldado falangista sai da casa, sozinho, e os soldados de Dror perguntam o que ocorreu. Pelos gestos dos soldados falangistas, explica que pediu para o homem se ajoelhar, e como este negou, foi executado. No depoimento de Dror, ele é questionado se não tinha percebido que estava acontecendo um massacre, pois caminhões entravam vazios e saíam cheios. No entanto, Dror afirma que soube somente quando seus soldados lhe disseram. "Eles estão matando pessoas!". Cenas de imagens de pessoas voltadas de costas para paredes, sendo fuziladas.

CENA 17: INÍCIO: 1°9"32' – FIM: 1°10"31'

Na entrevista com o oficial Dror Harazi, ele relata que ligou ao seu superior para informar o que acontecia nos campos. Em resposta, ouve: "Já estamos informados. Está sobre controle. Nós reportamos isso". Dror informa que o comando das operações ficava localizado a poucos metros do massacre, no alto de um prédio, onde podiam enxergar o que se passava. Imagem do topo do local e um sinalizador acendendo no céu.

CENA 18: INÍCIO: 1°10"32' – FIM: 1°12"26'

Relato de Ron Ben-Yishai. Ele informa que durante um jantar o comandante do regimento ouve de seus soldados que está ocorrendo um massacre nos campos. O jornalista Ron diz que ligou para Ariel Sharon para informá-lo do massacre, mas Sharon não deu muita importância ao fato. Ron esperava que sua resposta fosse: "Eu vou averiguar, vou investigar." Mas, foi somente: "Ok, obrigado por me alertar sobre isso".

CENA 19: INÍCIO: 1°12"27' – FIM: 1°13"57'

Folman conversa novamente com Sivan, lembrando-se do massacre e dos sinalizadores vistos do alto de um telhado. Sivan pergunta a Folman se ela ajudou a soltar sinalizadores. Em resposta, diz que isso não faz diferença para ele, se ajudou a matar pessoas ou somente soltou sinalizadores. Sivan explica a Folman que ele vive como um nazista e se sente culpado desde quando tinha 19 anos. Ainda fala a Folman que ele soltou sinalizadores, mas não participou do massacre.

CENA 20: INÍCIO: 1°13"58' – FIM: 1°18"53'

Narração do repórter Ron Ben-Yishai dizendo que acordou cedo e foi a Sabra e Chatila. Ao chegar, vários palestinos, entre mulheres, crianças e idosos, estavam caminhando para fora da área dos campos. A imagem dos refugiados com as mãos para cima fez com que o repórter se lembrasse do gueto de Varsóvia, de onde havia uma criança que recordava a cena presente na fila de refugiados. Relata ainda que um oficial parou em frente aos refugiados, ordenou para que parassem de atirar e que retornassem aos campos, algo inusitado, pois os refugiados estavam fugindo, não lutando. O repórter entrou nos campos para ver o que tinha acontecido. Ele descreve um amontoado de entulhos. Além disso, encontra a mão de criança para fora e vários corpos pelo caminho. A criança o faz se lembrar de sua filha, pois aparentava ser da mesma idade. Imagens de destruição pelos campos, cheios de corpos. Passagens estreitas. Ele compara a largura do lugar ao tamanho de um homem e meio que, até a altura do peito, estava cheio de corpos de pessoas jovens. Imagens de mães gritando em desespero pelas ruas, até fechar a cena no rosto da representação do soldado Folman, que demonstra uma expressão aflita e ofegante diante da comoção das mães na cena do massacre. Mudança do cenário de

animação para as imagens com cenas reais do local realizadas com a cobertura de uma televisão, logo após o massacre. Cenas comoventes de mães chorando e gritando com mãos sob suas cabeças, em sofrimento pelas vítimas de Sabra e Chatila.

CENA 21: INÍCIO: 1°18"54 – FIM: 1°26"39'

Imagens fotográficas do massacre. Corpos mutilados, espalhados por todos os lados. Créditos do filme, passados ao som da música que identificava o sonho e/ou pesadelo de Folman.